

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA NA CORRESPONDÊNCIA DE LUIZ ROSSETTI A JOÃO BATISTA CÚNEO (*)

Mário Gardelin (**)

I

O estudo da Revolução Rio-grandense vem de receber notável contribuição de parte do historiador romano Salvatore Cándido que, através do “Consiglio di Ricerche per l’America Latina”, de Florença, órgão do Consiglio Nazionale delle Ricerche, do Governo Italiano, publicou trinta e três cartas de Luiz Rossetti e três de João Batista Cúneo, referentes, as primeiras, ao período de 28 de julho de 1837 a 1.º de outubro de 1839, e as segundas, de 19 de maio de 1840 a 29 de julho do mesmo ano. Todas são inéditas e se encontravam em arquivos italianos, aguardando a paciência e o conhecimento de um apaixonado pelos estudos italianos históricos, na América do Sul, Salvatore Cándido conseguiu não apenas trazer novas informações a respeito da longa luta sustentada pela República contra o Império, mas dar um novo aspecto à presença italiana naquele episódio, aspecto normalmente não focado, porque marginal, pelos nossos historiadores.

O volume foi editado em Florença, berço do Renascimento, por Valmartina Editore, em 1973, e traz como prefácio um substancioso estudo do emérito professor Dr. Salvo Mastellone, que enfoca ideologicamente o amplo panorama em que se desenvolve a atuação de Luiz Rossetti e de João Batista Cúneo, ambos jornalistas, em certo tempo, da nossa República e o primeiro, também, valoroso combatente. Da introdução do eminente mestre Mastellone, tomamos conhecimento de que, a 15 de abril de 1834, em Berna, Mazzini fundava a “Jovem Europa”, que deve ser classificada como “um movimento de grande relevo na história do movimento revolucionário de mil e oitocentos, porquanto ela representa a primeira tentativa organicamente concebida com a finalidade de criar uma eficiente organização democrática com caráter supranacional”. A “Jovem Europa” buscava suscitar a criação de “associações republicanas tendentes ao mesmo fim humanitário e orientadas por uma mesma fé de liberdade, igualdade e progresso”.

No Rio de Janeiro, continua o professor Mastellone, dentro desse panorama de idéias, surgiu a “Jovem Itália” que continuou mantendo vivos os grandes ideais entre os italianos emigrados, em função dos desacertos e das lutas libertárias da península, entre os quais figurariam o próprio José Garibaldi, Rossetti e Cúneo. Foi a “Jovem Itália”, severamente vigiada pelas autoridades diplomáticas sardas (e estudada ainda por Salvatore Cándido) que proporcionou contatos e recursos aos que, aos azares dos embates contra o autoritarismo, aqui aportavam.

As cartas de Rossetti e de Cúneo devem ser enquadradas num panorama o mais amplo, tendo como limites a “Jovem Europa”. Diz Mastellone: “Rossetti e os mazzinia-

(*) Com prévia autorização do autor, reproduzimos neste número da Revista a série de artigos (de I a XI), publicados entre 21-2-1974 e 11-5-1974, no Caderno de Sábado do Jornal CORREIO DO POVO.

(**) (Membro correspondente do IHGRGS).

nos na América do Sul depositavam imensa confiança na ação revolucionária internacional, acreditavam que a república fosse o sistema político capaz de estabelecer a justiça entre os cidadãos, incentivaram a necessidade de colaboração, entre os povos e de modo especial entre os chefes democráticos.” Prossegue o mestre citado: “ideologicamente estes mazzinianos alimentavam –se de idéias mazzinianas”.

E traz mais esta observação, de real importância para nossos estudiosos: “Não se tratava, porém, de uma simples adesão às idéias da “Jovem Itália”. Como haviam sido constituídas, depois de 15 de abril de 1834, a “Jovem França” e a “Jovem Áustria”, estes mazzinianos do Brasil trataram de organizar um “JOVEM RIO GRANDE”, e Luiz Rossetti escrevia a Cúneo, em 18 de julho de 1838: “Ainda não instalamos o “Jovem Rio Grande”; no entanto, o cunhado do Presidente, já iniciado, ocupa-se com assiduidade e me prometeu que faria uma seleção entre as personalidades mais eminentes da República. Desejando ater-nos às instruções, nós não podemos iniciar mais ninguém neste país” (carta XII).

Através da imprensa, os mazzinianos no Rio Grande tentaram divulgar conceitos e o espírito da “Jovem Europa”. Numerosas passagens de O POVO são assim interpretadas.

Toda essa correspondência, entretanto, não tem a sua motivação central na Revolução Rio-grandense, e sim no mazzinismo, que funcionou como elo de ligação entre os expatriados italianos.

“O programa do jornal “Jovem Itália”, do Rio de Janeiro, tende “a reunir os italianos na América, particularmente aqueles residentes no Brasil e nas províncias do Rio da Prata, a fim de que desses

Salvatore Cândido não se limitou a colher essas cartas e a publicá-las, num locais possa a Itália receber todo o auxílio possível à época de sua insurreição.” O ideário mazziniano tendia a estabelecer condições tais de modo a permitir a imediata volta de todos os italianos, mal soasse o brado redentor. Ao mesmo tempo, porém, esse ideário encorajava e incentivava sobremodo a participação na vida política local, a favor da democracia. É assim, aliás, que devemos interpretar a presença de tantos italianos na Revolução Farroupilha. Normalmente, o que se tem dito é em função dos altos ideais da República, mas mola mestra dessa participação é a pregação da “Jovem Europa”.

É assim que se pronuncia, aliás, o próprio Rossetti, após figurar como secretário interino da República Juliana, ao dirigir-se a João Batista Cúneo. “Acredito que tenha suspetado, tão logo alguns de nossos decretos caíram sob seus olhos. Todos eles estão assinalados com a divisa da “Jovem Europa” adotada pelo Governo no selo da Câmara Municipal da nova cidade. Desta maneira, deixamos uma marca inapagável” (Carta XXXIII). texto cuidadosamente revisto. Anotou-as, interpretou-as e buscou, ainda, traçar uma síntese biográfica dos principais personagens, conseguindo realizar um verdadeiro milagre de pesquisa. Salvo Mastellone, emérito professor da Universidade de Florença e uma das maiores autoridades sobre Mazzini e a “Giovane Europa”, anuncia que o Centro de Pesquisas para a América Latina deverá levar avante novas pesquisas, visando ampliar o conhecimento sobre a presença italiana no Decênio Heróico.

A publicação das cartas é precedida por uma introdução, de autoria de Salvatore Cândido, analisando os antecedentes, a revolução, seu espírito e sua confrontação, em face do Império. Vem precedida por uma bibliografia pormenorizada, onde se nota uma presença muito grande de documentos uruguaios, uma vez que o autor residiu longos anos no vizinho país.

A tenacidade do pesquisador, entretanto, esbarrou na impossibilidade de resolver alguns criptogramas, que aparecem internamente nas cartas e, ainda, ao pé das mesmas. A leitura não permite deduzir se se trata de assuntos pessoais dos correspondentes, ou se de detalhes vinculados à política. Salvatore Cândido estudou o tema profundamente numa publicação referente a Mazzini, mas confessa que todos os seus esforços foram inúteis.

As cartas de Rossetti são datadas de Jaguarão, Piratini (que ele grafava como Piratinim), Serrolago (sic), Caçapava, Barra do Camaquã e Cidade Juliana da Laguna. Em toda a correspondência, transparece um profundo empenho e admiração pelos rio-grandenses. Uma das últimas cartas denota o guerreiro ferido pela saudade, com parentes distantes e pede providências para que tenha uma velhice tranqüila economicamente. Todas as cartas de Rossetti são dirigidas a Cúneo.

As cartas de João Batista Cúneo revelam uma profunda prostração, especialmente depois da perda da tipografia, onde era impresso o jornal da República. Sem os tipos, sente-se inútil e vazio numa terra estranha onde, em certos momentos, o único alimento disponível era a carne. Deixa o Rio Grande do Sul e volta para o Uruguai. Regressará à Itália, onde o esperam grandes feitos e uma sólida contribuição ao progresso da unidade italiana. Rossetti, em suas últimas manifestações, quase deixa entrever o fim que o aguardava. Caiu, de armas na mão, na melhor tradição farrapa.

II

A primeira carta de Luiz Rossetti, endereçada a Farinata degli Oberti (codinome de João Batista Cúneo, residente em Montevidéu), é de 28 de julho de 1837 e foi escrita de Jaguarão. Esta, como a seguinte, foram danificadas pelo tempo, constituindo-se de difícil interpretação. Na posterior, a 3 de agosto informava que estava solicitando para Garibaldi uma nova patente na marinha republicana e, na de 9 de agosto do mesmo ano, entre outros assuntos, dava especial destaque ao baile que o Governo oferecera a Onofre e Corte Real. Como nota curiosa, vale a pena transcrever um trecho: “O baile que o Governo ofereceu a Onofre e a Corte Real foi inteiramente democrático. Cada qual compareceu envergando o seu uniforme e eu, portanto lá estive trajado de marinheiro; foi brilhante e patriótico, como não pode imaginar. Á meia-noite fomos convidados para jantar e ao dessert começaram os “Vivas”. Depois que já tinham sido dados muitos, o Ministro de Justiça e de Polícia, Sr. Antonio Vicente, que estava à minha frente, evocou a “Jovem Europa”: eu lhe respondi evocando a República Rio-grandense, no mesmo tom. O Sr. Vicente possui a melhor boa vontade do mundo: e eu espero os melhores resultados possíveis, se continuar, como tudo indica, a fazer parte do Ministério. Ele e Onofre são os únicos que se entendem”. Mais adiante, referindo-se a Garibaldi, assim se expressava: “Se eventualmente escrever a Borel, peço que se torne intérprete, junto a ele, de meus sentimentos de afeto e de amizade; diga-lhe que procurarei, de todas as formas manter-me sempre digno dele!”

Em 14 de agosto, de Piratini, Luiz Rossetti queixava-se ao mesmo Cúneo sobre o tratamento que lhe dispensava a imprensa imperial. Estava em evidência o episódio de Gualeduay, de Garibaldi. E é claro que os imperiais não morreriam de amores pelo corsário que estivera preando nas costas do Sul. Dizia que lera em “Notícia Marítima”: “Constava em Buenos Aires que o pirata L. R. tinha entrado no Uruguai com a sumaca Luiza e

iam mandar uma escuna de guerra para tomá-la”. Comentando essa informação, prossegue: “Eu já previra que todo aspecto odioso dessa operação terminaria recaindo sobre mim; no entanto, não consegui livrar-me de uma sensação penosa, de que não posso sequer avaliar a intensidade. Que fatalidade a minha!...Este jornal terminará chegando a Gênova e como persuadir aos meus compatriotas a respeito da verdade? Tive vontade de escrever a Picot. Mas, por outro lado, qual a vantagem? Onofre, Netto, Corte Real, Canabarro, segundo este, são todos ladrões e é bem natural que ele me tenha por um pirata. Vis! Para sustentar uma causa injusta não têm outro argumento que o insulto. Refletissem ao menos as conseqüências longínquas de uma injúria que não se esquece e que não esquecerei jamais!

Se achar que nos convém, publique no jornal a aprovação do curso realizado, cuja aprovação me foi entregue por este Governo. Na eventualidade de suceder alguma desdita a Borel, isto lhe seria sem dúvida vantajoso”.

Falando das operações, com vistas à Barra de Rio Grande, prossegue Rossetti: “Ontem fui visitar Silvano, que, comandando uma brigada de 300 homens dos que estavam assediando ao Rio Grande, aqui os trouxe e está reequipando-os, etc. Apresentei-lhe as suas saudações e ele me encarregou de agradecer, renovando as dele. Solicitou-me notícias do sr. Ré, que ele supunha se tivesse casado.

Tão logo esteja recuperada a artilharia e reequipada a fronteira, voltarão a assediar Rio Grande, dominando, antes de mais nada, a barra.

Se este plano, como tudo indica, for executado, em poucos meses, segundo o meu parecer, terminará a guerra. Vendo-se impossibilitados de retirar-se, os legalistas terão de depor imediatamente as armas.

Ambos os ministros estiveram muito ocupados nestes dias e, portanto, não pude falar com o Sr. Antonio Vicente a respeito de nossas coisas e nem pude apresentar-lhe a produção do projeto de Ré.

Por enquanto, não tenho data fixada para partir, pois Onofre ainda não enviou a cavallhada prometida.

O assédio a Porto Alegre continua sendo muito vantajoso à República ainda mais que as tropas receberam víveres, munições e vestuário de Santa Catarina.”

Ao final, fala de Corte Real: “Corte Real iniciou um tratamento, não sei de que enfermidade; saúda-o e me diz que lhe escreverá oportunamente”.

Rossetti partilhava do entusiasmo geral dos farrapos. O jornal em que pede a publicação da notícia é EL NACIONAL, onde Cúneo colaborava.

A carta n.º 6, de 24 de agosto de 1837, possui uma passagem antológica, que ainda hoje, decorridos 137 anos, profundamente nos comove. São palavras que Garibaldi haveria de repetir, muitos anos depois, ao recordar a brava cavalaria rio-grandense. A fim de que o leitor possa sentir quanto Luiz Rossetti amava o Rio Grande, traduziremos, na íntegra, o documento, o mais literalmente possível:

“Piratinim, 24 de agosto 1837.

Irmão:

Eu lhe escrevi ontem via Cerro Largo; sou importuno, não quero, porém, deixar passar a ocasião. Estou certo da entrega da presente, porque é portador o Sr. Maia, deste Governo.

Os jornais divulgarão aí a nova vitória que as armas republicanas alcançaram na Vila de Triunfo sobre os legalistas ao mando de Gabriel Gomes, que morreu no conflito; por isso, não me estenderei mais. Não se sabe o que aconteceu com Barreto, que Canabarro destruiu completamente na Serra de São Martin: talvez tenha perecido também.

Eu já lhe dissera, com as minhas cartas que acompanhavam as três patentes e uma declaração em favor de Borel, que eu teria partido para o assédio de Porto Alegre, onde teria me incorporado às forças de Onofre. As duas vitórias acima mencionadas, alteraram a situação e talvez o meu próprio destino. O presidente se pôe à frente da ala esquerda do exército para marchar sobre o Rio Grande; Corte Real convidou-me a acompanhá-lo e o Ministro da Guerra interino me disse que eu devia preparar-me para assumir o comando da primeira canhoneira que se tomasse ao inimigo. Que fazer, portanto? Abandonar-se às circunstâncias e seguir o próprio destino. Seja qual for o emprego que me for oferecido, qualquer que seja o destino que me será dado, a menos que fosse uma coisa impossível e superior às minhas forças, estou decidido a aceitá-lo. O amor à minha pátria, direi com Miaulis, e à V. S^a e o desejo de servi-la me ensinarão a superar todas as dificuldades.

Não partiremos daqui senão dentro de um mês, portanto não poderemos estar diante do São Gonçalo, onde naturalmente nos esperarão os imperiais, antes de outubro. Sentir-me-ei feliz se ao final disto tudo poderei datar uma carta minha de Rio Grande; se isto ocorrer, irmão, venha para cá. Nós nos sentiremos felizes porque, com mais probabilidade de êxito, tramaremos contra os opressores de nossa pátria. Oh! SE SOUBESSE QUANTA INVEJA ME CAUSAM ESTES (os farrapos). SE OS VISSE QUASE NUS, DESCALÇOS E PRIVADOS DE QUASE TUDO E NO ENTANTO, ENTUSIASMADOS PELA LIBERDADE, QUERÊ-LA E ALCANÇÁ-LA, SENTIRIA, COMO EU, PROFUNDO DESGOSTO CONSIGO MESMO. E PORQUE, EM VEZ DE EMIGRAR, NÓS NÃO BUSCAMOS A MONTANHA E NÃO FIZEMOS O MESMO QUE ELES? ENTRE OS CHEFES DELES NÃO HOUVE UM SÓ TRAIADOR, E HAVIA TANTOS ENTRE NÓS.

Eles os vigiam e nós nos entregamos à probidade, que como eles, a supúnhamos existir.

Na eventualidade de haver conseguido estabelecer correspondência com Borel, informe-o de tudo. Nós não nos tornaremos a ver senão depois de tomada a Barra de Rio Grande; e se por acaso ou uma bala inimiga ou um caso imprevisto me impedisse apertá-lo ao coração, seja o Amigo o intérprete dos meus sentimentos e assegure-o que sinto, mais do que possa imaginá-lo, a separação.

Saúde, de minha parte, cordialmente aos nossos irmãos e aos amigos Montano, Avegno e Sardi.

O portador Sr. Maia facilitará os meios de... suas cartas. O sr. Torquato levará as patentes e poderá ser igualmente útil.

Seja generoso no afeto de Olgiati." A carta era endereçada a Cúneo. Observe o leitor a profunda admiração que Luiz Rossetti sentia pelos humildes, esfarrapados, mas intrépidos lutadores farroupilhas. O jovem soldado passaria a sentir-se cada vez mais identificado com a terra rio-grandense. Releve o leitor a construção de algumas frases, que se nos afiguram de dúbio sentido no original.

III

A carta de 18 de setembro de 1837, também de Piratini, possui valiosos elementos para explicar a posição dos mazzinianos em face da Revolução Farroupilha. Inicialmente, ao dirigir-se a Cúneo, Rossetti faz referência ao portador: “a presente será entregue por um dos oficiais legalistas, caídos prisioneiros depois do episódio de Triunfo. Peço-lhe que lhe faça boa acolhida. Eles não passam de soldados, portanto, sem opinião, e nada de mal nos podem fazer”. Depois, após haver noticiado os últimos fatos do governo farrapo, sugere: “Enquanto isto, procure entender-se com nosso Comitê; se Mazzini nos enviasse uma autorização formal para celebrar um tratado com este Governo, ficaríamos muito mais prestigiados e a execução de nossos planos seria mais fácil. Seria necessário também que ele nos mandasse também cartas patentes ou ao menos que nos autorizasse a fornecê-las, se não quisermos nos expor a ser injuriados como piratas”.

Reportando-se à situação da República, informa: “O Governo precisa de dinheiro: logo está disposto a fazer grandes sacrifícios; diga-me se posso propor o Sr. Antonini para agente de um empréstimo aí...”

“O novo presidente da Legalidade despojou Tavares de todo o comando e desta maneira ele passeia humilde como um vil pelos caminhos de Rio Grande. O entusiasmo aumentou entre os nossos na proporção das vantagens obtidas. Estamos aguardando a todo momento as carretas com os uniformes enviados daí. Se conseguirem trajar a tropa, eu acredito que eles podem desafiar todas as forças do império”.

No “post scriptum”, há uma informação muito importante: “Hoje de manhã fui tomar café com o Presidente, o qual me disse, sem margem a dúvidas, que deverei acompanhá-lo sempre. Corte Real, que estava presente, conseguiu, em face de requisição formalmente feita pelo mesmo.

Expus-lhe o plano de governo que remeti a Corte Real e mostrou-se muito satisfeito e parece que, em tudo o que puder, deseja seguir-lhe a orientação. Espero que um dia possa vê-lo; não posso remeter-lhe uma cópia, porque não ficou nenhuma nem para mim mesmo. Amigo! Estou ousando-me demais? Tenho medo de mim mesmo; asseguro porém que trabalharei com tanta dedicação e prudência de modo que não causarei prejuízo a ninguém. Sei o que devo a eles e à minha pátria; enquanto isso, assista-me com seus conselhos e com sua amizade”.

A carta VIII, de 26 de maio de 1838, dirigida também a João Batista Cúneo e também de Piratini, nos fala da iminente publicação do jornal “O Povo”, órgão da República e que vem sendo cuidadosamente examinado atualmente pelo Prof. Salvatore Cândido, com a finalidade de identificar os trabalhos de lavra de Luiz Rossetti e, eventualmente, publicar uma antologia. “Preciso de livros e apenas encontrei a História Universal de Millot. Mande-me, portanto, alguns, poucos, se for o caso, mas de utilidade absoluta. Sem eles, não sendo dotado de todos os conhecimentos que me são necessários encontrar-me-ia desprovido de toda ajuda e o jornal, cuja redação vai ser me confiada, ficaria estéril e insípido, com prejuízo para todos”...

“Desejaria contar com algum artigo seu. Mandar-lhe-ei o primeiro número do jornal e do prospecto, parcialmente inspirado no seu (jornal), verá em que sentido devemos escrever.”

E passa a reportar assuntos internos da República; “Não desejam que se enuncie sequer a idéia de uma Ditadura; daí ser necessário sustentar os decretos ditatoriais sem falar da suprema autoridade que o presidente exerce. Acredito, porém, de tê-los entendido; farei, portanto, o impossível para contentá-los. O mal é que poderão subordinar-me a um revisor que ainda não conheço; se eles escolherem a meu gosto, continuarei a fazer o pouco que os meus escassos meios me permitem; se, porém for escolhido um antiquário à moda deles, acompanharei Borel (Garibaldi) à Lagoa...”

A carta n.º IX, posterior a 26 de maio de 1838, insiste mais uma vez pela presença de Cúneo no Rio Grande. E fala, ainda, da instituição de uma sociedade secreta, denominada Tupinambá. “A tipografia deve chegar em breve e o Governo está inclinado a entregar-lhe (a Cúneo) a direção; daí, se continua disposto a suportar privações conosco objetivando o progresso de nossas coisas, deve vir para cá. Eu o peço também em nome da Itália. Estando aqui, nós nos sentiremos mais seguros de conseguir os nossos fins. Que pensa fazer em Trieste? Pensa de escapar da vigilância da polícia? Irmão, não se engane com promessas de proteção. O mesmo capitão, que lhe parece tão inclinado à causa italiana, sem mesmo atraí-lo, pode abandoná-lo. Considere que a sua prisão além de nos causar profundo desgosto, nos seria também um grande prejuízo. Peço-lhe encarecidamente, portanto, que não se afaste de nós; pense que as coisas grandes não se renuncia por bagatelas e sobretudo não se arrisque a uma viagem que pode ser-lhe particularmente fatal.

Garibaldi não está aqui: está com Bento Gonçalves, que persegue Silva Tavares que se retira a marchas forçadas depois que soube do episódio de Rio Pardo. Garibaldi é seu amigo; é seu irmão; é lhe caro...”

“Corte Real animado por uma criminosíssima ambição, juntamente com Paulino, irmão desse Sebastião, instituíram não a “Jovem Rio Grande”, como o primeiro tinha prometido, mas a Tupinambá, associação de que ele talvez lhe tenha falado e cujo projeto me parece ser obra de Zambeccari. Estou muito longe de recriminar esse nosso patriota; desejo, porém, que lhe escreva fazendo-lhe sentir a necessidade que temos de nos manter em harmonia com eles, adiantando que a sociedade por ele proposta para o bem da América do Sul, aqui não teria outra finalidade que alimentar uma guerra civil, pois não se deseja que suscitar um partido contra Bento Gonçalves talvez em favor de Bento Manuel.”

A carta n.º 10 volta a falar da tipografia: “Temos a tipografia. Dentro de poucos dias sairá o primeiro número do jornal, que logo lhe enviarei. Tive de modificar o prospecto, pois, pretenderam convencer-me de que eu anunciava claramente uma ditadura. O que escrevi não me agrada, mas agrada aos outros. Portanto, é bom. Argumento que não me satisfaz. Não há remédio para isso”.

A publicação do jornal da República, porém, vinha encontrando dificuldades. Rossetti fala num “Manifesto”, que devia anteceder ao primeiro número. Redigido por ele, submetido ao censor, afirma que foi desfigurado. Na carta de 18 de julho de 1838, de Piratini, volta a falar sobre o “Jovem Rio Grande”: “Ainda não instalamos o “Jovem Rio Grande”: o cunhado do presidente, porém, que foi iniciado, ocupa-se com assiduidade e me prometeu que escolheria as personalidades mais distintas da República. Desejando manter-nos fiéis às instruções, nós não podemos iniciar mais ninguém e gostaria de observar que desejo que este artigo seja observado. Borel (Garibaldi) faz as coisas muito fáceis. Jamais ousei dizer isso a ele, porém, sempre pensei assim. Se é verdade o que nos diz Castellini, ele teria iniciado também a senhora N..., por Deus! Seria este um erro que jamais supunha fosse capaz de cometê-lo”.

IV

A correspondência trocada entre Luiz Rossetti e João Batista Cúneo não constitui apenas uma fonte valiosa de dados a respeito da evolução política da Revolução Farroupilha, nos meses anteriores à morte do missivista. Ela nos mostra também o drama vivido por esses exilados italianos, todos eles escapos da truculenta polícia sarda.

A carta nº XV, de 30 de agosto de 1838, escrita de Piratini, uma das mais extensas, narra não apenas fatos vinculados ao jornal O POVO, dirigido e redigido por Luiz Rossetti mas, ainda, o comportamento de uma misteriosa mulher, que ele amara e que terminou envolvida no desaparecimento de apreciável partida de açúcar. Queixa-se do mau comportamento de alguns dos exilados e, a certo ponto, exclama: “Per dio! I nostri italiani non mireranno dunque più che all’interesse?” (Por Deus! Os nossos italianos não olharão mais nada mais além do que interesse?) Protesta sua amizade a Cúneo e pede-lhe que não se deixe influenciar por más informações. Explica que se mantivera distante dele por uma série de razões, mas que sua amizade e profunda afeição eram indiscutíveis. Dedicava boa parte da carta a explicar sua atitude em face dessa misteriosa mulher, que certamente foi amada tanto por ele, Rossetti, como por Cúneo.

A carta, entretanto, passa a ter grande interesse pelas notícias referentes ao primeiro número do jornal O POVO, publicado em 1º de setembro daquele ano. O POVO tem o formato de 20x20. A apresentação se faz através do artigo PROSPECTO e sua autoria, descontados os cortes e, talvez, pequenas alterações, é de João Batista Cúneo que, note-se, residia no Uruguai e nunca tinha estado no Rio Grande do Sul. Para nós, o fato causa estranheza, mas não para a época, de intenso liberalismo. Procedamos, porém, à tradução de partes da carta: “Passemos a outro assunto. No momento em que escrevo, estamos compondo o primeiro número do jornal. O seu prospecto e um artigo meu necrológico completam o seu conteúdo. Você me consola quando me diz que me enviará um artigo seu escrito sobre a legalidade e que não há de me abandonar. Garanto-lhe que esta é a prova mais concreta que pode dar-me a respeito de sua amizade. Diga-me, na sua próxima carta, com que letras deseja que eu assinale os seus artigos, a fim de que o governo, a quem já informei da assistência que está me prestando, não venha a ter nenhuma interferência nisto. Tenho vários artigos prontos; sairão a seu tempo. Se não chegarem os livros que você me prometeu, não sei a quem dirigir-me, para consultar algum ponto de história, etc. – Almeida tem, não se pode negar – (sic) mas são almas de tal modo frias que dificilmente chegam a compreender a profundidade da doutrina que nos proporciona tanta coragem. Por exemplo, tive que suar, como se tivesse sobre as costas dez cântaros, para que ele adotasse o prospecto bem entendido. Dizia que a doutrina é excelente, mas que a nação podia espantar-se e mil outras coisas inúteis para serem recordadas agora que, finalmente, o fiz compreender.

Juntamente com esta, receberá o Manifesto (outro artigo). Agora me parece bom. Tenho, no entanto, o orgulho de informar que eles me devem o favor de que não se apresentasse como péssimo. Apenas o seu autor, certo Antonio Manuel, que você deve ter conhecido em casa do Corte Real, remeteu ao Governo, Almeida mo enviou, a fim de que o revisse e havia tantas anomalias, e era tão extenso, que percebi que minha consciência me impunha o dever de rejeitá-lo em bloco. Fiz as necessárias ponderações

e vi que outros concordavam comigo. Eu as envio e pode julgar por si mesmo. Sejam como forem, é necessário que seja divulgado o mais possível e, para tanto, enviarei uma porção de cópias. Igualmente mandarei uma cópia de nossa legislação; quando escrever para o Nacional, certamente lhe servirá para mostrar que o Governo Revolucionário, como tal, nada deixou de fazer para opor-se à anarquia, mal de que até o momento, na verdade, não sofremos.”

E Luiz Rossetti passa a tratar dos assuntos da Itália: “Não há dúvida de que se conseguir obter a proteção das autoridades (uruguaias), como nós estamos seguros de ter a de todas desta generosa Nação, poderemos, muito cedo, sermos de grande ajuda aos nossos irmãos da Europa. Nós seremos senhores da imprensa nesta América e, portanto, não é possível que não nos adiantemos a passo de gigante. Muito breve teremos o Comitê do **Jovem Rio Grande**, cujo presidente será naturalmente o Almeida. É preciso que você organize a **Jovem Oriental** porque desta maneira conseguiremos unir dois povos, até agora não muito simpatizantes. Não perca de vista tal objeto e pense nele seriamente. De minha parte prometo que (o Jovem Rio Grande) será composto por personalidades as mais ilustres e as mais influentes da Nação. Não me deixe sem as suas instruções, a fim de que nossos trabalhos obedeçam àqueles princípios de unidade, que são imprescindíveis ao bom êxito. Sabe que tem em mim não só um dócil, mas também um obediente, embora pouco hábil discípulo”.

Na mesma carta, recomenda que Cúneo, em nome do Governo da República, remeta material informativo ao deputado Teófilo Ottoni. “Deve procurar igualmente contato com certo deputado Ottoni, do Rio de Janeiro, e pode fazê-lo enviando-lhe, autorizado por este Governo, uma cópia do Manifesto e a compilação das leis. Ele é jovem e republicano. Poderá, com o andar do tempo, ser de muita utilidade. Ele é o chefe da oposição na Assembléia. Esquecia-me de que Almeida, por minha instigação, vai escrever...”

Passa, em seguida, a tratar da remessa de suprimentos à República. Um negócio não se apresenta muito claro e pode dar margem a especulações. Luiz Rossetti declara que jamais permitirá que se tome qualquer iniciativa que possa suscitar dúvidas. Queixa-se de Luigi Nascimbene, personalidade que deixaria, ainda hoje inédita, uma história da revolução. (O autor destas linhas pensa traduzi-la, para eventual publicação nos cadernos de sábado). Nascimbene era fornecedor da República, mas não de armas. Seu modo de agir, entretanto, desgostava a Rossetti, que chega a afirmar dele: “Nascimbene disguterebbe Cristo.” (Nascimbene chegaria a desgostaria a Cristo.) Em outra carta, escrita nesse mesmo dia, Rossetti informa que Almeida está desgostoso com o comerciante. A razão – que Nascimbene era muito apressado na cobrança de seus créditos. Nessa carta, dá informações de Garibaldi:

“Garibaldi está no seu emprego; falta-lhe, porém, gente. Não obstante fez diversas sortidas. A força marítima inimiga é muita, e se não conseguir provocar alguma surpresa, não fará muito. Gostei que você lhe tenha escrito. Acredito que ele é seu amigo e que o estima muito...”

Ao final da carta, Rossetti volta a tratar da misteriosa mulher, associada ao desaparecimento do açúcar. “Rio-me ainda da... e Garibaldi não o acreditaria. E comigo ela se apresentava como virgem, a pudica, essa desavergonhada e fiquei um mês inteiro em casa só, todos os dias! E eu a respeito! Por Deus! Acredite nas mulheres!”

Em outra carta, ainda de setembro, Rossetti fala de Garibaldi e se mostra cheio de confiança de que tanto a República como os objetivos da Jovem Europa serão atingidos. São cartas cheias de dinamismo, de esperança e de decisão.

V

Em 17 de outubro de 1838, Luiz Rossetti escreve a Cúneo e aos demais companheiros do Uruguai, informando que está de viagem o Coronel José Mariano de Mattos, alta personalidade da República. Diz ele: “Irmãos, ao recebimento desta, estará chegando ou já chegou José Mariano de Mattos. Vai hospedar-se em sua casa e vai munido de plenos poderes para definir nossas coisas em relação a esta república e à nossa (entidade). Peço encarecidamente que seja informado a respeito de tudo minuciosamente; justifiquem, como melhor puderem, a minha conduta e nada seja omitido, a fim de que seja sempre mais fortalecida a opinião vantajosa que eles formaram de nossa associação. Netto é nosso irmão. A associação fará, portanto, progressos gigantescos; é necessário que não desmintamos os nossos grandes objetivos”. Rossetti refere-se à sociedade secreta, que funcionava em Montevideu e era vinculada à “Jovem Oriental”. Nota-se, pelo tratamento, que o Gal. Netto já teria saído filiado à “Jovem Itália”. A informação é sobre-modo valiosa, para compreender muitos fatos ocorridos posteriormente, embora não se deva valorizar em excesso esse fato.

Em fins de dezembro, Cúneo, em nova carta, aprecia o panorama político, entre o Uruguai e a Argentina e, no caso de hostilidades provocadas por Rosas, aconselhava que Cúneo viesse ao Rio Grande do Sul. Informa, ainda, que houvera um complô visando assassiná-lo e, por isso, transferira residência para Minas, no Uruguai. Rossetti, depois, fala do jornal e agora com evidente mágoa: “Viu o jornal? Transformaram e alteraram o sentido de um dos artigos, que enviamos. Reclamei com o péssimo redator, mas, com que finalidade, se tudo estava consumado? Eu não voltarei à redação. Se ficar aqui, entretanto, desejo publicar outro jornal, ao qual penso intitular: “O Republicano”. Falei com o ministro e ele aprovou o projeto. Ontem fez-me redigir (um artigo) a respeito de certos poloneses, que chegaram ao Rio Grande...”

“O inimigo se prepara para sair de P. Alegre. E como Bento Manuel está em marcha na serra, pensam poder atacar Canabarro que assedia a cidade. Se assim procederem, esse valente os aguardará, tendo já dado aviso ao Governo, sendo que, ainda, é muito fácil que Bento Manuel se lance sobre eles”.

“Tivemos boas notícias de toda parte e nossa situação é a melhor possível. Dentro de alguns dias estaremos em Caçapava. Daí, estaremos em posição de acorrer a qualquer parte.”

Rossetti volta aos mesmos assuntos, na carta de 17 de janeiro de 1839. Insiste com Cúneo, a fim de que faça pressão sobre os uruguaios, para que se ponham, de uma vez, ao lado dos farroupilhas e escolham entre a República e o Império. Diz que os farrapos desconfiam muito dos franceses e que o Paraguai está se armando a toda a pressa. Os horizontes estão turvando-se.

O leitor há de tomar conhecimento da carta XXII, de 19 de janeiro de 1839, com particular interesse. É extensa, e os assuntos tratados do mais vivo interesse. O pseudônimo não é Farinata degli Uberti, mas Bento Oliva. Algumas afirmativas quase chegam a ser proféticas:

“Irmão: ontem chegaram finalmente sete marinheiros com as carretas e as famílias de Corte Real. Os outros, segundo as notícias que tenho, chegarão amanhã ou depois. Até agora tenho em meu poder a sua carta de 24 de Outubro. Nascimbene me anuncia outras que se encontram ainda em poder de Villavegni.

Respondo, portanto, à carta citada.

Eu não poupei esforços sobre esforços, a fim de que sejam remetidas tropas de gado e tudo me leva a crer neste mês sejam enviadas mais de 5.000; acreditem que eu estou ao lado de Almeida, quase como um procurador. Conheço todas as necessidades de vocês; sei que devem ter passado maus momentos; mas, que podemos fazer, se uma fatalidade atroz nos persegue? Não obstante tudo, espero em breve dar provas de minha preocupação e vocês não terão, nem por sombra, motivo para duvidar da boa fé do meu governo e do empenho com que ele procura corresponder a todos os que estiveram a seu lado no tempo da desgraça.

Informei que, dentro de poucos dias, planejava editar um novo jornal. Gosto de saber que Corridi se tenha decidido. Irmão: as circunstâncias impõem ao Rio Grande a obrigação de tomar a iniciativa na América do Sul. Eu o vejo, eu estou convencido, mas eles (os farrapos) não conhecem esta vantajosíssima posição. Eu faço quanto posso, mas a maioria das vezes sou obrigado a confessar a mim mesmo que prego no deserto. Corridi, portanto, me é necessário. Nós publicaremos um jornal nosso, independente, e propagaremos as doutrinas e os princípios que professamos.

Deve ter recebido informações de que estamos aguardando grandes acontecimentos. Dentro de poucos dias, deverá partir quem terá a atribuição de acertar tudo em definitivo. Este é um grande passo para nós, tanto se refletir que disto tudo se pode deduzir que o progresso penetrou até onde fora adotado o princípio constitutivo da própria vida política, de separar-se completamente.

Vamos remeter diversas coleções do jornal. Procure sempre encaminhá-las ao Rio de Janeiro. Eu tomei a resolução, como já disse, de não voltar à redação. Almeida, porém, a todo momento me convida a escrever algum artigo. Mostro-me renitente, mas de quando em quando me deixo convencer; por isso, encontrará uma correspondência destinada a despertar um pouco o patriotismo das mulheres; um pensamento que facilmente reconhecerá como meu a respeito dos polacos engajados pelos agentes do Império; duas proclamações do Presidente, uma aos rio-grandenses e outra aos habitantes de Piratini e, finalmente, um comunicado no qual falo da América, de modo geral e do crime monstruoso cometido pelos brasileiros, escolhendo fórmulas imperiais, bem como da necessidade de todas as províncias de unir-se e de harmonizar-se com as Repúblicas de 1810. Há-de concordar comigo que este argumento tratado como deveria sê-lo e por uma pena hábil seria do mais alto interesse. Eu não renunciarei jamais a um princípio, sobre o qual meditei longamente. É necessário, isto é, segundo o meu parecer, que a América separe a sua política da política européia. É necessário que os americanos se unam e daqui poderá, talvez, partir uma aliança geral de todos os povos. O menor terror de seus governos, a benignidade de suas polícias deixam o caminho aberto. Encontrará no número de hoje um artigo sobre a situação atual do Brasil. É de autoria de Antonio Manuel da Câmara, o mesmo que redigiu o esboço do “Manifesto”. Observe como insulta a mocidade italiana e francesa e a nós cabe responder-lhe. Eu o farei daqui, você responda por meio do Nacio-

nal. Este é um velho que exerce uma poderosa influência no ânimo destes meus credulíssimos senhores. A língua é tudo para eles, um erro de gramática é um delito. Não sabem aprofundar o assunto e o meu Almeida menos de todos. O Presidente teve a bondade de elogiar o meu artigo sobre a América em minha presença. Eu gostaria, porém, que o mesmo artigo fosse desculpado”.

Note o leitor que se tem toda razão, quando se afirma que, no Rio Grande do Sul, sempre houve um cultivo esmerado da língua nacional. Rossetti textualmente afirma em italiano: “La lingua é tutto er essi, um errori di grammatica è un delitto”.

Cortemos a tradução desta carta aqui. No próximo número, daremos a continuação, em que Rossetti deixa transparecer sua fé na vitória final.

VI

Como dissemos, a carta de 19 de janeiro de 1839, muito extensa, é valiosíssima para entender muitos aspectos vinculados à Revolução Farroupilha e aos conceitos que Luiz Rossetti tinha dos farrapos. Prossigamos com a tradução:

“ À noite. – Retomo a pena para continuar esta carta e responder a todas as perguntas que me formulou, visando satisfazer a sua curiosidade e tranquilizá-lo. Antes de mais nada, o essencial.

O Governo se transfere para Caçapava. O plano da nova campanha, que logo vai começar, assim o exige. Os imperiais, na certa, gritarão vitória, dirão que estamos fugindo, mas muito breve sofrerão o desengano. Estamos fortes e certos de vencer. A Revolução não pode retroceder e a República está solidamente constituída.

Publicarei o extrato de sua carta. Eu e todos nós estamos persuadidos do apoio da nação oriental. Nada nos pode fazer perder a certeza de tê-los como amigos. A política de um velho imbecil pode retardar a união dos dois países, impedi-la jamais: Os povos se entendem e tudo demonstra que hoje não é tão fácil torná-los inimigos, um em face do outro.

Consta-me ter ouvido dizer que Amores, como bom republicano e irmão, desgostou-se com o procedimento extravagantíssimo desse Governo. Fiz ciente do fato o Presidente e asseguro que ele, Amores, desfruta da estima presidencial, bem como da mais sincera amizade. Eu não me dirijo diretamente a ele porque não quero tomar o tempo precioso, e ainda mais porque suponho tenha partido na companhia de Fructo, para Dura-zno, para onde me dizem que este último se dirigiu.

Traduzi igualmente tudo quanto se refere ao assunto “couros” e à questão tudo dei ciência ao Presidente. Em seguida, transmiti ao Almeida tudo quanto que foi anunciado na carta de 24 e como até agora José Mariano de Mattos não escreveu sequer uma sílaba, tememos que Vazquez predomine sobre o ânimo do general e consiga lançar os dois países num abismo de desgraças intermináveis. Mas, neste caso, que fazer? Nós temos repugnância por certos meios que as circunstâncias nos oferecem, meios bons, mas, irmãos, opostos aos princípios adotados, aos interesses de quem é tão caro aí, como a mim. Como conciliar uma aliança com quem não deveria encontrar aliado algum? Como atirar-se contra um povo que amamos?

Que os nossos amigos reflitam sobre todas essas coisas. E que se trate secretamente do método destinado a evitar todos esses males. Não esqueça de dizer a eles que uma perfeita neutralidade é impossível sem o reconhecimento manifesto da República, sem a admissão de sua bandeira nos portos da Nação. Diga a esses irmãos que reconhecendo o Governo como constituído de fato, a mim me parece que o Império não poderia, sem violar o direito das gentes, declarar guerra a Montevideu. Eu acredito que as demais potências se oporiam.

Vamos a coisas muito importantes para vocês. Almeida deu as ordens mais positivas a fim de que sejam prontamente enviadas diversas tropas de gado, e eu mesmo vi e li os diversos ofícios dos comandantes de polícia anunciando a partida de 1º a 10 do corrente mês. Espero, portanto, que logo estejam aí. Façam sobretudo honra aos seus negócios sem importar-se demais dos pagamentos, para os quais Castellini não tomou compromisso. (Tradução literal).

As patentes não vão preenchidas, como você pensou. São patentes de Capitão comandante corsário. Eu tinha entendido mal as minhas instruções, que mal lera. Dentro de alguns dias partirá daqui um capitão americano, que encaminharei para aí. Ele obteve uma carta de marca e dará as explicações de que há necessidade.

Desgosta-me muito que não tenha sido concluído o negócio com Campi, tanto mais que eu tinha dado notícia ao governo como coisa consumada. No entanto, encaminharei para isto também alguma solução.

Os marinheiros chegaram com mil pretensões. Trataremos de satisfazê-los. Encontram-nos num momento de penúria, que nem se pode imaginar. O governo, desejando pôr o exército em movimento, teve que efetuar uma série de pagamentos, que exauriram o tesouro. Ainda assim. Tudo será providenciado. Almeida é um homem de recursos...”

Rossetti, em seguida, dá algumas informações sobre Garibaldi. Faremos a tradução literal: “Garibaldi esteve gravemente enfermo. Agora se restabeleceu e ameaça casar-se. Escreve-me pedindo que lhe sirva de Mentor. Imagine se eu o farei! Depois de amanhã, como o governo me solicitou acompanhar os marinheiros, partirei para vê-los e farei com ele o que um amigo deve fazer nessas circunstâncias. No entanto, se estivermos adiantados, então há não outra solução, e eu mesmo o induzirei a cumprir o seu dever. Não sei quem seja a tirana”.

O leitor, diante deste trecho, deve tirar as suas conclusões. Note, porém, que a hora do grande amor de Garibaldi ainda não soara.

“Em meados do mês que vem teremos dois lanchões novos e bem equipados. Temos, portanto, motivo para esperar que se possa operar com vigor contra a marinha imperial e eu me inclino a acreditar que Porto Alegre, se nosso cruzeiro a Itapuã for feito com a atividade que merece, será obrigada a exigir a entrada dos republicanos.”

O post-scriptum espelha a posição de Cúneo: “Almeida quer depositar em suas mãos 50.000 patações (colonnati) a fim de ver-se livre de tantos comerciantes sem coração. Ré portou-se mal, antes, muito mal...”

Na carta de 20 de janeiro de 1839, Rossetti trata de Zambeccari e diz textualmente: “A mesma carta diz que Zambeccari se encontra em grave penúria. O presidente perguntou se você mandou os 500 mil réis...” E conclui: “Bento Gonçalves deu ordem de redigir dois artigos; por isso, devo despedir-me”...

A XXIV carta, de 7 de fevereiro de 1839, está truncada. Documento também precioso, infelizmente sofreu materialmente a ação do tempo. A certa altura, porém, fala em retomar a redação do jornal, tão logo cheguem a Caçapava. E aí, diz ele, que publicará também um almanaque da República, de cuja composição já estava encarregado. Nele, além dos fatos principais dos três anos de República, deveriam constar os nomes mais evidentes do governo. O final da carta é obscuro, mas muito explícito: “Minhas saudações às beldades; naturalmente você deve estar de mau humor em relação a elas também e disso eu tenho compaixão. Quando você está de mau humor, que ninguém o toque, por amor de Deus! Eu o sei!...Que têmpera de homem! Lembrou-me ainda de uma coisa. Aos três miseráveis (carogne) de que me fala em sua carta gostaria que vocês apresentassem as contas, não porque presuma que as paguem e assim tirá-las crédito de Castellini; mas, sim, para que esses três miseráveis não falem de um Governo que lhe antecipou dinheiro para pagar, como Bastini pagou, seus débitos em Buenos Aires”. Não se sabe a quem se referiria, para defender tão violentamente a honra da República farrapa.

VII

A correspondência de Rossetti, com o evoluir dos fatos, se torna cada vez mais interessante. Sentem-se nela, de modo especial, os problemas de abastecimento da República, as reclamações dos fornecedores, o esforço dos governantes para recolher meios, as naturais divergências, as inimizades, as esperanças, o idealismo exagerado e, no tocante a Rossetti, a falta de vivência, que lhe fazia sentir a Revolução de um ponto de vista que não era compartilhado em sua generalidade. Em 7 de fevereiro, de Piratini, no ano de 1839, voltava a escrever. Era a necessidade de aproveitar algum eventual portador, de confiança, que fazia com que a correspondência se acumulasse. Nesta carta, Rossetti diz que Cúneo, Nascimbene e os demais bradavam com ele reclamando pagamentos; em compensação, ele insistia com Almeida e Almeida movimentava energicamente coletores e policiais, para recolher gado, com que se obtinham recursos a fim de financiar a guerra. “Depois de amanhã, partiremos para Caçapava. Aí, talvez, retome a redação do jornal ou imprimirei um outro, no caso de não me ser dado o que vou pedir. O POVO, na verdade, está contaminado e eu experimento o mais vivo desgosto. Observo-o todos os dias a Almeida, mas, como firo o seu amor próprio, constranjo-me em ouvir “se” e “mas”, sem obter que se insiram em suas páginas coisas contrárias aos princípios que foram divulgados. Pedi o favor de criticá-lo no Nacional a propósito do comunicado do velho e clássico Câmara. Não sei se o fez; em caso negativo, peço-o encarecidamente. A ocasião é excelente.”

E aqui chamamos a atenção do leitor. Esse Câmara, contra quem Rossetti tanto se insurge, entretanto, nos mostra que a Revolução Farroupilha não era ideológica, basicamente, mas, como têm publicado nossos historiadores, desde Souza Docca a Walter Spalding, era reivindicatória, isto é, insurgia-se contra os abusos do Império. A República, a separação, a independência evoluíram por força das contingências. Rossetti entendia a República como um passo avanço no progresso, deixando de lado as formas imperiais. Daí, a sua divergência radical. Câmara, de que já falou em correspondência anterior, entretanto, com sua vida passada aqui, sentia os fatos sob outro prisma. Prossegue Rossetti, em sua carta: “Ele qualifica de maluca a juventude italiana e francesa, ao mesmo tempo em que não deixa claro se deseja ressaltar princípios aristocráticos, antes que defender e

sustentar a República. PARECE-ME QUE ELE DEIXA ENTREVER QUE A REPÚBLICA PROCLAMADA NÃO É, NO PARECER DELE, CONSEQUÊNCIA DO PROGRESSO MAS APENAS DA MÁ ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL. NÃO UM MEIO MAS UM FIM A QUE SE QUER IR POR PURO CANSAÇO, CAUSADO PELO JUGO OPRESSIVO. Explico-me melhor. Parece a ele que os rio-grandenses teriam igualmente escolhido o governo de um príncipe; que não tinham em vista senão subtrair-se à tirania imperial de qualquer maneira. Concedo que isso seja assim mesmo mas não se deve descobrir o véu, não devemos dizê-lo. O princípio republicano que os rio-grandenses proclamam é a consequência das luzes do século, o resultado inevitável de todas as revoluções que os precederam, começando pela americana de 1776. Mas esse princípio foi posto em prática pelo despotismo que os vinha tão bruscamente ameaçando de parte do Império. Encontrará, no nº 40 e sucessivo 41, um comunicado meu. Verá que Câmara, em alguns pontos, está de acordo comigo. Parece-me, porém, que o meu artigo se aproxima mais da verdade. O assunto tratado por vocês, dirão, não é o mesmo e eu concordo, porém, se tivesse continuado a responder aos seus próprios quesitos, parece-me que deveria encontrar-se com as minhas idéias. Estou prolongando-me bastante sobre esse assunto e você não pode saber a causa. Câmara, depois que leu a primeira parte do meu artigo inserto no número 40, enviou para o 41 a primeira parte do dele e eu creio que o tenha feito com bastante malícia. Não é o melhor amigo que nós tenhamos aqui. Ele é um velho agarradíssimo aos princípios dele. Mostra seguir o progresso mas não o segue o interesse da democracia e sim no interesse da aristocracia à qual gostaria de sujeitar a República. Por isso, não vamos de acordo e quando pode não deixa de acicatar. Ele sabe que eu pertenço à JOVEM ITÁLIA, e não hesitou em ofender, a rigor, o meu amor próprio tratando-nos, assim, de loucos, de absurdos que desejamos reformar o mundo dum momento para o outro. Era minha intenção responder a ele: concordo, porém, em que devemos poupar a pouca reputação do jornal. Façam-no aí, peço-o. Você me prestará um grande serviço. Há aqui alguns outros que pensam pela mesma bitola. A República pode ressentir-se do mal que, mesmo sem querê-lo, eles podem causar.

Marco-lhe às margens as poucas coisas que são minhas. Perceberá com seu bom senso às incorreções, que minha viagem a Camaquã permitiu fossem introduzidas. Com o pretexto de corrigir a linguagem, troca barbaramente até o sentido.

Fazer-me dizer o que jamais sonhei. Devemos ter paciência; juro, porém, que estou muito aflito e irritado. No número 43, nas poucas considerações que eu ajunto à correspondência do Rio de Janeiro, fazem-me dizer que “as esperanças que nos inspira, etc.” (em português), aborrecem! Por Deus! Como não irritar-se? Eu escrevera assim: “Se o autor de correspondência nos tranqüiliza com boas notícias e as esperanças que nos inspira, com seu primeiro parágrafo nos molesta terrivelmente e faz-nos gelar o sangue nas veias. Veja só que diferença. (NOTA: o que saiu no jornal foi: “Se o autor da Correspondência nos tranqüiliza com boas notícias; as esperanças que nos inspira, em seu primeiro parágrafo, nos molestam terrivelmente e fazem-nos gelar o sangue nas veias”). É armar um contra senso brutal e contrário até à filosofia das paixões (sic). E, no entanto, é preciso inclinar a cabeça; bradar contra é absolutamente inútil. Na carta das províncias me fazem até dizer “reconhecer este fato” (em português), em vez de “reconhecer d’esto fato (em português); no extrato de sua carta “dos luzes americanos” (em português) e mil outros erros, dos quais, embora inocente, deles sou criminoso.”

Depois de tratar de diversos assuntos, vinculados à política da sociedade secreta, ajunta: “Quinzio vai remeter-lhe algumas coleções de jornais do 1º ao n.º 45. Peço encaminhar uma à Bahia e outra a Pernambuco. Gostaria que o número 45 fosse distribuído em toda a parte. Talvez possa produzir algum bom resultado.

Estou preparando a horrível história de todos os assassinatos cometidos pela legalidade. Eu espero que, assim, seja desmascarado completamente o Governo Imperial. Ela é a acusação mais forte e talvez a mais eficaz que se pode fazer. Buscarei traçá-la com cores tão negras como atozes são os delitos que são cometidos em nome da justiça e da lei.”

Nesta carta, volta a repetir o que disse de Garibaldi: “Mutru passou alguns dias doente. Agora está melhor. Garibaldi está apaixonado e ameaça casar-se. Não fará nada. Ele mo prometeu. A propósito, Garibaldi vai escrever-lhe, mas não deve exigir humilhações. Ele é seu amigo, estima-o e aprecia-o. É necessário voltar à velha amizade, pensar seriamente em não nos desunir por coisas de somenos importância. Uma mulher não deveria ter turvado a boa harmonia e a confiança que existia entre os dois. Já conhece o coração de Garibaldi; assegure-se que nada mudou. Peço-lhe que seja igualmente bom, use de sua generosidade e aceite a paz que ele vai oferecer-lhe. Ele é digno do amigo. Vocês dois foram feitos para amar-se fraternalmente.” Salvatore Cândido observa que, nas relações entre Cúneo e Garibaldi, ficam algumas sombras. Essa briga, como se vê, foi causada por amarem ambos a mesma mulher, coisa que a História não esclareceu.

VIII

A carta nº XXVI, provavelmente de 9 de fevereiro de 1839, dá numerosas informações sobre diversos assassinatos de elementos farroupilhas e praticados, como se supõe, por legalistas. Rossetti pede a interferência de Cúneo no Uruguai. Neste momento, recebemos de Crescêncio a notícia de mais um assassinato. Certo Antonio Valhega, por antonomásia Barberio, morreu apunhalado. Os assassinatos são os mesmos que mataram Zerboni, Vasco Amaro, João Antunes e outros, cujos cadáveres não foi possível identificar.

Tudo nos leva a crer que quem está dirigindo esses golpes, tão seguros, esteja localizado em Cerro Largo. Almeida recebeu uma comunicação anônima, que traz os nomes de quatorze indivíduos, sem contar o de Zerboni, que nela não figura, aos quais a legalidade parece ter condenado à morte.

Conte estas coisas, a fim de que nossos irmãos sejam informados. Eles devem saber que o Governo Oriental dificilmente manterá a neutralidade a que deseja limitar-se, se não puser um final a tantos crimes premeditados, dentro do seu território.

Faz muito tempo que Caldeiron e Jucca Presto, aos quais o presidente beneficiou com um indulto, que estão ameaçando a nossa fronteira impunemente e sem risco de serem molestados. Vocês devem perceber que tal situação não pode perdurar. Ponderem estas coisas ao sr. Lamas, amigavelmente. Digam-lhe de minha parte que mostrando-se informado por parte de outras pessoas e não por mim, deve expor tudo ao general, fazendo-lhe sentir que conservando em seu exército ou no território da Nação homens desse estofo, compromete, no mais alto grau, a boa harmonia que deseja seja conservada entre

as duas nações. Um Carolina e um Pedro Moreira, de Cerro Largo, são os homens mais perigosos que se possa imaginar; e eu não hesito em acreditar que os parentes dos mortos não se apressem, algum dia, não obstante a vigilância do meu governo para obviar dissabores, a vingar-se nesse mesmo lugar. Todos estamos cansados de contemplações e, irmão, digo-o eu, aí se os nossos forem provocados a entrar! Fructus não compreende bem quais sejam os interesses dele, os interesses da nação.

Deve bem entender que eu não devo figurar em nada de tudo isso que os amigos, talvez, queriam reportar ao Governo a este respeito. Eu me limito a aconselhar um procedimento que me parece útil a quem está interessando-se a fim de que não se venha às mãos com a República Oriental. Querem ficar neutros? Então, procure-se a não dar motivo a queixas. Eis tudo quanto vocês devem exigir do seu governo. Ninguém, porém, me autoriza a torná-lo público. Estou expondo este assunto espontaneamente e não por sugestão de quem quer que seja". Ao final dessa carta, que revela a identificação e a integração de Luiz Rossetti no espírito e nos interesses da República, pede a Cúneo que apresse a compra de tipos. Acrescenta: "Irmão, eu sei que deveria ter enviado uma soma maior, mas aí não se pode imaginar quantos sacrifícios custem ao pobre Almeida os pagamentos que mandou fazer. Se vocês soubessem, doer-lhes-ia o coração. As coisas porém, de agora em diante, só devem melhorar".

A admiração de Luiz Rossetti pelo infatigável ministro Domingos José de Almeida, porém, não se cingia aos assuntos doutrinários. Rossetti era mazziniano e fervoroso adepto das idéias republicanas. Almeida, como político, sabia até que ponto a opinião pública podia ser trabalhada, sem criar tropeços e entraves. Na carta de 14 de março de 1839, escrita de Caçapava, traz uma divergência com Almeida, que censurara um artigo. "Encontrará no nº 47 um lugar onde se diz que o povo é invencível, mas eu tinha escrito assim: "O POVO É INVENCÍVEL, ETERNO, OMNIPOTENTE COMO DEOS". Sem me consultar, sem me ouvir, o mesmo Almeida, baseando-se nas considerações de um ignorante que me chamou de herético, mutilou minha proposição. Este fato me causou tanto desgosto, que depois de haver bradado e solicitado em vão que o meu artigo não fosse impresso, vi-me na contingência de solicitar a minha demissão. Portanto, não sou mais o diretor dos trabalhos litográficos, nem o Redator do jornal que, como vê, havia reassumido. Amanhã parto para Camaquã, devendo passar por Piratini, onde tomarei três canhões para conduzi-los à mesma Camaquã.

Todas estas coisas devem desagradar-lhe e desagradam a mim também; no entanto, é necessário sofrer e continuar a não dar lugar a escândalos maiores. Tenho ordens de assumir o comando de um lanchão e você compreenderá que não farei coisa alguma. Almeida será obrigado a chamar-me de novo. Eu porém decidi de fazer o surdo e ele o merece. No nº 43, depois de citar as palavras de Mazzini, dizia: "os povos jurarão obtê-la: Deos ouviu o seu juramento e hão de cumpri-lo". O meu Almeida quis, de toda forma corrigir, como ficou impresso. Que faria você no meu lugar? Eu sei, teria reclamado contra o título, a epígrafe, o prospecto, etc., mas meu caro, tudo inutilmente. Estes senhores não compreendem absolutamente estas coisas. Fecham-lhe a boca dizendo que o jornal é do Governo. Castigue-o com o Nacional e quanto a mim deixe-me digerir toda raiva que me devora".

Depois de tratar de vários assuntos, entre os quais a remessa de gado, pela República, para o Uruguai, traz uma notícia curiosa a respeito de Garibaldi: “Garibaldi encontrou-se no meio de seis embarcações inimigas e lançou-lhes alguns golpes; eles, porém, não ousaram atacar, **ainda que o vissem insultar o pavilhão imperial arrastando-o na água**”.

Em 14 de março de 1839, Rossetti pedia a Cúneo que não castigasse o POVO por meio do Nacional: “Peço agora de não fazê-lo. Devemos ter cuidados com o Almeida, que deve reservar a redação para si. Venho de ter com ele uma curta conferência e juro que já estou arrependido de haver solicitado a minha demissão. Mas, que fazer! Como iam as coisas não era mais possível! Dentro de poucos dias, entretanto, estarei de volta; ele mesmo me comunicou há poucos minutos. Não obstante isto, não retomarei o jornal, porque tenho bons motivos para crer que me enviarão a acompanhar Câmara ao Paraguai. Gosto de fazer esta viagem e vou tratar, ainda, de conseguí-lo.”

Na carta de 20 de março do mesmo ano, traz uma informação a respeito de sua inimizade com José Mariano de Mattos: “Dizem-me que José Mariano está de volta. Que é que ele conseguiu? Um dia lhe contarei como se tornou meu inimigo; como o mal fundado orgulho dele lhe fez presumir de conseguir aquilo que o menos providente reconheceria como impossível; e como atribuiu só a mim a falta de absoluta boa fé. O tempo, porém, que a tudo faz justiça, já me fez em boa parte e em breve espero consegui-la toda”.

Pelo final dessa carta, recomenda: “Cúneo, escreva ao presidente; Castellini, escreva-lhe também. Ele aprecia a ambos e se preocupa com o bem estar de todos dois. Seguramente sente em não poder dar maiores demonstrações de apreço. Ele pede sempre notícias de vocês e nunca deixa passar a ocasião de afirmar quanto aprecia o fato de eu haver conseguido tão bons amigos para a República.”

Rossetti estava certo, quando dizia que Bento Gonçalves estimava Cúneo. Este sucederia a Rossetti na direção do jornal, mas seria por pouco tempo.

IX

A carta XXX é datada de 7 de maio de 1839, da Barra do Camaquã, Luiz Rossetti narra suas atividades bélicas, como marinheiro. “Irmão: Hoje à noite desfraldaremos velas com quatro embarcações a fim de nos encontrarmos em Itapuã, onde iniciaremos a atuar na linha de comunicações do inimigo. O meu mau destino também desta vez volta a lançar-me, digamos assim “de olhos vendados”, numa carreira, da qual não conheço coisa nenhuma. Serei feliz? Se volto atrás e do passado penso no futuro, tremo pelo meu destino. Não obstante, seguirei para frente. Deus conhece as minhas intenções e espero que ele me conceda poder realizá-las.

Recebi anteontem uma carta do Almeida. Assegura-me a sua amizade, mas não me fala da volta a Caçapava. Acreditam que eu sou um marinheiro e, portanto, querem que eu fique na esquadilha. De fato, esse é o posto do 2º Comandante. E isso me faz recordar o pobre marquês da Salamandra, feito capitão de Fragata, malgrado seu. Não pensemos mais nisso. Almeida, a fim de atender aos meus desejos e vigiar para que no jornal não sejam insertos artigos contrários à sua doutrina, diz-me que merecia trocar-se o título e a epígrafe. Tenho a impressão de descobrir em suas palavras um pouco de aspere-

za. Não importa! Importava-me muito que o jornal não terminasse nas mãos de outros. Espero poder continuá-lo, não dependendo, porém, do Governo e então apresentarei minha demissão do posto de Oficial e me retirarei a brandir uma arma que pode tornar-se bem mais útil ao nosso grande plano.

Câmara não me escreveu; e sei que está de viagem; lá se foi, portanto, a esperada viagem ao Paraguai. E por quê? Quais os motivos que ele pode ter encontrado para não chamar-me, conforme ele havia prometido? Querem-me marinheiro de qualquer jeito; supõem-me necessário às operações! E com Garibaldi lá me vou a repetir a figura do pobre marquês com seu lugar tenente..."

Depois de narrar a surpresa causada por Moringue, que atacou os marinheiros trabalhando na recuperação dos lanchões, dirige algumas palavras a Castellini. Trata-se de um pedido, formulado em tom patético. Parece que o leal soldado da República, o leal mazziniano, pressentia que algo não andava bem no seu destino. "Castellini, se estiver em contato com o governo e tem os meios de fazê-lo, desejaria que me fizesse um favor. Tenho uma única irmã e ela se encontra muito longe da pátria e em Palermo.

Depois que me encontro na América, nunca pude enviar-lhe o que quer que seja; agora, gostaria de demonstrar que não a esqueci. Gratíssimo ficaria se por meio de seu sogro lhe fizesse pagar todos os meses dez patações (collonati). Acertarei com Almeida e por meio dele o reembolsarei das despesas. Sei muito bem que lhe devo outra soma e certamente farei o possível para cumprir quanto antes o meu dever; no entanto, não deve negar-me este favor, tão importante para a tranquilidade do meu espírito. Ela me serviu de mãe e no tempo de minha emigração para lá foi amiga e conforto em todas as minhas desgraças. Para ter notícias dela é preciso que seu sogro se dirija à Casa de Comércio Inácio e Vicente Florio, em Palermo e ao guarda-livros do sr. Paulo Sebastião Odero, em Gênova, Luiz Caprile, e perguntar a eles a respeito da senhorita Plácida Lavaggi de Rossetti. Se puder prestar-me este novo favor, serei eternamente grato". Observa, justamente, Salvatore Cândido que se trata de um pressentimento. Rossetti tinha a impressão de que marchava para um destino trágico. A lembrança da irmã distante, certamente, em meio à pobreza o angustia... Não sabemos se a providência foi tomada. Rossetti, de volta da viagem a Laguna, onde teria seu momento de glória, cairia, de armas na mão, na Batalha do Passo do Vigário, em Viamão.

Nessa mesma carta, narra o que sucedeu com documentos que lhe pertenciam e que devem ter caído em poder dos imperiais, ou que deles se desinteressaram: "Sei que a pequena maleta se encontra nas vizinhanças de Piratini. O inimigo avançou com uma força de 1.600 homens daquele lado e, por isso, não sei quando poderei revê-la. Naturalmente, havia nela cartas suas e não as terei tão logo em meu poder. Não sei nada e, por isso, não posso certamente informar aquilo que por acaso tenha pedido.

O General Netto dentro de poucos dias terá cercado os 1.600 homens de que lhe falei, e como o acompanha o mesmo ministro da Guerra do Império, todos estamos convictos de que, quando houver experimentado uma carga de nossa cavalaria e tiver sido feito prisioneiro, para libertar-se, dirá a verdade ao governo dele e o convencerá da impossibilidade de submeter, mais uma vez, o Continente. Itapuã está fortemente fortificada, e tão logo estivermos integrando aquela força, Porto Alegre não poderá resistir por mais tempo.

De Caçapava não posso informar coisa alguma, mas se devo dizer aquilo que me parece adivinhar, estou inclinado a declarar que o governo está, talvez, disposto a imitar Rivera e se mantém em boas relações também com Rosas e Lavaleja. Anunciaram uma espantosa vitória dos chilenos sobre Santa Cruz. Eu não acredito. E escrevi a Almeida a fim de deixá-lo de sobreaviso”...

“Quase me esquecia de dizer que o inimigo, tendo deitado por terra a porta da casa de nossa particular habitação, tomou-me todas as cartas, entre as quais estavam as cartas de vocês todos. É essa uma pequena desgraça que não terá, espero eu, nenhuma sinistra conseqüência, tanto mais que tendo caído em mãos de um verdadeiro ignorante, não encontrando... (o texto está destruído no original)... no caminho que fizeram retirando-se. Não acharam o INICIADOR digno deles e o fizeram igualmente em pedaços”...

As cartas seguintes, de nº XXXI, XXXII e XXXIII vêm de Laguna. Luiz Rossetti acompanhará os exércitos da República na expedição de que resultaria a proclamação da República Juliana, entidade a que ele se dedicaria com um entusiasmo transbordante. O comportamento de Garibaldi e de Rossetti, na expedição, foram publicamente elogiados por Joaquim Teixeira Nunes, comandante das forças de vanguarda, sendo ambos apontados à consideração dos seus companheiros de armas e ao reconhecimento público”. O marinheiro que se confessava impreparado, revelava-se um ótimo combatente, tanto assim que sua memória ficaria para sempre no coração dos republicanos rio-grandenses.

Em Santa Catarina, Rossetti desempenharia intensa atividade e de sua atuação resultariam as três cartas finais. Segundo Salvatore Cândido, Rossetti ficou longo tempo sem escrever a Cúneo. Certamente, os azares e os trabalhos da expedição lhe impediam.

Note-se que Luiz Rossetti mantinha esplêndidas relações com numerosas personalidades do mundo-uruguaio. Entre seus amigos, residentes em Montevidéu, contava-se também Bartolomeu Mitre, então muito jovem, e futuro presidente da Argentina e supremo comandante das forças contra Lopes, na Guerra do Paraguai.

Rossetti conseguia manter-se leal aos seus ideais de mazziniano, ao serviço da República Rio-grandense.

X

O leitor permitirá que as três últimas cartas de Luiz Rossetti sejam traduzidas praticamente na íntegra, uma vez que se referem à República Juliana. Todas são como as demais, endereçadas a João Batista Cúneo. A primeira é de 10 de setembro de 1839 e procede de “Cidade Juliana da Laguna”. “Irmão: Está em meu poder, há alguns dias, a sua de 8 de maio, não tendo recebido a outra do dia 3, de que me fala. Os senhores de Caçapava retém, para eles, os jornais que me remete. É melhor, portanto que não tome o incômodo de continuar a enviá-los.

A esta hora deve ter recebido a funesta notícia do naufrágio do Farroupilha. É uma perda irreparável; é preciso armar-se de estoicismo e contentar-se com as muitas lágrimas derramadas sobre a memória do irmão e dos amigos que nos foram tirados. É um novo sacrifício que fizemos para quem talvez, nos será ingrato!

A tomada da Laguna, onde logo nos fortificamos não tarda a fazer com que domine-mos toda a província. O inimigo está localizado no Morro dos Cavalos; dentro de alguns dias, porém, Canabarro o desalojará. Nós perseguimos o inimigo até lá juntamente com o tenente coronel Joaquim Teixeira Nunes, de quem eu era o primeiro ajudante de campo”...

“Tão logo se instalou o Governo fui chamado à nova capital e ocupo agora o emprego de Secretário Interino do Presidente. O ruim é que sou obrigado a redigir todos os decretos e quase toda a correspondência dos dois ministros. Imagine o meu embaraço e tenha pena de mim. Alguém que, com mais talento do que eu, terminaria criando um excelente nome; para mim, ao contrário, surgirão novos desgostos e novas desgraças. Não obstante isso, armar-me-ei de coragem e indiferente a tudo, farei o possível para não desacreditar o nome italiano, de que me honro.

Quis valer-me, entretanto, de minha preponderância e fiz com que o Governo tomasse como divisa: “Liberdade – Igualdade – Humanidade”, porque pensei que de outro modo melhor não podia fazer conhecer à Europa, que este governo se formava sob a influência de um italiano.

Ainda não escrevi a Schuttel temendo de comprometê-lo, sem vantagem. Se houver ocasião, escreva-lhe. Rivadavia foi ao Rio de Janeiro, por isso não posso entender-me com ele e, além do mais, aqui tem fama de imperialista.

Estou ansioso por entrar na cidade do Desterro a fim de publicar um jornal a que penso dar o título de “O Amigo do Povo”...

“Almeida não me escreveu mais. Você me conhece e certamente eu não retomarei a iniciativa de nossa interrompida correspondência. Não sei, portanto, quem seja o redator atual do jornal e nem por que não quis trocar o título e a epígrafe. Gostaria muito de receber a Revista do Prata.

Não respondo à graciosa, eloqüente e amigável carta de Mitre; não tenho tempo de fazê-lo. Se tiver oportunidade, informe-o a respeito de minhas novas atividades. E faça-o compreender que disso não pode argüir diminuição da amizade. Pelas mesmas razões não escrevo a Cané e a Alberdi. Eu gostaria de fazê-lo, mas não me é permitido. Que foi feito com o filho de Bento Manuel? Há esperanças de que as coisas se encaminhem como desejamos? Parece que Ferre destróçou Servando Gomes. Ao escrever-me, informe-me de tudo”. (Refere-se a fatos políticos e militares do Rio da Prata).

“Fiz declarar nossa ancoragem **Porto Franco**. Espero que os capitães, nossos concidadãos, aproveitem. Este é um lugar de muito comércio e que muito pode convir a eles a importância dos gêneros que abundam nesse mercado. Peça-lhe e faça-lhe sentir que, além de usufruir do porto franco, desfrutarão de todos os privilégios que a minha estrema influência pode torná-los merecedores.

Garibaldi já armou sete embarcações faltam-nos, porém, marinheiros como oficiais. Vejam, se aí, podem nos ajudar nisso também. A total queda do império depende do armamento marítimo. Todos aí o sabem e devem ocupar-se seriamente deste projeto. A esta hora, o Governo de Caçapava já deveria ter solicitado o armamento para Corsários, mas ninguém comparece. Que significa isto? Note que a Barra da Laguna já é defendida por uma fortaleza inexpugnável pela sua posição e é defendida por todas as embarcações que nosso comum amigo comanda e por isso, quem desejar armar com a bandeira rio-grandense encontrará aqui válida proteção (no original, a frase é de sentido obscuro). Tão logo nos apossemos da

ilha, todo o litoral e o próprio porto será porto franco para todas as nações como a seu tempo poderá ver do Decreto desta data. Eu acredito que esta medida nos valerá o pronto reconhecimento e também amizade das potências estrangeiras. Sabe como este ponto é importante para a navegação às Índias e para o Pacífico; aqui podem reabastecer-se e recuperar-se os navios que viajam para aquele destino. Parece que este também, pelas conseqüências, é um golpe fatal ao império. Suas finanças devem, por força, ressentir-se.

Encontrará nos primeiros números de **O Povo**, se lhes são enviados, duas cartas, dirigidas uma a Pardal e outra a certo Mafon. São de minha lavra, ainda que assinadas por Teixeira. Gostaria que fossem transcritas na Revista da Plata. Veja se não dignas; neste caso nos daria também uma grande publicidade; e envie-nos alguns exemplares.

Não escrevo a Castellini pelas mesmas razões pelas quais não escrevo aos outros. Diga-lhe, porém, que continue a estimar-me, porque eu o estimo como a mim mesmo. Desejo que tenha sido reembolsado; no caso, porém, que a República Rio-grandense não o tivesse feito, diga-lhe que espero que dentro de pouco tempo nós mesmos saldaremos os nossos compromissos. Fizemos um acordo neste sentido com Garibaldi.

Eu não ví nem a refutação do Cônsul francês ao Manifesto de Oribe e nem esse manifesto. Apreciaria muito, por isso, receber uma cópia.

Disponho-me a escrever ao cônsul francês de Santa Catarina, bem como a todos os demais. Se mantiver relações com esses daí, peço-lhe que lhes remeta cópia do decreto declarando o porto franco. Eu escrevo a eles valendo-me desta mesma ocasião.

Não ví a Rini e nem me escreveu. Desagrada-me porque se tivesse sabido que estava em Caçapava teria procurado ao menos de oferecer-lhe os meus serviços, bem como ser-lhe verdadeiramente útil.

Nada sei sobre a Legação ao Paraguai; confesso, porém, que não espero nada de bem.

Hoje escrevi também ao dr. Sebastião Ribeiro. Desejo saber dele como vão as coisa internacionais a respeito de Buenos Aires e de Montevideu. O povo catarinense está muito desanimado e teremos necessidade de muita paciência para restituir-lhe a consciência de si mesmo e a dignidade. Tenho a impressão de que não há nenhuma nação no mundo sobre a qual a tirania tenha exercido tão grande influência."

XI

As duas últimas cartas, publicadas pelo prof. Salvatore Cândido, de autoria de Luiz Rossetti e endereçadas a João Batista Cúneo, são de 30 de outubro e de 1º de setembro de 1839, ambas da Cidade Juliana da Laguna. "Irmãos: Escrevo algumas linhas só, porque, não tenho tempo disponível, quanto eu desejava. Secretário do Governo, tudo pesa sobre mim; tanto mais, que os ministros e o presidente são novatos na carreira. Eu também o sou como eles, mas na opinião deles devo ser capaz de fazer tudo e, portanto, sou chamado a preparar todas as cartas para o Enviado Extraordinário da Nova República a Caçapava.

Anexo a esta, uma para Cané. Por meio dela, compreenderá o que desejo saber. O portador do presente é o Ajudante de Ordens do Enviado. Deve informar-me logo de tudo quanto ocorra e escrever também ao nosso Embaixador Ten.-Cel. José Prudêncio dos Reis. Tenho um grande receio que os senhores de Caçapava se deixem convencer a aliar-

se com Rosas, e que convençam disso a ele mesmo. Veja quais as conseqüências que poderiam surgir de um erro tão clássico! O Governo Rio-grandense antes do dia 22 de julho não tinha nada a temer da França; hoje a coisa mudou de aspecto. A República Catarinense, sua aliada, seria vítima de tamanha tolice, a França, pretextando vingar-se poderia assenhorear-se da ilha e dar cabo, para sempre, da questão da Confederação, que começa a ser tratada. Responda-me, portanto, logo, por meio do portador desta.

Tente que nossos concidadãos se aproveitem do porto franco. E que nos mandem marinheiros. Garibaldi, dentro de alguns dias, sairá com uma respeitável esquadilha. Adeus”.

A última carta, endereçada a João Batista Cúneo, foi escrita no dia seguinte: “Escrevi algumas linhas ontem à noite; pensava que o Enviado partisse hoje de manhã; aproveito, portanto, o tempo que me é concedido e ajunto mais algumas coisas, que, por outro lado, convém que saiba.

Escrevi a Schuttel. Até agora não obtive resposta. Como, porém, as comunicações com a ilha são difíceis, não posso acreditar que isso ocorra por negligência dele. Gostaria que daí, se houver oportunidade, o assunto fosse sindicado.

Este governo é de minha confiança e eu sou o órgão principal. Acredito que o tenha suspeitado, tão logo lhe foi dado ver alguns decretos. Todos eles são assinalados com o lema da Jovem Europa adotado pelo Governo como legenda do selo da Câmara Municipal da Nova Cidade. Desta maneira, teremos deixado um traço indelével de nossa presença.

Preparei as instruções para o Enviado e as fiz de tal modo, que vinha a ampliar-se o território da Revolução. Se o Gabinete de Caçapava souber, como espero, compreender tudo quanto nelas recomendei, espero que tenha sido dado o último e decisivo golpe ao império e então, ó irmão, poderemos, de certa forma, sentirmo-nos orgulhosos de nós mesmos. Aquele que quiser escrever com exatidão a história deste grandioso movimento, porque tal há-de sê-lo, deverá dizer que as doutrinas italianas destruíram as velhas teorias dos soldados da independência. Até agora aqui todos estão contentes com o governo e tenho a satisfação de assegurar-lhe que tudo se deve à minha vigilância. Os Ministérios e o Presidente não se embaraçam com nada. Deram-me carta branca e não deixaram para si nada mais do que o direito de assinar. O Conselho Governativo não me negou ainda um voto sobre tudo quanto eu propus; as coisas, ao menos, marcham com uma unidade admirável; e eu tenho bons motivos para esperar pelo melhor.

Se pudesse transferir-se para cá, seria uma coisa esplêndida para nós. Até, porém, que não conquistemos a Ilha não ousa aconselhar a sua vinda. Dentro de alguns dias o General David Canabarro marchará para lá e como não podemos duvidar da vitória, escreverei logo, nem que tenha de enviar um emissário especial. Peço encarecidamente que me informe por meio do portador, que de propósito envio aí, sobre todas as coisas internacionais com o Brasil e os Estados Republicanos do Prata, e que possam ter interesse para mim. Note que votei radicalmente ao Enviado intervir em qualquer tratado com o Ditador e que nos possa comprometer com a França. E assim o fará. A amizade da França nos convém mil vezes mais do que a de Rosas, ao menos por ora, e a meu modo de ver, o Gabinete de Caçapava, se não quiser expor-se a um grave perigo, deverá mudar de caminho em sua política, desta política mesquinha e rasteira (em português) como eles dizem, de que, com tão pouco bom sendo, fez sua norma.

Acredito ter lido o artigo sobre a República Rio-grandense de que me falou em sua carta de 8 de maio. O POVO ao menos transcreveu um da Revista do Prata, e que muito me agradou: Acreditei que fosse de Cané; vejo agora que é seu.

Garibaldi sairá daqui a oito ou dez dias. A Esquadilha se compõe de oito embarcações, mas duas ficarão aqui.

Estou certo que o império receberá um golpe quase mortal com a saída dessas naus. Se as coisas tomarem o caminho que todos esperamos, ele irá visitá-lo. Não nos enviará você nenhum dos nossos? Nenhum genovês tentara furar o bloqueio? Uma ou duas naus ancoradas na ilha dos Lobos não são obstáculo para nenhum dos nossos concidadãos.

Não escrevo a Castellini porque acredito que não o deixará ignorar quanto, em comum, escrevo a vocês dois. Se Garibaldi nos trouxer presas, estamos dispostos a fazer com ele aquilo que o Governo de Caçapava não soube fazer. Pensa que tenhamos recebido alguma carta daqueles senhores? É assim mesmo. Agora, fui constrangido a escrever a eles; fi-lo, porém, com muita repugnância. Eu não esperava de Almeida tão pouca amizade e direi mesmo tanto desconhecimento. Isso, porém não tem importância. Fala-me você de um decreto de Ré e eu não sei de coisa alguma.

Aqui fizemos algumas presas e ainda não foram vendidas. Se algum especulador quisesse vir comprar um ou mais navios tomados ao inimigo no dia 22, poderia conseguí-los a baixo preço. A Esquadra se compõe de oito.

Em Caçapava acreditam que não devem enviar-me os jornais que você me remete, por isso não vi a refutação do Cônsul francês e nem qualquer outro jornal. Peço que me envie a coleção da revista. O portador é pessoa de minha confiança; logo, da sua também. Tem ordens de voltar o mais depressa possível. Adeus. Luiz Rossetti”.

Certamente, Rossetti escreveu outras cartas. Se o fez, foram perdidas, embora se deva dizer que há sempre a esperança que um arguto pesquisador, como Salvatore Cândido, possa encontrar, nos velhos arquivos europeus, mais material sobre nossa Revolução.

Depois, veio a retirada e a morte da efêmera República. Garibaldi encontrara lá o seu grande amor, a sua Anita que, a seu lado, está em Roma, onde, aos pés da estátua, descansam seus restos mortais. Em terra do Brasil, Rossetti viria a cair em Viamão. Garibaldi assim narra o episódio, em suas memórias: “Nesse, morreu o nosso Rossetti, perda irreparável! Tendo ficado com a guarnição republicana da Setembrina, que devia partir por última, aquele grupo foi surpreendido pelo famoso Moringue, transformado em incubo dos republicanos; e nessa surpresa pereceu o incomparável italiano, combatendo valorosamente.

Caído do cavalo ferido, foi-lhe imposto render-se. Respondeu a golpes de espada e vendeu muito cara uma vida tão preciosa para a Itália”. Diz o emérito e infatigável historiador Walter Spalding que os restos mortais de Rossetti foram sepultados em Viamão, de onde teriam desaparecido... Mas, o soldado valente, o idealista republicano, o apaixonado admirador do combatente farrapo, esse, ficaria, pela sua memória, para sempre, no coração dos gaúchos!

OS MISTÉRIOS DA SIMULADA CONVENÇÃO DE PONCHE VERDE

Moacyr Flores

O título pode parecer uma provocação, no entanto, lendo a correspondência do ministro Domingos José de Almeida, que organizou administrativamente a República Rio-grandense, encontrei numa carta datada de 20.02.1860, dirigida ao cel. Manoel Lucas de Oliveira, uma frase que me chamou atenção: “que depois da simulada Convenção de Ponche Verde, sempre que se oferece ocasião, o ex-republicano é espezinhado e apontado como perpetrador de um grande crime”(CV-699)¹.

Em correspondência de Bento Gonçalves há referência “aos mistérios” da comissão que tratava da paz com o barão de Caxias. Agora o título não é uma provocação, mas uma indagação: por que mistérios e simulação em Ponche Verde? A simulação é sempre para ocultar uma verdade ou algo que não é correto.

Nessa mesma carta, Almeida, estabelece uma relação entre a surpresa de Porongos e o Decreto de 18.12.1844, que concedia anistia, relacionada também com a boa fé do aparato Convênio de Ponche Verde.

O grande crime apontado é o massacre dos negros em Porongos, que examinarei através da documentação deixada pelos participantes. Do mesmo modo, desvendarei os mistérios da intriga daqueles que terminaram com a Revolução Farroupilha e armaram uma simulação em Ponche Verde, com atas e proclamações.

Quando o barão de Caxias assumiu o comando das Armas e a presidência da província do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1842, adotou a estratégia de ocupar povoados e vilas com a infantaria, enquanto varria os espaços intermediários com a cavalaria, restringindo cada vez mais o espaço geográfico para operações bélicas dos farroupilhas. Caxias ordenou a compra de cavalos, proibiu o saque das propriedades, distribuiu ração de carne a todos os habitantes da área ocupada pelo Exército imperial, contratou costureiras para a confecção de fardamentos e comprou tecidos e provisões no comércio local, para vestir e alimentar 12 mil soldados. O governo da República não dispunha mais das coletorias para cobrança de impostos e, num processo lento, os farrapos combatentes estavam limitados ao território do atual município de D. Pedrito. Depois de tantos anos de guerra, a população sul-rio-grandense estava exausta, com as charqueadas destruídas, o comércio estagnado, pontes demolidas, escolas fechadas e campos criatórios vazios. Ninguém mais queria lutar ao lado dos farrapos. Era melhor aceitar a paz do Império, que significava segurança, comida e trabalho.

Aos revolucionários só restavam três opções: fugir para a República Oriental do Uruguai; receber o empréstimo oferecido pelo caudilho D. Manuel de Rosas ou fazer a conciliação com o Império. Os revolucionários não tinham mais condições de continuarem a guerra civil.

¹ CV significa que o documento numerado pertence à Coleção Varela, do Arquivo Histórico do RS.

Escolhida a terceira opção, ela se revelou difícil, porque os republicanos proclamaram a República separada do Brasil, com hino, escudo de armas, cidadania e projeto de constituição próprios. O jornal *O Povo*, quando dava notícia do Rio de Janeiro sempre colocava na coluna Notícias do Exterior. Os brasileiros, nascidos em outras províncias eram considerados como estrangeiros, precisando de passaporte para transitarem no território republicano. Na correspondência de Bento Gonçalves da Silva e do ministro Domingos José de Almeida encontram-se várias referências a essa separação, inclusive uma carta de Bento Gonçalves, lembrando a Almeida, que “fundaram uma nova nação”.

Em seu diário, o ministro Antônio Vicente da Fontoura anotou: “O Imperador veio hoje à Corte para dar-me beija-mão! Recusei e continuei a recusar, enquanto não for brasileiro” (Fontoura, p. 153).

Outro empecilho para os republicanos solicitarem a anistia oferecida era a incerteza de futura indenização aos monarquistas que tiveram suas propriedades confiscadas e pilhadas pelos rebeldes. Necessitando de capital para comprar armas, munições, fardamento e pagar soldos, o governo republicano lançou mão dos bens dos monarquistas. Os oficiais capturavam indiscriminadamente os bens dos adversários, até que, em 5.4.1838, o ministro da Fazenda Domingos José de Almeida determinou que os chefes de polícia iniciassem o levantamento dos bens abandonados em seu distrito pelos inimigos da República. Esse confisco e pilhagem foi considerada como dívida externa a ser paga pelos republicanos. Chamava-se de dívida interna aquilo que o Tesouro da República devia aos oficiais, soldados e comerciantes que se engajaram na luta contra o Império.

O presidente Bento Gonçalves da Silva, em ofício de 28.6.1844 ao gen. Davi Canabarro, comandante em chefe do Exército, informou que conferenciou com o barão de Caxias, pretendendo uma paz com dignidade, propondo a federação do Rio Grande do Sul ao Brasil, agregando a ela os Estados de Montevideu, Corrientes e Entre Rios; exigindo também que o governo Imperial reconhecesse a dívida interna e externa, garantisse a liberdade dos libertos que andavam em armas e os oficiais em seus respectivos postos (Arquivo, 1985-II, p. 247).

A proposta de Bento Gonçalves de a província do Rio Grande do Sul fazer parte do Brasil num sistema federativo, não podia ser aceita pelo Império porque o Brasil era um Estado unitário de poder centralizado, o posto de uma federação. Quanto a incluir nesta pseudofederação Montevideu, Corrientes e Entre Rios, só seria possível com uma guerra de conquista. Reconhecer os oficiais republicanos em seus respectivos postos no Exército imperial era de interesse do Brasil, porque uma guerra contra Manuel de Rosas estava no terreno da ameaça. Dar liberdade aos cativos seria abrir um precedente para qualquer revolta que sempre contaria com a participação de escravos para conseguirem a anistia e a liberdade. Na questão dos libertos havia também o fato de que eles pertenciam a proprietários monarquistas, que tinham que ser indenizados. Os farroupilhas não libertaram seus escravos. Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, José Mariano de Matos continuaram com seus escravos durante a Revolução Farroupilha. De acordo com o testamento, Bento Gonçalves possuía 53 escravos, quando morreu em 1847. Quanto a dívida interna e externa havia possibilidade de negociação.

Em 13.10.1844, Bento Gonçalves escreveu ao barão de Caxias informando que, mesmo sabendo da ameaça do tirano Rosas, não abria mão de seus princípios e que a

conciliação não teria por base a suspensão das armas. Caxias concordou apenas em não haver suspensão das armas (Arquivo, 1985-II, p. 252-53).

O imaginário de que os revolucionários formavam uma nação, dificultou a conciliação com o Império. O barão de Caxias, tinha instruções reservadas (em anexo) para conceder anistia, que se dá a revoltosos, enquanto os republicanos rio-grandenses pretendiam um tratado de paz, que só se faz entre Estados soberanos. O Império jamais reconheceu a República Rio-grandense, portanto não poderia fazer um tratado, apenas dar anistia a quem a solicitasse. O decreto de 18.12.1844, que concedia anistia, só foi divulgado após a simulação de convênio em Ponche Verde.

O ministro Fontoura escreveu no diário em 15.7.1844, que o safado do Domingos José de Almeida pediu anistia e ganhou. Solicitou ainda dez contos de réis por conta de um iate que o governo imperial apresou. Em 19 de julho Almeida veio tratar da paz com o general Neto, no acampamento do rio Santa Maria (Fontoura, p. 106-107).

Quando Bento Gonçalves tratava com Caxias o fim da guerra civil, foi acusado de estar solicitando anistia, o que o chefe rebelde desmentiu com veemência.

Se era vergonha e safadeza solicitar anistia, como proceder para os rebeldes deporem as armas? O primeiro passo foi afastar Bento Gonçalves das negociações, porque ele não abria mão de suas exigências de federação e de liberdade aos negros. Caxias enviou correspondência em resposta a Bento Gonçalves, que foi cair em mãos de Davi Canabarro. A partir de então, Gomes Jardim, Canabarro e Fontoura trataram da paz com o barão de Caxias.

Em 22.9.1844, Fontoura anotou em seu diário que recebeu correspondência de um amigo, afirmando que era inevitável a guerra entre o Brasil e o tirano D. Manuel de Rosas e que o governo Imperial pretendia propor a pacificação da província reconhecendo os oficiais republicanos nos mesmos postos, dando liberdade aos escravos que lutaram em defesa da República e reconhecendo a dívida externa e interna, com a condição de os republicanos ajudarem na luta contra Rosas (Fontoura, p. 129).

Parece-me que essas eram as idéias gerais dos farroupilhas para fazerem a conciliação, mas o que foi discutido não foi divulgado na época, permanecendo em mistério, conforme anotação de Bento Gonçalves, excluído das negociações.

No dia 4.10.1844, na reunião com o general Canabarro, os ministros Lucas de Oliveira e Chagas, na barraca do presidente Gomes Jardim, o ministro da Fazenda Antônio Vicente da Fontoura foi nomeado para tratar da conciliação com o barão de Caxias. O caudilho D. Frutuoso Rivera tentou se intrometer na conciliação, mas o barão de Caxias não admitiu entabular negociações com um estrangeiro que pretendia funcionar como árbitro entre duas nações. Caxias avisou que só poderia admitir a total desistência das armas e o envio de um emissário à Corte.

José Gomes de Vasconcelos Jardim, presidente em exercício, comunicou ao gen. Bento Gonçalves que o Conselho de ministros da República e três generais escolheram Antônio Vicente da Fontoura para seguir à Corte com instruções para tratar da paz, e que mais tarde enviaria os artigos das instruções (Arquivo, 1985-II, p. 256).

Vasconcelos Jardim nunca enviou os artigos das instruções a Bento Gonçalves, que continuou na ignorância dos fatos.

Mas Bento Gonçalves, em 22.2.1845, em ofício a Canabarro, continuava afirmando que a paz era necessária, pois os meios de guerra escasseavam e o espírito público era contra o prolongamento da luta. Reclamava que nada sabia das condições em que a paz foi lavrada, tudo permanecia em mistério (Arquivo, 1985-II, p. 258).

Escondida nas brumas desse mistério está a questão da concessão de liberdade aos negros que lutaram como soldados rebeldes, que acabaram massacrados no acampamento de Porongos e os prisioneiros vendidos como escravos no Rio de Janeiro, sem que os farroupilhas erguessem a voz para protestar.

Quando Fontoura se preparava para partir para o Rio de Janeiro, só o acampamento dos negros da infantaria foi atacado. Em Porongos havia três acampamentos separados: dos brancos, dos índios e dos negros. Há um ofício, assinalado como cópia no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, de Caxias a Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, para atacar em Porongos, “poupando os índios e brancos que serão úteis mais tarde”. Durante a noite Canabarro ordenou que fossem retirados os cartuchos dos negros da infantaria. De madrugada, o Moringue atacou unicamente o acampamento dos negros. Os índios e brancos, que estavam na outra margem tiveram tempo de fugir, liderados por seus chefes Neto, Canabarro, Gomes Jardim, Lucas de Oliveira e Fontoura. Morreram mais de uma centena de negros. Aprisionaram o restante. O grito de traição se levantou em toda província e Canabarro nunca deu explicações sobre o acontecimento, apesar dos insistentes pedidos de Domingos José de Almeida.

Fontoura fugiu do acampamento de Porongos para Bagé e de lá, junto com o cel. Manuel Marques de Souza e o capitão Carlos Miguel de Lima e Silva, irmão de Caxias, seguiu viagem para Pelotas. Informou que no brigue Águia estavam 200 prisioneiros do combate de Porongos. Como o Moringue só atacou o acampamento dos negros, é de se supor que são ex-escravos. Diz ainda que a barca a vapor Fluminense, na qual ele estava, recebeu 20 prisioneiros da força do cel. Joaquim Teixeira Nunes (Fontoura, p. 148).

Ora, o cel. Teixeira Nunes comandava um corpo de lanceiros formado por negros e índios, de onde se conclui que os 20 prisioneiros são negros, porque índios não podiam ser escravizados.

Após, a simulação do Convênio de Ponche Verde, em ofício de 4.3.1845, ao Ministro da Guerra, o barão de Caxias informou que os escravos iriam seguir para a Corte, conforme o combinado (Arquivo, 1985-I, p. 111).

Os libertos que lutaram pela República foram levados como escravos para a Fazenda de Santa Cruz, pertencente ao governo imperial.

Bento Gonçalves, em ofício de 27.11.1844, a Silvano, considerou que a surpresa de Porongos, com a destruição da infantaria, só podia ser frutos do orgulho do comandante Canabarro ou de traidores comprados por inimigos (Arquivo, 1985-II, p. 256).

Domingos José de Almeida, em 17.9.1859, escreveu ao major Bernardo Pires, que custava a crer que fosse combinado o último ataque de Porongos, mas que viu com antecedência duas cartas de Caxias, uma anunciando o fim da revolução e outra dando instruções ao Moringue para serem mortos apenas os libertos e deixando os demais fugirem, levando seus pertences. Informou ainda que o Moringue deixou ver o original e que este foi copiado (CV-673).

Fontoura escreveu que os ministros imperiais cederam a todos os artigos de suas instruções, com a exclusão de dois, que não são citados. Refere-se apenas ao reconhecimento de postos, pagamento das dívidas, liberdade dos escravos. Os ministros aprontaram as instruções e o decreto autorizando o barão a fazer a paz (Fontoura, p. 154).

Em 9 de janeiro Fontoura chegou a Ponche Verde onde prestou conta de sua comissão. O gen. Neto, apoiado pelo francês Jean Sarrasin, não aceitou depor as armas e marchou para Piratini, tentando levantar o povo contra a paz (Fontoura, p. 157).

O amargo Fontoura, inimigo pessoal de Bento Gonçalves e de Almeida, registrou em seu diário que os oficiais farrapos redigiram uma ata com os termos de paz e trataram de conseguir recibos para provar as despesas que tiveram com a guerra civil. Seria esta ata os dez itens que circulam como sendo os da paz de Ponche Verde?

No dia 25 de fevereiro, Davi Canabarro reuniu um conselho de oficiais, expondo as condições de paz, não houve um só voto contra. Foi lavrada e assinada uma ata da reunião dos oficiais (Wiedersphan, p. 99).

Na ata está escrito “reunir em plena Assembléia os oficiais residentes no mesmo acampamento, desde tenente até general, para livre e espontaneamente darem seus votos com respeito à paz que o Governo, sob o Conselho dos demais chefes da República, havia entabulado com o governo Imperial”. Mais adiante consta: “foi unanimemente resolvido que se ultimasse a paz sob as condições pactuadas e todas quantas se pudessem mais conseguir do barão de Caxias, completamente autorizado pelo Governo Imperial para o efeito”. Na ata não constam os termos acordados para a paz e nem o que foi pactuado com o barão de Caxias. É de destacar que se escreve na ata “com respeito à paz”, sem que haja referência a tratado ou convênio.

Fontoura não se refere à outra ata, constante de 10 itens, assinada unicamente por oficiais farroupilhas, tida como o convênio de paz de Ponche Verde, que os vencidos impuseram ao Império, conforme o imaginário popular rio-grandense, cita apenas a proclamação de Davi Canabarro e do barão de Caxias. Na biblioteca de Pelotas há um documento com 10 itens, com o nome **O Barão de Caxias**, como se ele tivesse assinado, reproduzido no livro de WIEDERSPAHN *O convênio de Ponche Verde*. Este documento é suspeito porque os demais documentos que reproduzem esse suposto convênio só contém assinatura dos oficiais farrapos e em todos os documentos que estão no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, assinados pelo barão de Caxias, consta como sua assinatura Barão de Caxias, sem a letra O na frente do título.

Há outro ofício do Ministro da Guerra Manuel Lucas de Oliveira, datado de 25.2.1845, solicitando ao barão de Caxias que tornassem públicas as autênticas concessões do Governo Imperial (Revista do IHGRGS, 1928, P. 133).

Caxias não respondeu e nem publicou as concessões.

O que existia de concreto era a proclamação, datada de 28.2.1845, no Campo em Ponche Verde, de Davi Canabarro, autorizado pela autoridade civil e na qualidade de comandante em chefe, informando que a revolução se transviou de seu fim político e a continuação da guerra traria a destruição de nossa terra. Na proclamação já considera os rio-grandenses como brasileiros para enfrentar um poder estranho que ameaça a integridade do Império. O interessante é que a República Rio-grandense partiu a integridade do Império, e agora, os ex-republicanos iriam lutar para manter a unidade nacional. Não cita

a anistia de 14.12.1844, mas afirma que a segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do monarca (CV 2178).

Em proclamação da mesma data, Manuel Lucas de Oliveira refere-se à paz como um ato de filantropia do Império que vai reunir os rio-grandenses ao grêmio da família brasileira. Considera este “ato nobre e magnânimo a que acudimos unânimes, pelo bem que dele resulta ao interesse geral”. Está claro na proclamação que o ato de conciliação era concedido pelo governo imperial e que os rebeldes a ele acudiram, isto é, solicitaram a anistia.

Caxias expediu uma proclamação, em 1^o.3.1845, no Campo de Alexandre Simões, anunciando “que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela província, está terminada”. Na sua proclamação refere-se que “Sua Majestade, o Imperador ordenou, por Decreto de 18.12.1844, o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução” (CV 3847).

Os mistérios da simulação começam a aparecer, as peças vão completando o quebra-cabeça, o Decreto de 18.12.1844 não era uma ordem de perdão geral, ampla e irrestrita, a concessão tinha que ser por petição assinada pelos principais chefes, dirigida ao Imperador, conforme Instruções Reservadas ao barão de Caxias. No início do texto da anistia consta o quesito da petição ao Imperador:

Decreto de anistia

Recorrendo à minha imperial clemência àqueles de meus súditos que, iludidos e desvairados, têm sustentado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma causa atentatória da Constituição política do Estado, dos decretos de minha Imperial Coroa firmados na mesma Constituição e reprovado pela nação inteira; que leal e valorosamente se tem empenhado em debelá-la; e não sendo compatível com os sentimentos do meu coração o negar-lhes a paternal proteção a que os ditos meus súditos se acolhem arrependidos, hei por bem conceder a todos e cada um deles, plena e absoluta anistia, para que nem judicialmente, nem por outra qualquer maneira, possam ser perseguidos ou de alguma sorte inquietados pelos atos que houverem praticado até a publicação deste decreto nas diversas povoações da referida província (CV 2178).

E os farroupilhas negociadores solicitaram a anistia? Basta ler a correspondência do barão de Caxias ao Ministro da Justiça, datada em 4.3.1845:

Tenho a honra e o prazer de comunicar a V. Exa. que esta Província se acha completamente pacificada, pois um só grupo armado dos que a infestavam, não existe hoje em todo território dela. Tendo todos os chefes que a capitaneavam, sem exceção, se apresentado e pedido anistia (mandei publicar no decreto de 18.12.1844). Ao por-

tador desta correspondência cel. Manuel Marques de Souza, encarrego verbalmente de expor todos os pormenores ocorridos entre e os dissidentes chefes, até obrigá-los a dar o passo acima mencionado. E rogo a V. Ex.^a haja de obter de S. M. o Imperador sua aprovação, no procedimento que tive em negócio tão melindroso.

A anistia de 18.12.1844, com trechos citados na proclamação de Caxias e depois referida em sua correspondência de 4.3.1845, só foi publicada após o convênio de Ponche Verde. Domingos José de Almeida afirma que “se esse decreto fosse visto morreriam um a um os rio-grandenses, mas ao Sr. Marquês de Caxias não caberia a glória de Pacificador” (CV 2178).

Em carta a Bernardo Pires, de 14.3.1860, Domingos José de Almeida escreveu que era sabido que os ex-republicanos não rogaram, e sim foram rogados para o Convênio de Ponche Verde, pois os agentes do Governo Imperial solicitaram um acordo amigável (CV 711).

A negociação de conciliação foi tão melindrosa, que foi realizada em segredo, para obrigar os chefes a rogar anistia depois da deposição das armas, quando estariam dispersos e não poderiam mais lutar. Nenhum morreu de vergonha, pois todos receberam a garantia que não indenizariam os monarquistas e que receberiam indenização dos gastos que tiveram com a manutenção da República.

O mistério do convênio de Ponche Verde continuou até 1881, quando Tristão de Alencar Araripe publicou na íntegra as condições pactuadas entre Caxias e Davi Canabarro:

- 1° Anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião;
- 2° Isenção de serviço militar e da Guarda Nacional para todos os indivíduos que tinham servido no Exército da rebelião;
- 3° Gozarem os chefes rebeldes das honras dos seus postos;
- 4° Pertencerem os escravos, que serviam como soldados da república, ao Estado, que os indenizaria aos seus antigos senhores (Araripe, p. 178).

Esses quatro itens estão de acordo com as instruções reservadas dadas a Caxias, principalmente o quarto item.

Porque os historiadores da Revolução Farroupilha não aceitaram as condições acima como sendo as acordadas em Ponche Verde? Porque Araripe narrou a visão dos imperiais sobre a rebelião, criticando e menosprezando a República Rio-grandense.

O primeiro item, refere-se corretamente à anistia que foi concedida. Era melhor simular que a ata assinada pelos oficiais de Bento Gonçalves, com dez itens, continham os termos de término da guerra civil. Esses dez itens não constam na ata de Ponche Verde, assinada por Canabarro, Antônio Neto, João Antônio, mais três coronéis, 15 tenentes-coronéis e dez maiores. A simulação não melindrava os brios dos sul-rio-grandenses que mitificam os heróis da grande revolução.

E os libertos aprisionados em Porongos? A resposta está no ofício de Caxias ao Ministro da Guerra, datado de 4.3.1845, comunicando que os libertos iriam seguir para a corte conforme o combinado, isto é, foram levados como escravos para a Fazenda de Santa Cruz, a fim de que seus antigos senhores fossem indenizados pelo Estado. Nenhum dos chefes farroupilhas protestou.

A questão da dívida externa, contraída com a pilhagem dos bens dos legalistas, foi resolvida com a entrega dos escravos que lutaram como soldados da República ao governo Imperial. Quanto à dívida interna, isto é, dívida do extinto governo republicano a seus cidadãos, militares e comerciantes, foi paga pela comissão presidida por Antônio Vicente da Fontoura, de 22.7.1845 a 10.2.1847, mediante a apresentação de recibos e documentos. Todos os oficiais, viúvas e comerciantes foram pagos em valores variáveis, como por exemplo Bento Gonçalves da Silva recebeu 4:800\$000 réis; Antônio Vicente da Fontoura, 1:085\$471 rs; Domingos José de Almeida, 4:016\$000 rs; Bernardo Pires, 1:130\$046, num total geral de 369:268\$308 rs (CV 4887).

Só o povo arcou com o prejuízo e com o horror da violência da guerra civil, durante quase dez anos.

Com sua infantaria destruída em Porongos e com seus soldados em pequenas tropas dispersas, os republicanos não tinham condições de continuar a luta. Resolvida a questão da dívida interna e externa, só restava o pedido de anistia. Com a assembléia de 25.2.1845, em Ponche Verde, os militares republicanos depuseram as armas, votando pela petição da anistia, pois na ata não consta o que foi discutido ou pactuado. A simulação de um pseudo tratado serviu para encobrir o pedido de anistia, considerado como ofensivo aos brios dos historiadores republicanos e positivistas como Alfredo Varela, Dante de Laytano, Walter Spalding e Tasso Fragoso.

Desfazendo os mistérios da simulação de Ponche Verde, resta a dura verdade da anistia concedida, por um ato magnânimo, nobre e filantrópico do Imperador D. Pedro II, conforme a proclamação de Manuel Lucas de Oliveira. Tratado de paz ou convênio de Ponche Verde é fruto de imaginação bairrista e romântica.

Referências bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *A revolução Farroupilha, história documental para a juventude*. Porto Alegre: CORAG, 1985-I.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: CORAG, 1985-II.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina, Martins/Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

WIEDERSPAHN, Henrique O. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: EST/Sulina/Caxias do Sul: UCS, 1980.

ANEXO

Documento 5426²

Instruções reservadas de 18 de dezembro de 1844, dadas a Caxias.

- 1º No caso que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as Armas o General em Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas somente por principais Chefes, dirigidas à Sua Majestade O Imperador, e concebida em termos respeitosos, que em nada ofendam ao decoro da Nação e aos princípios fundamentais da lei do Estado.
- 2º O General em Chefe é autorizado a deferir imediatamente em Nome de Sua Majestade O Imperador a qualquer petição que lhe for apresentada pelos Chefes rebeldes para o fim e nos termos indicados no Artigo antecedente, e publicará em seguida o Decreto Imperial que nesta ocasião se lhe remete pelo Ministério da Justiça, concedendo ampla Anistia a todos os comprometidos na luta da rebelião, ao qual fará dar a maior publicidade nas diferentes povoações da Província.
- 3º Todos os indivíduos pertencentes às forças rebeldes, que nelas ocuparem postos de Oficiais serão dispensados indefinidamente do serviço tanto de linha como da Guarda Nacional, o que será declarado em Ordem do Dia do Exército, mencionado os nomes de tais indivíduos, sem publicar todavia que essa dispensa se dá por serem eles Oficiais. O General em Chefe exigirá informações dos Chefes rebeldes sobre os indivíduos em quem concorrer a circunstância indicada, fazendo deles três relações das quais duas serão remetidas, uma à Secretaria d' Estado dos Negócios da Guerra, outra à da Justiça, e a terceira ficará guardada no Arquivo da Província.
- 4º O General em Chefe poderá entregar a cada um dos indivíduos de que trata o Artigo antecedente, declaração por escrito da dispensa do serviço de linha e de Guarda Nacional, mas isto unicamente no caso em que julgue esta medida indispensável, quer para conseguir a pacificação, quer para acautelar abuso.
- 5º Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará conveniente destino.
- 6º Todas as mais praças das ditas forças serão mandadas retirar para suas casas, e aquelas que voluntariamente quiserem servir no Exército poderão ser admitidas, se o General em Chefe o julgar conveniente.
- 7º O General em Chefe não deferirá a petição de reconhecimento de dívida contraída pelos rebeldes quando porém apareçam estorvos à terminação da guerra por embaraços pecuniários da parte dos rebeldes, o mesmo General em Chefe é autorizado para remover esses embaraços a despendar das quantias destinadas às despesas gerais da Guerra, até a quantia de trezentos contos de réis. Esta disposição só terá lugar depois da Anistia, e de depositas as Armas rebeldes, e finalmente quanto o General em Chefe em sua discrição entender que há suficiente garantia para que seja eficaz o emprego desta medida.

² In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano 1949, I e IV semestre, p. 463-64

O General em Chefe que dirigirá esta operação velará que ela seja concluída de modo que não possa haver reclamação alguma para o futuro.

- 8º Na ordem do Dia do Exército se declarará que os Oficiais anistiados que tinham postos legais de 1ª ou 2ª Linha, ou da Guarda Nacional antes da rebelião, ficam em consequência da Anistia restituídos ao gozo das prerrogativas e direitos Militares inerentes a esses postos.
- 9º O General em Chefe fará constar que o Governo Imperial dará as providências necessárias para a revalidação das dispensas e licenças concedidas pelo Vigário Capitular de Nomeação dos rebeldes, depois de lhe haverem sido cassadas as faculdades outorgadas pelo Diocesano, por ser esta medida necessária para a tranquilidade das consciências e a paz das famílias.
- 10º O General em Chefe procurará que os principais Chefes rebeldes, por sua própria garantia e a bem da futura tranquilidade da Província, se retirem dela para qualquer parte de sua livre escolha dentro ou fora do Império, não sendo para os Estados limítrofes; e somente deixará de insistir sobre esta determinação quando ver que do seu cumprimento resulte a impossibilidade da pacificação.
- 11º Depois de cumpridas as disposições dos Artigos antecedentes o General em Chefe fará o Exército Imperial tomar posição tanto na fronteira, como nos pontos interiores que julgar mais adequados e tudo dará parte ao Governo, de quem esperará as convenientes ordens. Palácio do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1844. Jerônimo Francisco Coelho.

RECONHECIMENTO DA CIDADANIA DO ÍNDIO

Paulo Xavier

Muito se tem discutido a questão da miscigenação do brasileiro, sob os mais diferentes enfoques científicos e sociais.

Embora sem nenhuma preocupação de abordagem de tema, de certo modo, pretensioso, convém lembrar que a mais remota presença do europeu nas terras brasileiras encontrou sempre ternura e amor por parte dos nativos.

Em todas as áreas costeiras do território do Brasil, que receberam povoadores europeus foram intensos os cruzamentos, nos primeiros séculos, tornando-se a base de processo biológico de seleção natural.

Sem dúvida, muito contribuiu para reduzir as restrições de integração social do índio o movimento literário chamado **indianismo**. Foi um verdadeiro mecanismo de identificação psicológica, quando os escritores passam a exaltar as coisas da terra.

Destaque-se o permanente apreço ao romance **IRACEMA**, de José de Alencar (1827-1977), muito expressivo. Principalmente, se se considerar intencional a aproximação descoberta por Afrânio Peixoto (1876-1947) de ser o nome da personagem um anagrama de **AMÉRICA** pois seria, como acentua seu descobridor:

“...as núpcias da terra virgem e do colono civilizador”.

Ficou, indiscutivelmente, assegurado um lugar à parte na aceitação geral de uma origem indígena, sem maiores reservas.

Reconheceu o pernambucano Carlos Xavier Paes Barreto, genealogista emérito, que

“Extraordinários foram os entrelaçamentos entre o branco e o vermelho no norte e no nordeste”

E, ainda, detalha sua contribuição, informando:

“...Do índio recebemos influxos literários e artísticos de valor, que se não apenas no folclore, como nas denominações de adornos, armas, costumes, alimentos, danças e localidades”

Segundo Afonso de E. Taunay (1876-1958)

“João Ramalho e o pequenino grupo de seus companheiros **afeiçoaram** os autóctones ao contato com os invasores brancos”
(o grifo é nosso)

Em São Paulo, fundiram-se as primeiras famílias na nova terra e, desta união imperiosa, surgiu uma nova Pátria e o valente tipo **bandeirante**.

Eduardo Prado (1860-1901) sentenciou:

“... E esta liga não era, absolutamente, inferior, melhorando as condições da mentalidade vermelha e as da musculatura branca, à raça superior infundindo maior resistência e capacidade de acomodação à terra do Brasil.”

Esta união de cromossomos, provindos de povos diversos e fortes, não poderia falhar. O maior adensamento de cultura de um e a perspicácia e profundo conhecimento do ambiente do outro possibilitaram a formação de novos empreendimentos.

Com o índio, melhorou sua pequena lavoura, penetrou o Sertão e descobriu os metais preciosos... Nem percebeu que estava alargando os horizontes do Brasil para além da linha de Tordesilhas.

Sem dúvida, o paulista se tornou um tipo de excepcional importância na História do desbravamento e ocupação dos sertões brasileiros. A História guarda sua participação efetiva no deslocamento do meridiano tordesilhano: invadindo (a partir de 1602) as Reduções Jesuíticas no ITATI (entre os rios Paraguai e Apa), no GUAIRÁ (contida entre os rios Paranapanema e Iguaçu e na do TAPÊ (abrangendo as terras entre os rios Piratinim e Ijuí Grande - as nossas Missões); socorreram Pernambuco, quando da invasão dos holandeses (1640). Teve, esta ação, tão alta significação, que o governo português criou o Principado do Brasil com armas próprias (esfera armilar), que aparece depois, representando o Brasil, no brasão de armas do Reino Unido - Portugal, Brasil e Algarves (1816); pacificaram o sertão de Paraguassu (contra os índios Guereus), que assolavam até a orla litorânea da Bahia (1658); penetraram e conquistaram o território do Piauí (1662); pacificaram o sertão do Cariri (1690); debelaram a “república” dos Palmares (1693); descobriram ouro nas Gerais, como em Goiás e no Cuiabá; defenderam o litoral ao sul do Rio de Janeiro, na invasão do pirata Duclerc (1710) e foram pioneiros no povoamento do Rio Grande do Sul.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) chamou atenção sobre a dominância do uso da linguagem indígena, até o século XVIII, em São Paulo, onde só se falava o português em comunicação oficial com as autoridades lusas.

Hoje, na análise do crescimento demográfico nacional, é reconhecido como de alto índice genético. Tornamo-nos “um dos melhores campos de assimilação étnica e social que já existiram”.

Também os povoadores do Rio Grande do Sul, com a ajuda do índio, fizeram poses e balizaram a geografia do novo território, bem como contribuíram nos trabalhos das lavouras iniciais de subsistência, no manejo do gado bravo (“alçado”) e na doma de cavalos xucros.

Mais tarde, o indígena foi um seu aliado, nas escaramuças e guerrilhas com os castelhanos, para o domínio e ocupação dos Novos territórios incorporados depois, nos termos do Tratado de Prado (1761). Empurrou-se nosso limite até o rio Uruguai consolidando, desde então, nossa fronteira com os espanhóis.

Ao mosaico de raças e tradições de Alanos, Celtas, Godos, Hunos, Normandos, Eslavos, Suevos, Vândalos,... trazidas pelos europeus, foi acrescentada a herança biológica e cultural do indígena americano.

Tranqüilamente, hoje, no Brasil, é comum se admitir uma ascendência indígena, enquanto ainda se renega, às vezes, uma procedência de qualquer dos outros grupos, que a intolerância de várias ordens alimentou por largo tempo.

Lembremo-nos da realidade social vigorante no mundo europeu.

No estágio cultural dos séculos XVI e XVII, prevaleciam, na Europa, rigorosas restrições de convívio, dos integrantes das classes altas, com povos exóticos, pelo “perigo” que representavam à pureza da fé, impostas pela Inquisição.

A nobreza, na sociedade daqueles séculos, constituía-se numa parcialidade de liderança e comando de toda a nação.

Preocupada em defender essa posição de mando, estruturou legislação especial que a separou, cada vez mais, do seio do povo.

Assim, isolados e responsáveis pela manutenção da harmonia da sociedade, tomaram-se os nobres alvos de todas as queixas e críticas, como culpados de todos os aflitivos males.

A classe nobre, porém, como reconhecem os modernos sociólogos, admitia uma permeabilidade entre as diferentes camadas sociais. É a chamada “capilaridade social”, capaz de assegurar a ascensão dos indivíduos na sociedade, reputando:

“como a mais nobre recompensa do esforço humano, na mais justa e racional das aspirações...”

A preocupação de garantirem o desfrute, privativo a seus descendentes, nas riquezas acumuladas, motivou estruturação de processamentos jurídicos (“habilitação de genealogia”), para provar sua filiação e, conseqüente acesso às regalias próprias de sua classe.

Reconhecida, judicialmente, esta condição, era expedida a competente “carta de brasão de armas”, onde o magistrado, à vista de provas idôneas, reconhecia que o requerente era nobre e fidalgo:

“...limpo de toda a raça de mácula, judeu, mouro ou mulato ou outra infecta nação...”

Puderam, então, usar seu brasão de armas

“...em seus firmais, anéis, sinetes e divisas, pô-las em suas casas, capelas e mais edifícios e deixá-las sobre sua própria sepultura...”, para ostentar sua categoria.

E também participar das

“.. honras, privilégios, graças, mercês, isenções...”, próprias dos fidalgos e nobres de antigas linhagens.

Estes textos constavam em todas as concessões de Cartas de Brasão.

Um decisivo apoio para o reconhecimento da presença do indígena na formação da família portuguesa foi o Alvará, datado em 4-4-1755. Regulavam-se as relações de seus súbditos nas uniões com o índio do Brasil.

A propósito, os historiadores e genealogistas informam que o marquês de Pombal era filho de D.Teresa Luísa de Mendonça, bisneta de D. Paulo de Moura, nascido em Olinda (1580), tendo sido Governador de Cabo Verde, ilha da Madeira (1618-22) e se destacado nas guerras de Flandres.

Pois foi iniciativa de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), ministro todo poderoso do rei Dom José I, a decisão tomada, assegurando a liberdade dos índios do Grão-Pará e Maranhão. Logo foi ampliada esta decisão humanitária com o Alvará de 4-4-1755, garantindo a todos os índios do Brasil a co-participação em certas prerrogativas sociais ou jurídico-administrativas.

Estes atos são muito significativos e reveladores duma mudança da dinâmica social, exatamente no momento em que se iniciava uma nova etapa da administração do Rio Grande do Sul.

Na abertura deste diploma, se reconhece a necessidade

“que os meus reais domínios da América se povoem e para este fim pode concorrer muito a comunicação com os índios por meio de casamentos... Os meus vassalos, deste Reino e da América, que casarem com as índias, delas não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha Real atenção e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e ocupação que couberem na graduação de suas pessoas e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade sem que necessitem de dispensa alguma em razão destas alíneas em que serão também compreendidos os que já se acharem feitos antes desta minha declaração. E, outrossim, proíbo que os ditos casados com as índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de **caboclos** ou outro semelhante que possa ser injurioso às pessoas de qualquer condição ou qualidade que praticarem o contrário, sendo-lhes assim, legitimamente, provado perante Ouvidores das Câmaras, em que assistirem, serão por sentença desses, sem qualquer apelação nem agravo, mandados sair da dita Câmara, dentro de um mês até mercê minha, o que se executará sem falta alguma, tendo, porém os Ouvidores cuidado em examinar as qualidades das provas e das pessoas que jurarem nesta matéria para que se não faça violência ou injustiça com este pretexto, tendo entendido que só não há de admitir queixa do injuriado e não outra pessoa. O mesmo se praticará a respeito das portuguesas que se casarem com índios e a seus filhos e descendentes e a todos concedo a mesma preferência para os ofícios que houver nas terras em que viverem e quando suceda que os filhos ou descendentes destes matrimônios tenham algum requerimento perante mim me farão saber esta qualidade para em razão dela mais particularmente, os atender.”

Anulavam-se, assim, as ignominiosas restrições das benesses da nobreza aos integrantes de famílias de outros credos, que não o católico.

Ficam claros os objetivos do governo, ao prometer, como incentivos, uma **igualdade social**, indiscriminatória do ponto de vista racial, que se tornaria, ao longo de nossa formação cultural, uma constante preocupação que nos esforçamos cada vez mais ampliar.

Sem dúvida, muitos brasileiros puderam se valer dessas prerrogativas.

Em nossas pesquisas genealógicas, encontramos provas da presença de índios na ascendência de muitas famílias rio-grandenses.

À vista deste Ato, todas elas ficaram, legalmente, isentas de quaisquer restrições raciais. Sem quebra de sua cidadania.

Qualquer dúvida que pudesse persistir ficará extinta, com a comprovação da vigência daquele Alvará, por ato de José Marcelino de Figueiredo, Governador do Rio Grande do Sul (de 1769 a 1771), quando se empenhava em dar posse nas “datas” prometidas por Gomes Freire de Andrada, nos termos do Bando de 16-1-1752.

Efetivamente, encontramos, entre as determinações daquele Governador, uma, onde se lê :

“Toda pessoa, militar ou particular, de bom procedimento e de sangue limpo (sic) que casar com alguma índia, que tinha as mesmas circunstâncias, será preferido para todos os empregos e cargos nobres **na forma das reais ordens** de El Rei, nosso senhor, para cuja execução todos devemos concorrer, aliás, serão incursos nas penas que o mesmo impõe aos que com conselhos, palavras ou obra, desviarem ou tentarem desviar ou efetuar estas pias e santas ordens...”

Não há dúvida que o Governador José Marcelino de Figueiredo estava se referindo ao texto do Alvará de Lei acima citado, de significativa repercussão na sociologia nacional.

Assim, podemos comprovar a aplicação oficial no Rio Grande do Sul, daquele texto legal de 1755, resgatando as galas da cidadania para muitos ancestrais de gaúchos de hoje.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Elysio de. *Lauréls Insígnios*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil

JABOATÃO, Fr. Antonio de Santa Maria. *Catálogo Genealógico*. 1768.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. *Os Primitivos Colonizadores Nordestinos e seus descendentes*. Rio de Janeiro: MELSO, 1960.

COSTA, pe. Luiz Moreira de Sá e. *Descendência dos los marqueses de Pombal*. Porto: Costa Carregal, 1937.

TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das Bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos.

XAVIER, Paulo. *A Bandeira de Cristóvão Pereira de Abreu*. Porto Alegre: Inédito,

_____. “Um Selo Armoriado Inédito”. *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre. Ed de 5 de julho de 1969.

_____. *Heráldica das Armas Nacionais Palestra na comemoração do Centenário da Republica* 1989.



Sebastião José de Carvalho e Melo (Marques do Pombal)

FRONTEIRAS E ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DO BRASIL MERIDIONAL*

Raymond Pebayle**

As fronteiras meridionais do Brasil são as mais permeáveis e as únicas capazes de criar espaços específicos diferentes das “*regiões banais*”, pela particularidade de sua organização e de seu dinamismo.

Atualmente, segundo o tempo e as formas de povoamento, podemos identificar três tipos de espaços fronteiriços, três formas mais ou menos estáveis de organização do espaço.

A partir de nossas pesquisas, estamos convencidos da existência de uma inegável lógica espacial, que não seremos capazes de compreender se nos limitarmos aos métodos tradicionais da pesquisa geográfica.

A – O Noroeste Rio-Grandense: descontinuidade espacial e o contrabando mutante

Aparentemente, estamos na presença de uma fronteira amorfa, pois as paisagens rurais e citadinas das *novas colônias* do Alto Uruguai, contíguas à fronteira, não se diferenciam fundamentalmente do conjunto colonial rio-grandense. É verdade que a porção argentina, na Província de Misiones, parcialmente povoada na sua parte oriental, é muito pouco atrativa aos pioneiros do Rio Grande do Sul. A floresta, por sua vez, não constitui mais do que uma estreita franja meridiana, onde dominam solos mais pobres dos que os do leste do Rio Uruguai e, além disso, as autoridades argentinas exercem, sobre seus confins fronteiriços, uma vigilância insuficiente para coibir o contrabando, controlando, entretanto, com eficácia o ingresso e a permanência de estrangeiros.

Contudo, algumas anomalias são reconhecidas no espaço brasileiro, em decorrência da proximidade do limite internacional. Particularmente surpreendente é a ocorrência de sistemas de cultura muito desequilibrados, adotados pelos policultores tradicionais, numa estreita faixa de terra ao longo da fronteira. No inverno, por exemplo, o trigo é pouco cultivado, embora o cereal tivesse uma extraordinária expansão no Rio Grande do Sul, durante as duas últimas décadas. A explicação é simples: Para os fronteiriços é mais vantajoso, financeiramente, contrabandear a farinha de trigo argentina, mais barata e de excelente qualidade, do que cultivar um trigo medíocre e caro.

* Reflexions sur la Géographie Historique et Culturalle du Rio Grande do Sul”. Capitulo 7.2000 (a ser publicado). Tradução de GR Neves.

** Membro correspondente do IHGRGS na França. Professor Emérito da Universidade de Potiers, aposentado, residindo atualmente em Cannes.

¹ As observações de campo foram realizadas em 1974.

Pelas nossas observações de campo, não podemos deixar de registrar a importância das migrações temporárias ou definitivas de brasileiros em direção à Argentina, particularmente as migrações de trabalhadores para as plantações de cana-de-açúcar da margem direita do Rio Uruguai. Por algum tempo, *caboclos* da margem brasileira foram também empregados na construção de estradas na Província de Misiones.

Nas margens do Rio Uruguai, encontramos um curioso habitat informal, criado por “*marginais*”. Trata-se, de fato, de pequenos contrabandistas que se instalaram, com suas famílias, em pequenos espaços dos terraços, onde as mulheres praticam agricultura de subsistência, embora essas áreas estejam permanentemente ameaçadas pelas enchentes. Os homens, entretanto, dividem seu tempo entre as duas margens do rio, realizando um intenso e rentável contrabando de trigo, farinha e óleo comestível da Argentina para o Brasil e de café, cachaça, tecidos, produtos farmacêuticos e cigarros, do Brasil para a Argentina.

Em síntese, é um espaço que, embora contíguo à fronteira, é pouco influenciado pela vizinha Argentina. Santa Rosa, dinâmico pólo sub-regional, acessível pela ferrovia e por rodovias, tende a captar, para sua área de influência, o conjunto do território florestal do noroeste do Planalto Rio-Grandense.

Na realidade, o verdadeiro espaço fronteiriço foi construído durante os anos 60. Ele não é contíguo à fronteira, pois se situa nos campos do Planalto, afastados entre 30 e 100 quilômetros do Rio Uruguai. Hoje, estes antigos campos, até então utilizados pela pecuária tradicional, são o suporte de uma importante mutação agrícola, com o domínio das granjas, que utilizam a rotação de culturas (trigo e soja), e que foram implantadas nos últimos trinta anos. Estabelecimentos de considerável porte, tidos como médios (200 a 300 hectares), as *granjas* invadiram os campos do Sul brasileiro, até mesmo as savanas das terras roxas do Mato Grosso do Sul.

Essa mutação fundamental do mundo rural do Sul do Brasil, que ocorreu no período de 1947 a 1956, foi fictícia, pois estava baseada no contrabando de trigo norte-americano e argentino. O contrabando se realizava através de diversos caminhos, entre os quais o Rio Uruguai, que facilitava o trânsito, através das colônias do noroeste do Estado. Descrevemos, anteriormente, segundo o método de P. Knight², este curioso nascimento do *wheat belt* rio-grandense.

Em meados da década de 1950, mais da metade da produção rio-grandense de trigo era falsa pois, na verdade, se tratava de importações fraudulentas. Na época, o trigo estrangeiro era vendido 50% mais caro do que o preço de compra. Este *estranho* processo comercial se explica pela política brasileira de proteção à produção nacional de trigo, que pagava aos produtores brasileiros preços oficiais mais altos do que ao trigo importado.

Os gaúchos do Planalto logo criaram as “*fazendas fantasmas*”, e a produção, argentina ou norte-americana, entrava através do contrabando, sendo vendida como se fosse produzida no Brasil.

²-KNIGHT, Peter T. *Brazilian agricultural technology and trade. A study of five commodities*. Praeger Publishers. NY, Washington, London. 1971.

Este comportamento teria sido uma simples astúcia do contrabando, através da nacionalização de trigo estrangeiro?

Na realidade, e esta produção fictícia, pouco conhecida, contribuiu para o triunfo de uma idéia que seria totalmente estranha à tradição gaúcha: a agricultura nos campos. Entretanto, se a produção fosse baseada na efetiva rentabilidade, os agricultores locais (seriam chamados de "*tristicultores*" em vez de *triticultores*) concluiriam pela impossibilidade de cultivar trigo de forma rentável, nas terras dos campos do Sul.

O paradoxo é que o contrabando foi, pelo menos em parte, a razão inicial da maior mutação agrária do sul do Brasil, depois da colonização das terras florestais!

Ao final de uma longa luta, com episódios às vezes hilariantes, a política do trigo do Governo Federal triunfou, originando a atual agricultura mecanizada de trigo-soja. Ainda que não seja absolutamente certo que todas as formas de contrabando tenham desaparecido, rapidamente os agricultores dos campos foram os primeiros a *modelar* o espaço agrícola.

Essa evolução resultou numa franja contígua à fronteira, que pode ou não ser muito pouco afetada pela linha de demarcação internacional. Se ela separa os espaços amorfos, entre os quais não existe nenhum gradiente humano (migrações) ou econômico (fluxos de mercadorias) estamos em presença de uma organização banal do espaço fronteiriço.

Sob condições exógenas favoráveis, a influência da fronteira pode se exercer num espaço não contíguo, ainda que próximo. Neste caso, o contrabando maciço pode lançar ao interior uma "*verdadeira fronteira*" e, simultaneamente, impedir uma organização do espaço.

Finalmente, um fator exógeno (particularmente a ação do Governo) pode favorecer a formação de verdadeiros "*domínios*" de espaços fronteiriços.

B – O Centro-Oeste do Paraná: aceleração do fluxo pioneiro

Em 1974, as paisagens agrárias do Centro-Oeste do Paraná, da fronteira brasileiro-paraguaia até Guarapuava, eram surpreendentes. Ali apareciam justapostas, em aparente desordem, duas formas muito diferentes de atuação dos homens sobre o meio natural. De um lado, as paisagens de capoeiras, que mostram um surpreendente abandono das terras de cultura, pois aí o colono, após arrotear o espaço natural e fazer algumas colheitas, parecia abandoná-las. Ora, a topografia quase plana e os excelentes solos basálticos não justificam este êxodo camponês do qual, até agora, não conhecemos mais do que um exemplo, na pior região colonial do sul, nas porções mais acidentadas das escarpas do Planalto Rio-Grandense. A pesquisa de campo revelou que os colonos migraram para o Mato Grosso e o Paraguai.

Adjacente a ela, encontra-se a paisagem clássica da granja de trigo-soja, em campos imensos em áreas destocadas, com a utilização de técnicas caras e muito avançadas. Há 50 anos atrás, depois de Guarapuava os estabelecimentos rurais muito modernos eram pioneiros, em torno de Toledo, onde se instalaram tanto em terras florestais virgens como nas capoeiras, abandonadas pelos colonos.

Dois anos mais tarde, faz-se referência ao “*capitalismo em marcha*”, do qual a cultura da soja é o motor de uma reconquista pioneira, num espaço inicialmente ocupado pelos policultores (colonos).

No quadro geral da dinâmica pioneira brasileira, essas paisagens e sua evolução nos fazem refletir sobre um processo de exarcebação-aceleração do que designamos, para uma área muito próxima da bacia média do Paraná brasileiro, de *catena pioneira*.

A pesquisa, na grande franja de transição entre as zonas subtropical e tropical, no domínio aventureiro do café, do rio Tibagi à fronteira paraguaia, convenceu-nos da existência de uma sucessão de três etapas temporais-espaciais, na evolução de um espaço pioneiro:

1 – a primeira corresponde à *franja pioneira propriamente dita*, tal como foi definida por M. Monbeig, e é constituída de uma *frente de ataque* e de um *espaço de inércia pós-pioneiro* onde os homens continuam a utilizar os sistemas predadores sem grande preocupação com a sua fixação. De fato, eles permanecem pioneiros, mas sempre à espera de uma boa oportunidade para partir em busca de novas terras.

2 – Sucede-se uma fase de *adaptação*, onde os homens, então pioneiros em fase de implantação ou plantadores oriundos do interior (*arriere pays*), se adaptam ao biótono e ao mercado. Nestas condições, escolhem suas terras e os tipos de cultura ou de criação. As cidades, inicialmente simples povoados, na primeira fase incham com os novos imigrantes internos, quando surgem novas funções (um setor secundário de primeira transformação de produtos agrícolas e um setor terciário típico de centros sub-regionais) e, o que é importante, são *invadidas* por novas mentalidades.

3 – Enfim, uma fase de domínio, localizada em torno de Londrina, Maringá e mais modestamente de Dourados, anuncia a estabilidade e o novo modelo de organização do espaço. Ainda que a principal cidade tenda a se transformar em pólo regional, o homem, agricultor ou pecuarista, cessa de explorar somente o biotono, para dominar seu meio natural (adubo, fertilizantes e diversas técnicas de conservação do solo). Por fim, o que é sintomático, o crescimento demográfico explosivo declina, enquanto surgem novas implantações industriais mais ou menos independentes do meio rural.

Este fluxo se desloca no novo espaço rapidamente, segundo a maior ou menor motivação, e por duas dinâmicas de expansão. A primeira responde ao apelo do *avant pays* (acessibilidade, baixo preço da terra) ao oeste; a outra resulta numa força em direção ao oeste, exercida atrás da região *pioneira pela* mutação muito rápida e poderosa, capaz de interromper as fases temporal-espaciais habituais.

No caso do Centro-Oeste do Paraná, depois de 1970, somam-se parcialmente essas duas dinâmicas de expansão, que resultam num potente fluxo *pioneiro*. Com efeito, o *avant pays* é o Mato Grosso e, especialmente, o leste florestal paraguaio, de solos ricos, sem grande adversidade e entraves administrativos. Vigorosa migração de colonos tradicionais do Centro-Oeste do Paraná ali se instalaram atraídos pelo pioneirismo brasileiro: a perspectiva do acesso fácil à terra fértil e da sua rápida valorização, graças às novas estradas de rodagem. Assim, o Paraguai Oriental se constitui num extraordinário espaço

de expansão para uma típica frente pioneira brasileira. Neste processo, a fronteira foi determinante pela preservação das terras virgens e, simultaneamente, por sua permeabilidade, uma vez que não existem obstáculos sérios para transpor o limite internacional pelos homens e mercadorias. A conquista pioneira da soja, em plena expansão, instala uma fase de domínio, imediatamente atrás da franja pioneira viva rompendo, portanto, o fluxo pioneiro clássico e fazendo desaparecer o espaço de adaptação. Ela expulsa, assim, os “posseiros” ou ocupantes sem título de propriedade, que se deslocarão para o Oeste. Assim, o Paraguai acolhe todas as formas de ocupação pioneira.

As cidades registram esse extraordinário entusiasmo pioneiro. Rapidamente, se localizam oficinas de consertos, escritórios de representações comerciais, agências bancárias e novas, ainda que rudimentares, bancas de advocacia, nas sedes municipais. Atualmente, nenhuma cidade polariza esse espaço. Além do mais, o mercado da soja, planta motor da frente pioneira, está em São Paulo e no exterior.

O espaço fronteiriço é, pois, embrionário e muito dependente das decisões exógenas.

Nestas condições, é difícil identificar e delimitar a verdadeira fronteira.

C – O espaço fronteiriço: a fronteira gaúcha

Este é um espaço cuja originalidade não pode ser contestada. Ao sul do Rio Jacuí, não há dúvidas de que a fronteira marcou profundamente os confins meridionais do Brasil. Entretanto, nenhum critério clássico de divisão regional permite individualizar esta região dita Fronteira, pois ela não possui nenhuma uniformidade nas paisagens (mosaico pampa-pradaria arbórea-floresta subtropical), sobre múltiplos e diversos embasamentos geológicos. Ela não possui qualquer unidade orgânica ou *pólo* capaz de reger os destinos deste imenso avanço brasileiro, em contato com a Argentina e o Uruguai.

Aí confrontamos regiões profundamente originais, onde o geógrafo, se quiser compreender a sua organização, deverá abstrair os modelos explicativos correntes.

Em primeiro lugar, a História deve ser consultada. Ela nos mostra não uma fronteira, mas duas, de um lado e outro da linha de demarcação entre o Brasil e o Uruguai. Nesses confins territoriais, a região é uma grande comunidade de criadores gaúchos, ligados por origens étnicas comuns, pelas complexas imbricações familiares e fundiárias, pelos mesmos mercados (Brasil tropical, Antilhas, Europa) e, freqüentemente, com um único porto de exportação: Montevidéu. A fronteira entre esses dois espaços nacionais sempre foi permeável.

Por muito tempo retardatário, o Rio Grande do Sul meridional sempre imitou as inovações platinas, que foram, sucessivamente: o arame farpado, os ovinos, a melhoria zootécnica, os primeiros frigoríficos e as medidas profiláticas.

Além disso, a fronteira brasileiro-uruguaia tem seus pontos de soldadura nas cidades gêmeas, certamente bicéfalas no plano administrativo, mas perfeitamente comple-

mentares, do ponto de vista econômico. Essas cidades duplas estão distribuídas ao longo da fronteira, numa faixa de 100 a 150 quilômetros. Testemunhando uma longa influência platina, as cidades uruguaias fronteiriças são todas pontas-de-trilho, ao passo que as brasileiras estão mal articuladas pela estradas de ferro a Porto Alegre. Estas duas fronteiras tiveram uma organização urbana polinucleada, sob a égide longínqua e descentralizada de Montevideu.

Esta evolução histórica, rapidamente construída, permite encontrar uma certa realidade regional fronteiriça. Como todas as outras regiões, este espaço é atravessado por fluxos específicos e animados por modos particulares de pensar e agir. Para compreender essa existência regional, é indispensável raciocinar não só em termos de contrabando, mas também sobre os fluxos reais, estruturais e conjunturais.

De fato, a fronteira é atravessada por fluxos internos regionais e totalmente trans-fronteiriços. Esses fluxos resultam das clássicas permutas de uma grande região de pecuária e se constituem no deslocamento de tropas, entre fazendas de criação e engorda, e de homens, para aquisição de materiais de uso corrente e os inúmeros encontros e reuniões entre os criadores, que vendem e compram todo ano. Mais discretos, os produtos de uso corrente (vacinas, remédios), animais destinados ao abate, pequenas quantidades de lã, passam a fronteira para serem vendidos no Brasil ou no Uruguai, mas quase sempre nos limites das duas fronteiras. Esses fluxos internos, estruturados regionalmente, podem constituir-se ou não em contrabando. O importante não reside na sua visibilidade aparente, mas na existência efetiva desses fluxos permanentes de importação ou de exportação, para além da fronteira. Do lado brasileiro, trata-se do que é considerado, há decênios, a região da fronteira. Existe, assim, nos confins meridionais do Brasil, uma fronteira verdadeira, sobre a qual nos referimos antes, limitando um espaço isolado fronteiriço quase permanente.

Deve-se considerar as trocas decorrentes das diferentes estruturas espaciais e econômicas das duas nações. A fronteira garante o trânsito e, às vezes, a redistribuição dos fluxos de compensação entre um domínio tropical - o Brasil - e as terras subtropicais e temperadas do Uruguai e da Argentina. Esses fluxos, muito estáveis, explicam, pelo menos parcialmente, as funções comerciais das cidades gêmeas, ao longo dos limites internacionais.

Entre a *verdadeira* fronteira e as regiões orientadas para o mercado brasileiro, existe um *espaço* de pulsação, que corresponde a uma franja afetada por fluxos de trocas irregulares, no tempo e no espaço, dependente de situações conjunturais, ligadas às flutuações cambiais, que originam brutais "*ondas*" de contrabando e de turismo.

A capital do Rio Grande do Sul está inteiramente compreendida nesta zona de pulsação, tal como Santa Maria. Nesse espaço, a escarpa basáltica do Planalto se constitui numa *verdadeira fronteira conjuntural*.

Existem, também, flutuações do mercado, freqüentemente vinculadas à especulação e ou às crises climáticas. As fases de carência de bens, numa ou outra fronteira determinam, às vezes, transferências maciças de bens e de capitais através da fronteira.

Enfim, ações mais ou menos autoritárias dos governos podem interromper ou estimular as trocas e até as migrações. Esses fluxos conjunturais podem, portanto, alterar singularmente os limites do espaço fronteiriço. Permanece, entretanto, como uma organização interna, caracterizada por fluxos relativamente estáveis, pois estão vinculados à relativa permanência das trocas de origem estruturais.

Hoje se esboça uma inversão nas relações tradicionais entre o Brasil e os seus vizinhos. De espaço dominado, o Brasil meridional tende a tornar-se dominante. Paralelamente, começa a se esboçar uma organização regional em torno de Pelotas – Rio Grande e, sobretudo, de Bagé, com funções terciárias que ultrapassam os limites municipais. Parece que as funções comerciais e de certos serviços técnicos agrícolas aumentaram consideravelmente, durante os últimos anos. Estes novos elementos parecem aumentar uma polarização mais discreta, baseada, até agora, nas correntes de contrabando e nas associações de criadores, que ultrapassam amplamente os limites municipais.

Esta organização regional foi fortalecida pela instalação, em Bagé, de escritórios ditos regionais de organismos estaduais ou federais, especializados na organização do espaço (CONDEPE, EMBRAPA, SUDEVAL, etc). Por outro lado, progrediam as técnicas de planejamento pelos agricultores e criadores, fenômeno digno de ser observado, considerando que a instabilidade regional é uma característica fundamental dos espaços fronteiriços.

Também a rizicultura irrigada, depois de ser quase nômade, melhorou sua fonte permanente de água (barragens) e de solo aplainado, enquanto as terras ribeirinhas à Lagoa Mirim tiveram melhorias importantes, sob os auspícios da OEA. A cultura de trigo se reinstala em bases mais reais do que no tempo do *trigo-papel*. Enfim, o sistema dito *Voisim*, que utiliza racionalmente as pastagens, multiplicando os poteiros de pequena superfície, revela por parte dos criadores uma reflexão nova, na qual a tradicional facilidade fronteiriça passa para um segundo plano.

Fatos exógenos encorajaram esta regionalização: agora o mercado brasileiro é mais importante do que o do Prata. Ele é também mais acessível, graças à nova rede rodoviária, que serve efetivamente a fronteira.

Apesar disso, a inconstância fronteiriça subsiste em alguns domínios e, particularmente, nos fluxos conjunturais, onde as trocas do Sul em direção ao Norte tendem a aumentar, segundo o ritmo das inflações platinas.

D – Ensaio de síntese e problemas de método

Retomando as observações e exemplos anteriores, pode-se concluir que o *espaço fronteiriço inacabado* permanece como o tema central da geografia contemporânea das fronteiras do Brasil meridional. Poderíamos considerar esses espaços como modelos de “*anti-regiões*”, pois sua organização não se enquadra nos esquemas regionais clássicos: não existe um limite regional, mas duas e, possivelmente, três fronteiras entre os espaços tipicamente fronteiriços e os interiores, que não são influencia-

dos pelo contrabando. Do ponto de vista funcional, lembramos estes estranhos e caprichosos fluxos de trocas de importações ou de exportações, que parecem ter sufocado toda a vida regional, limitando a organização do espaço fronteiriço em seu mais baixo nível: o do município.

Mais do que anti-regiões, esses espaços são *regiões anômalas* que fogem dos modelos teóricos. Ao conservar a noção de região, entendemos deixar ao espaço fronteiriço sua lógica de organização interna, a que não gostaríamos de renunciar, sob o pretexto de que não é permanente. Por outro lado, se examinarmos essas regiões como sistemas, num determinado momento, percebemos nesses espaços uma organização banal, dominada apenas por duas tendências essenciais de suas relações: a direção meridiana dos fluxos e as posições simétricas dos “*nós*” em relação ao limite internacional.

A característica dessa organização espacial se apóia numa hierarquia não-vertical (como a do modelo de *Christaller*), mas horizontal, com três franjas paralelas ao limite internacional, entre as quais se estabelecem relações hierárquicas. Na fronteira propriamente dita, as cidades gêmeas soldam os dois espaços fronteiriços e têm duas funções: uma polarização de 4º nível sobre um espaço sobrepondo a fronteira e correspondente, ao menos, a um município de cada lado da linha de limite internacional; a outra consiste no contrabando, mais ou menos local, segundo a conjuntura. A algumas dezenas de quilômetros da fronteira se encontram as cidades sub-regionais de Bagé e de Melo, representando muito bem o terceiro nível para a fronteira uruguaio-brasileira. Essas cidades são importantes, porque concentram o essencial dos fluxos internos da região fronteiriça. Estes organismos geográficos bicéfalos são perfeitamente complementares, no plano funcional. O pequeno contrabando ou *contrabando formiga*, clássico na fronteira, está, nessas condições, ausente. Entretanto, é nas cidades que se encontram os grandes fluxos regionais, legais ou de contrabando. Sua situação geográfica é eloqüente, suficientemente próximas para se beneficiarem das facilidades, de passagem. Porém, não poderíamos generalizar a complementaridade funcional a todas as cidades que, por sua situação geográfica, são simétricas em relação à fronteira.

Enfim, as metrópoles descentralizadas, nas fronteiras, as cidades de Montevideu, Porto Alegre e São Paulo, dominaram alternativamente o conjunto. Não há um nível 2 tipicamente regional, e este é um fato característico dos espaços fronteiriços do Sul, mesmo que Santa Rosa ou Bagé permitam prever, no quadro de um *Estado forte*, a possibilidade de representarem esse nível.

Nestas condições, o geógrafo deve adaptar seus métodos a essa lógica da organização espacial fronteiriça. Parece-nos que os métodos clássicos devem ser orientados, no mínimo, em três níveis de pesquisa:

1 – As anomalias nas paisagens são eloqüentes como, por exemplo o significado das capoeiras anormalmente extensas e bem da localização industrial e sua capacidade produção. O frigorífico *Armour*, por exemplo, se instalou em Livramento, na periferia da região fronteiriça brasileira. Sua capacidade produtiva é duas vezes superior à de seu mercado brasileiro. Esta anomalia se explica pela localização do frigorífico, no contexto

do território fronteiro brasileiro-uruguaio. Constatamos que o frigorífico *Armour* está localizado na melhor posição de uma grande região de pecuária, na *ponta de trilho* de uma via férrea ligada a Montevidéu e que se equipou para industrializar os produtos de uma *bacia pastoril* binacional.

O desenho do traçado da rede de comunicações também não pode ser negligenciado na pesquisa. As estradas mostram uma nítida convergência, para Montevidéu provocando uma polarização aparentemente anormal.

2 – As estatísticas devem ser utilizadas numa perspectiva histórica. Procuraremos, acima de tudo, comparar no tempo, os fluxos (quando disponíveis), ou a produção física (o que é sempre possível, sem muita precisão). Nessas análises *aparecerão* fluxos invisíveis, reveladores das exportações e importações contrabandeadas.

As falhas sistemáticas nos resultados das estatísticas oficiais permitem, também, descobrir o contrabando. Para isso, é necessário retornar às fontes alternativas (do pesquisador ou do produtor), utilizando um conjunto de sondagens. O estudo do comportamento do intercâmbio das grandes empresas de distribuição, de um lado e de outro da fronteira, mostram curiosas lacunas em algumas regiões da fronteira, que se manifestam pela inexistência de certos fluxos, compensados pelos fluxos de importações fraudulentas, procedentes da outra banda da fronteira.

3 – Finalmente, não podemos deixar de chamar a atenção para a *geografia da percepção do espaço* nas regiões fronteiriças. A percepção da distância geográfica é, determinada pelas freqüentes deslocamentos e viagens para um ou outro espaço nacional. No caso do Sul do Brasil, a permeabilidade das fronteiras inegavelmente ampliou as distâncias percebidas pelos indivíduos.

Dessa maneira o campo de observação se alarga, os mimetismos inovadores se multiplicam. Mas, paralelamente, o homem da fronteira percebe a organização de seu espaço, em função de dois sistemas: um é oficial, com freqüência estreito, limitado pelo interesse coletivo e pouco lucrativo; o outro sistema paralelo é invisível, infinitamente mais adaptado às soluções individuais mais lucrativas. Resulta, assim, uma imagem obliterada de grupos socioculturais. Com efeito, excetuando a grande convivência no contrabando, faltam às comunidades fronteiriças relações de vizinhança e contatos coletivos, que criem as regiões e micro regiões. Fato significativo, nesse ponto de vista, é que as realizações de interesse geral são freqüentemente muito afastadas do local: os frigoríficos são sobretudo norte-americanos e as grandes tentativas de “organizar” o espaço (Lagoa Mirim, Itaipu) são iniciativas federais e internacionais.

Em conclusão, as fronteiras do sul do Brasil criaram espaços regionais específicos. Se estamos convencidos da existência de regiões funcionais no Brasil, podemos, enfatizar a característica excepcional dessas regiões anômalas. De fato, os espaços inacabados e “*não-conformes*, que o modelo de *Christaller* é incapaz de explicar, são numerosos no Brasil. Eles são a regra, na medida em que o espaço nacional é aberto e a fronteira é acrescida de novas frentes de expansão. Assim, os modelos regionais tradicionais dão lugar a uma organização infinitamente mais flexível, certamente mais mutável, mas não desprovida de uma certa lógica regional.

Referências bibliográficas

BOUDEVILLE, M. Croissance polarisé du Rio Grande do Sul Caravelle, 1964 (3) pp. 345-362

GAIGNARD, R., CAIL, M.M et BARDY, P. Recherches seu les types de colonisation agricole dans le bassin du Parana. Caravelle, vol. 28, 1977, pp. 169-186.

KNIGHT, Peter. Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Economia, vol 26, n.º 2, avril-juin

PEBAYLE, Raymond. La dynamique d'un arrière-pays pionner: le cas du Nord-Ouest du Parana. In Travaux et Documents du GEGET, n.º 34, 1978

PEBAYLE, Raymond. Les gauchos du Brésil – éleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul, 1977, Travaux et documents du Centre d'Estudes de Géographie Tropicale de Bordeaux, n.º 3p. 530 p.

OS PRIMÓRDIOS DA MEDICINA NO RIO GRANDE DO SUL

Sérgio da Costa Franco

Na velha legislação portuguesa concernente ao exercício das artes médicas, distinguíam-se pelo menos três tipos de profissionais: os **físicos** ou **médicos**, que eram apenas os diplomados em Coimbra, com o título de bacharéis (com 5 anos de estudos) ou de doutores (se houvessem defendido tese); os **cirurgiões** e os **sangradores**, estes últimos limitados à tarefa de praticar sangrias, sarjar (fazer incisões, escarificar) e aplicar bichas (sanguessugas).

Sobre a fiscalização a que tais profissionais estavam submetidos, diz-nos alguma coisa o Título LVIII do Livro I das Ordenações Filipinas, no parágrafo 13, relativo aos Corregedores das comarcas:

“E quando fizer correição, se informará nos lugares em que a fizer, se há neles Médicos, que curem de Medicina, ou Cirurgiões ou Sangradores, ou pessoas outras, que curem de Cirurgia ou que sangrem, e quantos são, e os mandará vir todos perante si, e os constringerá mostrar as cartas de seus graus ou provisões, por que curam ou sangram. E não lhas mostrando, e constando-lhe, per sumário de testemunhas, que curam ou sangram, fará disso autos e os emprazará que em certo termo conveniente, que lhes assinará, se presentem na Corte, os Médicos perante o Físico-mor, e os Cirurgiões e Sangradores perante o Cirurgião-mor, para se livrarem da culpa que nisso tiverem; aos quais enviarão o traslado dos autos, para procederem contra eles conforme os seus regimentos”.

Em nota de rodapé, Cândido Mendes de Almeida, o comentador das Ordenações, refere três alvarás régios relativos a Médicos, de 1623, 1656 e 1671, respectivamente, resumindo-os numa breve anotação: “Ordena-se o receituário em Português, proíbe-se aos Médicos e Cirurgiões a venda de remédios e receitar com Boticário parente”.

O primeiro Físico ou Médico titulado a aparecer no Rio Grande do Sul parece ter sido MANUEL RIBEIRO DE MIRANDA, que era, em 1804/06, Físico-mor da Capitania e Juiz Comissário do Proto-Medicato, organização criada em 1782 pela rainha Maria I. Antes disso, tudo o que havia, em matéria de exercício das artes médicas, eram os cirurgiões e sangradores, que não raras vezes se confundiam numa só categoria. O cargo de físico-mor da Capitania foi criado pela Carta Régia de 21/5/1802.¹

¹ Cf. MIRANDA, Márcia Eckert, *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*, CORAG, 2000, p. 133.

Cirurgiões militares

Rigorosamente, a Medicina entra no Rio Grande do Sul no séquito das organizações militares. O cirurgião, indispensável para reduzir fraturas, praticar amputações de membros e realizar curativos em ferimentos de combatentes, era figura obrigatória em todas as unidades dos exércitos ou das marinhas. E sendo o Rio Grande do Sul, por longos anos, mera comandância militar, onde a atividade bélica ocupava o primeiro plano de todas as funções estatais, pode-se facilmente concluir que a medicina militar teve absoluta primazia em relação às funções civis da arte médica. Durante todo o século 18, quase só há referência a **cirurgiões**, invariavelmente vinculados a unidades militares e aos seus hospitais. Segundo Relação de Despesas da Fazenda Real do Continente de São Pedro, de 10 de outubro de 1779, havia três hospitais militares estabelecidos em Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande, com um cirurgião funcionando em cada um deles, além de um ajudante de cirurgia no da capital.²

O primeiro cirurgião militar a atuar no Rio Grande do Sul, com longa permanência, foi SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO, cuja provisão, passada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, antecede a própria fundação de Rio Grande, pois datada do Rio da Prata em, 25 de dezembro de 1736. Nela se diz que:

“Porquanto se necessita de cirurgião para o presídio e povoadores do Rio Grande de São Pedro, e que haja de prover em sujeito que possa satisfazer bem as obrigações do dito emprego e assistência do hospital: nomeio para que haja de servir o dito lugar de Cirurgião a SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO, por me constar ser aprovado e ter os requisitos de que se necessita para o bem servir, o qual vencerá dez mil réis de soldo por mês, além do mantimento com que se lhe deve assistir como a qualquer soldado daquela guarnição” (ANAIS DO AHRS, v.1, p.44-45).

Conforme o arquivo genealógico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, SEBASTIÃO era nascido em Santarém, Portugal, e faleceu em 19/6/1783 em sua fazenda do Rio dos Sinos, entre o Sinos e o Caí, onde foi aquinhado com uma sesmaria. Era casado com Eufrásia Maria de São José, da Colônia do Sacramento, tendo batizado 9 filhos em Rio Grande, entre 1740 e 1763. Após a tomada de Rio Grande pelos espanhóis, parece que se domiciliou em Rio Pardo, onde casaram vários de seus filhos.

A presença do exército do general Gomes Freire de Andrada no Continente, para definição das fronteiras do Tratado de Madri, determinou o aparecimento de mais cirurgiões. Com a data de 26 de junho de 1751, é a nomeação de TEODÓSIO FERNANDES DE OLIVEIRA.³

² Cf. Miranda, *idem ibidem*, p. 134.

³ Até 1756, pelo menos, atuou em Rio Grande, onde figura como padrinho de vários batizados, cf. arquivo genealógico do IGH-RS.

“atendendo a ser preciso no hospital deste estabelecimento cirurgião que assista aos muitos enfermos que a ele concorrem e havendo respeito a Teodósio Fernandes de Oliveira ser cirurgião aprovado e a que assistirá aos ditos enfermos com prontidão e cuidado.... Deu-se-lhe o mesmo ordenado que vence o cirurgião deste período, sendo obrigado a visitar os doentes duas vezes no dia”.⁴

No mesmo livro de registro de provisões, aparece a nomeação de outro cirurgião, este para o Regimento do General Gomes Freire, MANUEL FRANCISCO DE BASTOS, em 24/7/1751.

Da presença e da atuação de SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO ficaram diversos registros na documentação oficial. Em 1752, um dos cabeças de casal açoriano que chegara ao Rio Grande, requereu assistência médica para “sua consorte”, que se achava “gravemente molesta”, e alegava a circunstância de ser proibido qualquer atendimento fora do Hospital, no qual, entretanto, inexistia enfermagem para mulheres. O governador despachou solicitando informações ao Licenciado Sebastião Gomes de Carvalho, que assim se pronunciou:

“Dando cumprimento ao despacho de V.S^a. fiz ver a doente e a achei com uma queixa grave e de grande perigo, cuja é uma chaga interna na região do ventre e toda a dilação de remédio lhe causa grande prejuízo e por tempo pôr-se em termos de incurável e V.S^a. mandará o que for servido”.

Ante o que, despachou o Governador em termos generosos: “O Dr. Provedor da Fazenda Real mande assistir à suplicante com galinha e botica”. Carne de galinha era, ao que parece, recomendação inseparável de todos os tratamentos médicos. “Botica”, evidentemente, significava o repertório farmacêutico disponível.

O cirurgião CARVALHO ainda estava em Rio Grande, em 1763, quando da invasão espanhola e conseqüente fuga de toda a burocracia civil e militar portuguesa. Tanto que, na devassa aberta a respeito da entrega de Rio Grande aos castelhanos, ele aparece, em 21/4/1764, na Capela de Viamão, subscrevendo o exame de corpo de delito de um soldado, no qual encontrou “duas feridas simples, uma no pescoço junto das veias jugulares e outra sobre a espádua esquerda”.⁶

Ao voltar a funcionar em Viamão, a 18/6/1766, a câmara que antes servira em Rio Grande, compareceu como “vereador mais velho”, ainda eleito na vila invadida pelos espanhóis, o Licenciado SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO, o qual, aliás, esteve presente a todas as sessões realizadas até 1º de janeiro do ano seguinte.

⁴ ANAIS DO AHRS, v. 1, p.304.

⁵ ANAIS idem, v.1, p. 292.

⁶ Cf. “DEVASSA...”, Bibl. Rio-Grandense, Rio Grande, 1937, p.246.

Na mesma devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas castelhanas, aparece a referência a outro cirurgião, RAPHAEL RODRIGUES DE ANDRADE, que seria residente na Aldeia dos Anjos (Gravataí). Porém, o autorizado Mons. NEIS⁷ esclarece que o dito Raphael não seria legítimo cirurgião, mas mero sangrador. Menciona, porém, que, a partir de 1775, funcionou na Aldeia o cirurgião POLICARPO JOSÉ BARBALHO⁸, que inicialmente recebia o ordenado mensal de oito mil-réis, tendo obtido um aumento para 10\$000, em 1778, por despacho do Governador José Marcelino de Figueiredo, para equipará-lo aos “mais cirurgiões do Presídio”.

Depois, na devassa antes citada, um certo FRANCISCO CORDEIRO, que se qualificou como “cirurgião da expedição”, com 31 anos, que servia no hospital da Fortaleza de Santa Teresa, antes de ser tomada pelos castelhanos, dizendo que ali cuidava de “trinta e tantos doentes”. Não obtivemos outras informações a seu respeito.

Portaria do Governador José Marcelino, registrada em 18/10/1769, manda dar baixa ao Cirurgião ANDRÉ MACHADO SOARES⁹ e investe na função MANUEL MARQUES DE SAMPAIO, que viria a ter uma longa folha de serviços, primeiro em Viamão, depois em Porto Alegre.¹⁰ Eleito vereador na Câmara de Viamão, em 1770, o Licenciado SAMPAIO obteve dispensa do múnus, invocando isenção que lhe fora concedida pelo Ouvidor da Comarca, em atenção “a suas ocupações”. Seria ele homem de prestígio na Porto Alegre nascente, tanto que custava a livrar-se da escolha para funções municipais. Em 1774 foi escolhido, pelo prazo de dois meses, para Almotacé da vila (vereança de 30/4/1774). Almotacé – esclareça-se –, era o funcionário municipal que cuidava dos pesos e medidas, bem como da qualidade do pão, das carnes e do peixe vendidos à população. Em 1º/11/1775, ao se abrirem os pelouros com os nomes que deveriam servir à Câmara, no ano seguinte, estava o Licenciado SAMPAIO, escolhido Procurador, cargo do qual se isentou, invocando despacho anterior do Ouvidor da Comarca.

ANDRÉ MACHADO SOARES, a quem o Governador José Marcelino concedeu baixa do serviço de Cirurgião, provavelmente apenas um enfermeiro com prática de hospital, radicou-se em Viamão. Em 1777, foi escolhido vereador da Capital, mas obteve dispensa da função (vereança de 10/1/1778) por “livrança” que apresentou, do Ouvidor de Laguna.

À Câmara de Porto Alegre não agradavam as reiteradas isenções concedidas a profissionais da saúde, para não servirem aos cargos municipais, tanto que, em 8/4/1778, deliberou oficial ao Desembargo do Paço, para consultar “se eram valiosas as livranças que abundantemente despendem os Ouvidores ou isentam de ditos cargos cirurgiões, boticários, auxiliares...”.

⁷ Gravataí, *História e Cultura*, SMEC, 1987.

⁸ Cf. arquivo genealógico do IGH-RS. Barbalho era natural de Minas Gerais, casou-se com Bernarda Maria de Azevedo, natural de Rio Grande, com quem teve 9 filhos, batizados todos na Aldeia dos Anjos, entre 1777 e 1793. Faleceu em Porto Alegre, em 1801.

⁹ Era açorian, natural da Ilha de São Jorge, e recebeu provisão de “enfermeiro dos casais que se acham situados neste porto de Viamão”, visto que praticara cirurgia no Hospital do Rio de Janeiro. Faleceu em 31/12/1798 em Viamão, onde era fazendeiro. Sobre sua provisão, veja-se *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIV, 1933, p.66.

¹⁰ ANAIS do AHRs, v. 11, p. 185. SAMPAIO era português de Estremoz, casou-se com Clemência Maria de Jesus, da Ilha de Santa Catarina, tendo o casal batizado diversos filhos em Viamão e Porto Alegre, entre 1770 e 1782. Os filhos mais velhos procediam de outros domicílios.

O cirurgião cronista

A campanha pela reconquista de Rio Grande aos castelhanos implicou o deslocamento de numerosas tropas para o Rio Grande do Sul, e com elas, naturalmente, os infalíveis cirurgiões. Um deles, o carioca FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA, “cirurgião-mor do primeiro regimento do Rio de Janeiro”, se assinalaria como um dos primeiros cronistas da região sulina, através de duas descrições manuscritas, que o pesquisador Abeillard Barreto descobriu, respectivamente, na Biblioteca Pública de Évora e na biblioteca da Universidade de Coimbra. Essa crônica encerra o mais completo relato sobre a operação de reconquista de Rio Grande, além de conter preciosas informações sobre a geografia, a linguagem e os costumes do litoral gaúcho. Um dos manuscritos é acompanhado de aquarelas, que constituem valiosa iconografia na Vila de Rio Grande.¹¹

Consta dessa preciosa crônica um breve relato sobre as atividades do próprio cirurgião-mor, que vale transcrever:

“Dos espanhóis feridos, uns a espada e outros a mosquete, se recolheram para o hospital 27 (menos o Capitão Dom José que no mesmo dia do ataque pereceu) os quais foram dirigidos ao Cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, a quem tocou (por ordem) a inspeção destes enfermos, dos quais só faleceram (dentro do hospital) 2. Do ataque do Chefe Mc Doval (sic) se recolheram para o hospital 29 enfermos (menos o Cap. de Mar e Guerra Antº. José Pegado), dos quais só faleceram 2. O cirurgião-mor supra dito, a cujo cargo estava a assistência de tais enfermos amputou no dia 20 de abril quatro pernas, dois braços, e reduziu entre pernas e braços fraturados 7, e os mais feridos todos eram de muita circunspeção, o dito cirurgião-mor assistia num desvelo incessante em continuada visita, tanto a estes enfermos, como aos espanhóis, com muita caridade, amor e desvelo”.

Relatando as penosas condições suportadas pela tropa em três anos e meio de sofrido destacamento, o cirurgião-mor (sempre falando como um terceiro observador) não deixou de salientar que se opusera à execução, pela tropa, de algumas tarefas insalubres, como a de, “no mais calamitoso inverno, cortar capim para se cobrir um novo hospital que de novo se levantara, de cujo serviço saíram alguns tão enfermos, que pereceram”.

Em 1781, os honorários foram tabelados

Em tempos de absolutismo, um ouvidor e corregedor da comarca, representante da Justiça do Rei, intervinha em todos os aspectos da vida comunitária. Não é de estranhar, por isso, que o provimento baixado pelo Dr. Manoel Pires Querido Leal, “Ouvidor

¹¹ Cf. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*, v. III, Rio, 1979, p.231-267.

Geral e Corregedor da comarca da Ilha de Santa Catarina”, conforme se qualificava, quando de sua inspeção à Câmara de Porto Alegre, regulasse até mesmo os honorários dos cirurgiões. O documento é de 17/3/1781 e consta do Livro de Provimientos dos Corregedores, conservado no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho.¹² E, no seu item 86, estabelece o seguinte:

“Proveu que, atendendo à justa representação que fizeram os oficiais da Câmara, nobreza e povo, sobre os excessos que alguns dos cirurgiões têm tido nas suas visitas, declarou que nenhum pudesse vencer, de cada uma visita que fizesse, mais que cento e sessenta réis, e sendo estas fora da mesma Vila, venceriam a trezentos e vinte por légua, porém nada teriam de torna-viagem para sua casa, nem de ver e examinar o mesmo enfermo, os quais seriam obrigados a fazer as mesmas visitas, pena de prisão e seis mil-réis pagos da Cadeia, havendo querela de qualquer das partes ao juiz ordinário”.

A sanção oposta às cobranças excessivas não era desprezível: afora a prisão, multa de 6\$000 rs., - mais que metade do vencimento mensal de um cirurgião militar...

De qualquer modo, a profissão de cirurgião era rendosa e assegurava um bom “status”, a julgar por ANTÔNIO CABRAL DE MELO¹³, obsequiado pelo governo com suas sesmarias de campos e alguns terrenos em Porto Alegre, onde construiu várias casas: sua morada na Rua Formosa (hoje Duque de Caxias), com fundos até a Rua do Arvoredo, a casa de sua mãe e um valioso sobrado na Rua da Praia, o qual, num inventário realizado em 1804, foi estimado em 4:800\$000 (quatro contos e oitocentos mil-réis). Seu filho único, AMÉRICO CABRAL DE MELO, foi o primeiro porto-alegrense a doutorar-se em Medicina, tendo apresentado seu diploma à Câmara Municipal para registro, em 1833.

Não foi esse o primeiro caso de filho que, na área dos profissionais da saúde, seguiu a carreira paterna. VICENTE VENCESLAU GOMES DE CARVALHO, com patente e cirurgião-mor do “presídio do quartel de Rio Pardo”, passada pelo Vice-Rei, em 18/10/1800, era filho do velho Sebastião Gomes de Carvalho, pioneiro dos cirurgiões do presídio de Rio Grande.¹⁴ O registro de sua patente provavelmente foi tardio, pois é certo que, em 1798, Vicente Venceslau já era cirurgião-mor do Regimento de Dragões de Rio Pardo, tendo participado da expedição que explorou os campos de Soledade.¹⁵ E veremos que, em 1820, ainda ocupava o mesmo posto em Rio Pardo, quando ali foi encarregado da implantação da vacina contra a varíola.

¹² ANAIS, v. III, 1996, p.15 e segs.

¹³ Antônio Cabral de Melo, n. em Rio Pardo em 1750, foi casado com Maria Angélica de Figueiredo, natural da Colônia do Sacramento; filho de açorianos. Em 12/7/1799, registrou patente de cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria Auxiliar (*Anais do AHRs*, v. 11, p.349).

¹⁴ *Anais do AHRs*, v. 11, p. 362.

¹⁵ Cf. FRANCO, Sérgio da Costa, *Soledade na História*, 1975, p. 17.

Os primeiros doutores

Embora o cargo tenha sido criado por Carta Régia de 1802, o primeiro doutor em Medicina a apresentar-se em Porto Alegre com o título de Físico-mor da Capitania foi o Dr. Manuel RIBEIRO DE MIRANDA, cuja presença ficou registrada em ata da Câmara Municipal, em 28 de janeiro de 1804. Suas relações com as autoridades locais não foram das melhores, pois, durante o ano de 1806, por mais de uma vez, aquelas lhe cortaram o pagamento do ordenado.¹⁶ Aliás, a Câmara resistia à nomeação de mais profissionais da saúde para o Continente, entendendo suficientes os que então existiam, o que deu margem a desentendimento com o Governador Paulo José da Gama.

Sucedeu que, tendo falecido Antônio Bento Gomes, Cirurgião-mor do Hospital Militar, os vereadores se dirigiram ao príncipe Regente, propugnando ser desnecessário e inútil aquele emprego, para que não fosse preenchido. O que foi veementemente contestado pelo Governador, em carta de 6/10/1806, documento que nos dá idéia da situação existente em termos de assistência médica:

“Porquanto em toda esta capitania tão vasta e já tão populosa, apenas se acham 8 cirurgiões, três dos quais residem nesta Vila, como se verá da atestação do Físico-mor, que ajunto em nº. 1, como então se poderia considerar supérfluo e desnecessário o acréscimo de mais um, quando todos juntos seriam apenas bastantes para acudir aos diversos lugares e povoações situadas em distâncias tão consideráveis umas das outras (...)”.

O ofício do Governador foi acompanhado da informativa atestação do Físico-mor:

“Manuel Ribeiro de Miranda, Físico-mor da Capitania do Rio Grande de São Pedro, e nela Juiz Comissário do Proto-medicato, CERTIFICO (...) que na Vila de Porto alegre, capital desta Capitania, há só três cirurgiões e um nos seus subúrbios, e por toda a mais vasta e populosa Capitania há só quatro, entrando neste número o cirurgião-mor e ajudante do Regimento de Dragões, sendo tão atendível a falta de professores, que a Vila do Rio Grande, das mais populosas, não tem um só cirurgião aprovado, nem as embarcações que ali entram os trazem por serem pequenas, o que tudo afirmo pelo meu grau. Porto Alegre, 1º. de abril de 1805. (Ass.) Manuel Ribeiro de Miranda.

Porto Alegre: Manuel Antônio Dias, empregado no Hospital militar por ordem de V.Ex^a. e suprimindo a falta do falecido cirurgião-mor Antônio Bento Gomes; Antônio Cabral de Melo; José dos Santos Paiva. Nas vizinhanças da Vila: José da Fonseca Paranhos.

Rio Pardo: Antônio de Freitas Santos, cirurgião-mor do Regimento de Dragões; Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, ajudante do dito. Freguesia de Cachoeira: Daniel Francisco Marques.¹⁷

¹⁶ Atas de 30/4, 19/7 e 8/11, do Senado da Câmara, ut *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre*, v. VI, 1994.

¹⁷ *Anais do AHRs*, v. 12, p.206/207.

O segundo doutor em Medicina a atuar no Rio Grande do Sul foi o Dr. JÚLIO CÉSAR MUZZI, que assumiu como “Físico-mor das tropas da Capitania”, em 9/3/1809, registrando na Junta da Real Fazenda o decreto de sua nomeação, com o ordenado anual de 400 mil-réis, “devendo ocupar-se da introdução da inoculação da vacina nos habitantes brancos e pretos daquela Capitania”.¹⁸ E, já em 1810, vêmo-lo atestando a incapacidade de um soldado de infantaria, num documento em que se qualifica pomposamente como “Júlio César Muzzi, Dr. Graduado em as Faculdades de Filosofia e Medicina, Físico-mor das tropas desta Capitania, por S.A.R. Príncipe Regente Nosso Senhor a quem Deus guarde, Delegado do Físico-mor do Reino”.¹⁹

Embora tendo chegado ao Rio Grande do Sul em 1809, já com a determinação de introduzir a vacinação antivariólica, parece que essa tarefa somente começou a ser cumprida em 1820, segundo plano que então apresentou ao Governador Conde da Figueira, em 25/7/1820. Tem-se por esse plano uma idéia aproximada da situação da medicina no Continente de São Pedro, naquele momento. Para o encargo de vacinadores, o Dr. Muzzi indicava em Porto Alegre “os 1º. e 2º. cirurgiões-mores deste Hospital”, ou seja, do Hospital Militar já então existente. Para Rio Grande, recomendava o Cirurgião Antônio José Caetano da Silva “e outro dos que há ali”. Na Vila de Rio Pardo funcionaria como 1º. vacinador o Cirurgião-mor Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, e como 2º. o “cirurgião-mor reformado de dragões”, Joaquim José do Prado. “Na vila de Cachoeira – acrescentava o ofício -, há um só cirurgião-mor, o Malveiro” (em nota à margem, com outra letra, “José Francisco Ali Malveiro”). “Nos povos das Missões, onde não há cirurgiões, se faz urgente nomear-se um ou dois cirurgiões, tanto para vacinar, como para tratar dos enfermos militares”. E como não houvesse profissionais disponíveis para nomear, indicava para vacinador em São Borja o Ajudante de Cirurgia Joaquim José da Silveira, que em nota marginal foi dado como já demitido e substituído por Tomaz Silveira de Souza, “também ajudante militar de cirurgia”. Para qualquer outro dos povos missioneiros, poderia ser empregado o Cirurgião João de Lamego Palma, então residente em Porto Alegre. A respeito da situação da fronteira sul, dava uma informação mais ou menos alentadora: “Havendo nas diferentes povoações da Fronteira do Rio Grande vários cirurgiões, dentre esses pode-se nomear um em cada povoação”. Propunha para a Vila de Santo Antônio o Cirurgião Marcos Cristino Fioravanti. E para as povoações vizinhas à Capital, “onde não há cirurgião algum legítimo”, recomendava a nomeação de um vacinador volante, que podia ser o Cirurgião Custódio José Inácio, “que pouca falta fará aqui e tem aptidão para preencher esse ministério”. Enfim, dizia que os moradores do contorno da Capital deveriam “vir aqui a ser vacinados”.

A 2ª. parte do ofício do Dr. Muzzi corresponde à sugestão da remuneração que se deveria pagar aos vacinadores. Desde logo excluía de qualquer pagamento extra os cirurgiões-mores de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, por entender que lhes bastava o soldo que já venciam, “porque muito pouco oneroso lhes pode ser o trabalho de se entreterem de oito em oito dias, pelo espaço de uma hora, com esta simples operação (...)”. Para os que não fossem cirurgiões militares (o cirurgião de Cachoeira, o 2º. vacinador de Rio Grande, os vacinadores das localidades da Fronteira de Rio Grande), o Dr. Muzzi propu-

¹⁸ AHRS, livro B-2.01 – “Registro de alvarás, resoluções e cargas régias”.

¹⁹ AHRS, *Autoridades militares*, maço 18. 1810.

nha pagar o vencimento anual de 50 mil-réis; com o vacinador volante era mais generoso, sugerindo o ordenado anual de 350\$rs. e ao Cirurgião Marcos Fioravanti, 150\$ anuais.

No final, dizia entender que esta era a maneira de se arranjar na Capitania o estabelecimento da vacina, “vista a falta que se experimenta em toda a Capitania de legítimos facultativos de cirurgia, sendo aliás abundantes nela os curandeiros”.²⁰

A farmácia dos primórdios

Uma requisição de medicamentos, feita em 1812 pelo Cirurgião-mor de milícias Daniel Francisco Marques que, em 1805, atuava em Cachoeira, dá-nos idéia da farmacologia em voga naquele tempo. A requisição procedia de um acampamento militar, em plena campanha do “Exército Pacificador” de Dom Diogo de Souza (expedição ao Uruguai em 1811/12), e o oficial signatário esclarecia que ali faltava de tudo, tanto que “os que têm adoecido, tem sido a próspera e sábia natureza o seu Médico, a sua dieta e os seus remédios”. A relação era grande e dela conservamos a grafia original, mesmo quando flagrantemente errada: Alcanfor – Alcasus – Alwayade – Asucar de Saturno – Azeite doce – Azogue vivo – Balsamo de cupaiva – Calumelanos levigados – Canella da India – Cantharidas – Caparroza verde – Cebola Alvarram – Terra Japonica – Cremor Tartaro – Emxofar – Espermaceti – Espírito de Alfazema – Dito de sal amoniaco – Dito de vitriolo branco – Ethiope mineral – Extracto de Cicuta – Aguardente do Reino – Fezes de ouro – Flores de marcella – Ditas de sabugo – Ditas de Rosas – Ditas Cordiaes – Gengibre – Goma amoniaco – Dita Assafetida – Dita Arabia – Dita Rom – Jalapa em pó – Ipecacuanha em pó – Losna – Magnezia Alba – Manná – Mercurio branco – Nitro – Noz moscada – Opio – Páo campeche – Dito Santo – dito Sasafráz – Pedra Infernal – dita Hume – Pedra Lipes – Pó de Joannes – Balsamo Catholico – Dito de Arce – Quinna em pó – Quinna em casca – Raiz de Altéa – Ruibarbo em pó – Sal Cathartico – Dito Policresto – Dito de Losna ou de tartaro – Sumo de Limão – Salssa Parrilha – Semente de erva doce – Cravo da India – Senne – Serpenteria Virginiana – Tartaro Emetico – Solimão – Tamarindos – Therebentina de Veneza – Valeriana Silvestre – Vitriolo branco – Laudanno liquido – Unguento Bazalicão – Dito de Altéa – Dito Nervinno – Dito Mercurial – Dito branco – Dito de Chumbo – Pirulas gomozas – Ditas Resinozas – Ditas contra Gonorrhea de Muzicanno – Sabão Espanhol – Sevada – Espírito de vinho retecificado – Terra foliada de Tartaro – Electuario antiescorbutico de João Cardozo – Aribas socotrium – Semente de Mostarda pretta – Confeição Japonica – Yeviaga magna – Emplastro de Rany com mercurio – Dito Aquilão gomozo – Oleo de Amendoas doces – Mel puro – Tintura de Mirrha e Aribas – Cardo Santo – Almiscar – Tintura de Castorio – Escamonea – Póz de Doyer²¹ – Elizir Sthomatico – Verdete – Xarope Squelitivo – Asucar Cande – Extracto de Alcasus.

O começo de uma nova era

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, entre as muitas inovações que acarretou, decretadas pelo Príncipe Regente Dom João, fez surgir os dois primeiros cursos médicos, respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro.

²⁰ AHRs, *Autoridades militares*, maio 78, 1820.

²¹ *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, v. 18, Junho de 1925, p.50-53.

Tocou a Salvador a precedência, com uma escola de cirurgia anexa ao hospital da cidade, “para instrução dos que se destinavam ao exercício desta arte”. O ensino constava de noções teóricas de Anatomia, Fisiologia, Patologia e Clínica.

No mesmo ano de 1808, um pouco mais tarde, em anexo ao Hospital Real Militar do Rio de Janeiro, criava-se um Laboratório Farmacêutico e a Escola Anatómica Cirúrgica Médica, com cadeiras de Anatomia Teórica e Prática, Fisiologia e Terapêutica. No ano seguinte, criaram-se, na mesma instituição, as cadeiras de “Matéria médica” e Farmacologia.

Em 1813, a escola do Rio de Janeiro passou a denominar-se Academia de Medicina e Cirurgia, o que também sucedeu à escola baiana dois anos depois.

O decreto imperial de 9/9/1826 autorizou as duas escolas a concederem diplomas de cirurgia. E o decreto de 3/10/1832, da Regência Trina, converteu as duas academias em Faculdades de Medicina, estabelecendo, em seu artigo 12: “Os que obtiverem o título de Doutor em Medicina pelas Faculdades do Brasil, poderão exercer em todo o Império indistintamente qualquer dos ramos da arte de curar”. Por esta mesma lei, deixou de existir a arcaica habilitação de “sangrador”.

Como resultado lógico da implantação do ensino médico no país, surgiram as primeiras medidas mais efetivas de regulamentação e fiscalização da medicina, embora o Código Penal de 1830 ainda fosse omissivo a respeito de exercício ilegal daquela profissão. A restrição ao exercício da profissão por charlatães e curandeiros limitava-se a tímidas normas administrativas.

Em 1833 (Fev./5), vemos a Câmara Municipal de Porto Alegre expedir edital para que médicos, cirurgiões e boticários lhe apresentassem os seus diplomas. Constituída uma comissão especial para o exame desses documentos, a comissão teve seus trabalhos aprovados em sessão de 14/7/1833, reconhecendo-se como doutores em Medicina apenas MARCIANO PEREIRA RIBEIRO e AMÉRICO CABRAL DE MELO. O Dr. Júlio César Muzzi tinha falecido em dezembro do ano anterior, depois de 23 anos de residência em Porto Alegre. Quanto a cirurgiões, distinguiram-se quatro categorias: formado como tal, apenas Baltazar Pereira Guedes; o cirurgião-mor Inácio Joaquim de Paiva, remanescente dos velhos cirurgiões militares; cirurgiões, sem outros qualificativos, eram Antônio José Ramos, José Carlos Pinto, Manoel José Henrique Cruz, Veríssimo da Silva Rosa e Ambrósio Machado de Assumpção; na categoria dos cirurgiões-ajudantes, entravam Manoel Vaz Ferreira e Manoel Antônio de Magalhães Calvet, ambos, mais tarde, conhecidos farroupilhas.

A comissão reputou impedidos de exercer a arte de curar o Dr. Charles André Lonique, que seria doutor por Marselha; o inglês Roberto Landell e Dionísio de Oliveira Silveiro, este porque teria apenas quatro anos de estudos de Medicina em Coimbra. No mês seguinte, apreciando recurso de Roberto Landell, a Câmara admitiu-o ao exercício da profissão, por haver demonstrado aprovação, em 1826, num exame perante o Cirurgião-mor Doutor Domingos Ribeiro de Guimarães Peixoto. Seria Landell um beneficiário de direitos adquiridos na vigência de lei anterior.

Em 24/9/1833, a Câmara Municipal admitiu ao exercício da profissão vários outros cirurgiões, cirurgiões-ajudantes e boticários, mais o doutor em Medicina, Cirurgia e Obstetrícia JOÃO DANIEL HILLEBRAND, de grande relevo na história de São Leopoldo.

Começava a profissão médica a ganhar uma estrutura civil, fora dos quartéis e dos hospitais militares, onde inicialmente havia florescido. Continuariam, entretanto, curandeiros e charlatães a atuar, com plena desenvoltura, em todos os recantos do Rio Grande do Sul, em razão da invencível escassez de profissionais habilitados.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA BIBLIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893/1895

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Transcorrendo em 2003 os 110 anos do início da Revolução Federalista, pensamos que seria de alguma utilidade a compilação das fontes bibliográficas, tanto quanto possível atualizadas, tendo em vista o que nos últimos anos foi publicado sobre o assunto.

Os três simpósios sobre Fontes para a História da Revolução de 1893, realizados em Bagé sob a coordenação do Dr. Tarcísio Antônio Costa Tabora, cuja continuidade foi interrompida pelo falecimento de seu coordenador, trouxeram-nos algumas boas contribuições, publicadas nos respectivos Anais, embora permaneçam inéditas aquelas apresentadas no III Simpósio.

Foi por ocasião do I Simpósio, em 1983, que o pesquisador e bibliógrafo Júlio Heinzmann Petersen teve a feliz idéia de publicar o que intitulou *Bibliografia Básica para o Conhecimento e Estudo da Revolução Federalista (1893/1895)*, a partir de levantamento que vinha realizando há muitos anos. Segundo ele, abrangeria “95% das obras específicas e essenciais, básicas para qualquer estudo e conhecimento da fabulosa, cruenta e desconhecida história da Revolução Federalista e de seus personagens”, ainda que incompleta no respeitante a jornais e monografias municipais, por razões facilmente compreensíveis. Esse trabalho foi incluído no catálogo do Museu Dom Diogo de Souza, constituindo a *Bibliografia da Revolução de 1893 – Coleção Júlio Petersen* (Fontes para a História da Revolução de 1893, Bagé, FAT-FunBa, 1983), em separata dos Anais. Durante o II Simpósio, realizado em 1990, foram apresentados duas comunicações na mesma área, a de César Alberto Ranquetat, *145 Fontes não Relacionadas até o I Simpósio*, acompanhada de oito outras relacionadas por diversos autores, e a de Coralio B. P. Cabeda, *Subsídios às Fontes para a História da Revolução de 1893 (Anais do II Simpósio, Bagé, URCAMP-Editora, 1992)*.

Decorridas duas décadas da publicação do trabalho pioneiro de Júlio Petersen, ainda hoje fonte obrigatória de consulta, muitos livros, monografias e artigos vieram à luz, tornando-se necessário o seu levantamento e compilação para o enriquecimento da bibliografia mencionada, obra, aliás, que Petersen propunha-se a realizar até ao Centenário da Revolução, mas que não pôde, infelizmente, levar a cabo.

Essas três contribuições, surgidas ao abrigo dos Simpósios de Bagé, serviram de base para o presente coletâneo, embora com a certeza de resultar labor incompleto, sujeito a correções e periódicas atualizações.

Gostáramos de deixar registrados os nossos agradecimentos à Professora Sílvia Regina Ferraz Petersen, pela permissão para utilizar o trabalho pioneiro de seu pai, e ao Dr. César Alberto Ranquetat, por igual gentileza quanto à sua comunicação ao II Simpósio.

Prestamos, finalmente, homenagem à memória de dois saudosos amigos e confrades, a quem os Simpósios devem não pouco do seu brilho: Tarcísio Antônio Costa Tabora e Júlio Heinzmann Petersen.

Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Comemorativo ao Cinquentenário do Cerco da Lapa; Edição do Governo do Estado do Paraná, Curitiba, Empresa Gráfica paranaense Ltda., 1944.

Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil, 8 a 10 de Novembro de 1989; Rio, IHGB, 1989, 3 vols.

Fontes para a História da Revolução de 1893; Anais do Seminário realizado em Bagé, de 12 a 15 de novembro de 1983; Bagé, URCAMP-Editora, 1990.

Fontes para a História da Revolução de 1893; Anais do II Simpósio, realizado em Bagé, de 29 a 31 de outubro de 1990; Bagé, URCAMP-Editora, 1992.

III Simpósio sobre Fontes para a História da Revolução de 1893, realizado em Bagé, de 28 a 30 de abril de 1993.

Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista, Curitiba, 1994.

ABADIE, Washington Reyes (direção) e BALDELLI, Julio Rodríguez (editor) - Crônica de Aparicio Saravia; Montevideo, Ediciones El Nacional, 1989, 2 volumes.

ABBOTT, João - Relatório da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul Apresentado ao Dr. Júlio Prates de Castilhos; Porto Alegre, Oficinas a Vapor da Livraria Americana, s.d.

ABRANCHES, Dunshee de - A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense. Correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins; Rio, Editor M. Abranches, 1914, 2 volumes. Dunshee de Abranches, Obras Completas, VI, Rio, ed. de Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, 1955, 2ª edição, 1 tomo.

ADAMI, João Spadari - História de Caxias do Sul 1864-1962; Caxias do Sul, Ed. São Miguel, 1962, 1º tomo.

ADEL, Rogério - A Face Desconhecida de Gumercindo Saraiva; in Correio do Povo, Porto Alegre, 10/07 e 04/08/1938.

ADEL, Rogério - Gumercindo não Passou. Seu Nome é a Própria Legenda de 93; in Correio do Povo, 10 e 23/08/1938; in Almanaque do Correio do Povo para 1939, Porto Alegre.

AGOSTINI, Angelo - Combate da Armação; in Dom Quixote, Rio, nº 3, 1895; in Nação Armada, Rio, nº 51, 1974.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira - Episódios da Revolução Federalista no Paraná (1893/1894); São Paulo, Empresa Gráfica dos Tribunais, 1979, Brasiliensia Documenta XII.

ALBUQUERQUE, Américo - Floriano Peixoto, o Consolidador da República. Escorço Biográfico; Rio, Tip. Moreira Maximino & Cia., 1894.

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e - O Pensamento Político dos Líderes da Revolta da Armada; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 2, cit.

ALBUQUERQUE, Francisco C. - Gomes Carneiro. Seus Últimos Dias; in Ilustração Brasileira, Rio, ano XXII, Jan/1944.

ALENCAR, Alexandrino Faria de - Aquidaban. Histórico do Combate de 16 de Abril de 1894 em Águas de Santa Catarina; Montevideo, s/ed., 1895.

ALENCAR, Carlos Ramos de - Alexandrino, o Grande Marinheiro (1848-1926); Rio, Serviço de Documentação da Marinha, 1989.

- ALMEIDA, Fernando Mendes de - *Semana Política. Presidência Prudente de Moraes* (novembro 1894/junho 1896); Rio, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1916, vol. 1.
- ALMEIDA, Theophilo Nolasco de - *Almirante Saldanha: Verdade Histórica*; in *Jornal do Commercio*, Rio, 17/01/1937.
- ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs.) - *Pensar a Revolução Federalista*; Rio Grande, Editora da Fundação da Universidade de Rio Grande, 1993.
- ALVES, Francisco das Neves - *Protecionismo x "Americanização" Republicana: O Caso do Rio Grande do Sul no Final do Século XIX*; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- ALVES, Francisco das Neves - *O Bisturi: Imprensa Opositorista na Cidade do Rio Grande (1888-1893)*; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- AMARAL, Mariano Augusto de - *Uma Lembrança*; in *Almanaque Popular Brasileiro*, Pelotas, 1895.
- ANDRADA, Almíro Caldeira de - *Ao Encontro da Manhã* (romance); Rio, Editora Leitura S/A, s/d (1966 ?).
- ANDRIOTTI, Décio - *Guerra, Crime e Cultura*; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- ANÔNIMO - *Notas de um Revoltoso (Diário de Bordo)*. Documentos Authenticos publicados pelo Commercio de São Paulo; Rio, Typ. Moraes, 1895.
- ANÔNIMO - *Carta Pública ao Sr. Capitão de Fragata A. de Castilho, da Marinha Portuguesa, por Alguns Cidadãos Oficiais da Armada Brasileira*; Rio, Imprensa H. Laemmert & Cia. Ltda., 1895, 2ª edição.
- ANÔNIMO - *Intervenção nos Estados: Rio Grande do Sul 1892-1893 e Outras Intervensões*; Bruxelas, L'Édition d'Art, 1913, vol. 2.
- ANTONACCI, Maria Antonieta - *A Luta Oligárquica no Rio Grande do Sul na República Velha*; dissertação de Mestrado em História na USP, São Paulo, 1978. In Trindade, Hégio - *Aspectos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense, 1882-1937*; Porto Alegre, Editora Sulina, 1980.
- ANTUNES, De Paranhos - *Elogio ao General Carlos Telles*; in *Revista do IGHMB*, Rio, nº 13/14, 1948.
- ARARIPE, Tristão de Alencar - *General Carlos Telles, Heróico Defensor de Bagé*; in *Revista do IGHMB*, Rio, nº 13/14, 1948.
- ARARIPE, Tristão de Alencar - *Tasso Fragoso, Um Pouco de História do Nosso Exército*; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- ARAUJO FILHO, Luiz - *Combates do Lajeado e da Jararaca. Batalha do Inhanduhy. Combate da Ponte*; in *O Município de Alegrete, Alegrete, Irmãos Prunes & Cia.*, 1908.
- ARENDT, Sílvia Maria Taverio - *Um Popular Vai à Guerra*; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul - *Revolução Federalista: Catálogo*; Porto Alegre, Secretaria de Estado da Cultura, 1992.
- ASSIS, Valesca de - *Tábua dos Destinos*; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira D' - *Conferência sobre o Cerco da Lapa, realizada no IHGMG, em 27/03/1952*; in *Diário da Justiça de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 06/04/1952.
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira D' - *Discurso pronunciado na Sessão Inaugural do II Congresso de História da Revolução de 1894*; in *Revista do IHGMG*, Belo Horizonte, vol. III, (data ?).
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira D' - *Fracasso da Revolução de 1893 Aumentou o Conceito Republicano no Seio da Sociedade Brasileira*; in *Anais do Primeiro Congresso de História, Curitiba, 1944*, cit.
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira D' - *O General Carneiro no Cerco da Lapa*; in *Anais do Primeiro Congresso, Curitiba*, cit.
- ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira D' - *Relatório da Representação do IHGMG no Congresso de História da Revolução de 1894*; in *Revista do IHGMG*, vol. I, (data ?).
- ÁVILA, Edson d' - *A Revolução: O Partido do Povo*; in *Anais do Congresso do Centenário*, cit.
- AXT, Gunter - *A História Contada pelo Dragão*, in CABEDA e COSTA, *Os Crimes da Ditadura*, 2002, cit.

- AXT, Gunter - Votar Por Quê ? Ideologia Autoritária, Eleições e Justiça no Rio Grande do Sul Borgista; Justiça & História, Porto Alegre, vol. 1, nº 1 e 2, Memorial do Judiciário, Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, 2001.
- AXT, Gunter - O Poder Judiciário na Sociedade Coronelista Gaúcha (1889-1930); Revista da Ajuris, Porto Alegre, nº 82, 2001.
- AXT, Gunter - Constitucionalidade Debatida: A Polêmica Carta Estadual de 1891; Justiça & História, Porto Alegre, vol. 2, nº 3, 2002.
- AXT, Gunter - Contribuição ao Debate Historiográfico Concernente ao Nexo entre Estado e Sociedade para o Rio Grande do Sul Castilhistas-Borgistas; Revista Métis: História & Cultura, Caxias do Sul, vol. 1, nº 1, EDUCS, 2002.
- AXT, Gunter - Justiça e Memória: A Experiência do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul; Justiça & História, Porto Alegre, vol. 2, nº 4, Memorial do Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- AXT, Gunter - Injunções Políticas na Organização Judiciária: Um Estudo de Caso para o Império e a República Velha; Revista da Ajuris, Porto Alegre, nº 88, tomo 1, 2002.
- AXT, Gunter - Os Guardiões da Lei: Aspectos da Influência Política e Cultural dos Positivistas Religiosos Sobre os Governos Republicanos no RS; Revista Métis: História & Cultura, Caxias do Sul, vol. 1, nº 2, EDUCS, 2002.
- AZAMBUJA, Péricles - História das Terras e Mares do Chuí; Porto Alegre, EST. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- AZEVEDO, Antonio Augusto de - Fracasso do Ataque à Cidade do Rio Grande; Porto Alegre, Livraria Mazeron, 1896.
- AZEVEDO, [Pedro] Cordolino - O Marechal Pêgo Junior e a Invasão do Paraná; in Anais do I Congresso, Curitiba, cit. Rio, edição da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, s.d.
- AZEVEDO, José Afonso Mendonça - Vida e Obra de Salvador de Mendonça; Rio, Ministério das Relações Exteriores, 1971.
- BALLÃO, Jayme - Traços Biographicos e Historicos de uma das Vítimas do Governo Legal na Noite de 20 de Maio de 1894, no Km 65 da Estrada de Ferro do Paraná; Curitiba, Companhia Impressora Paranaense, 1895.
- BAPTISTA, Homero - A Revolução e o Estado de Sítio do Rio Grande do Sul (discurso); Porto Alegre, Livraria Americana, 1894.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin - Lagoa Vermelha e sua História; Lagoa Vermelha, Impressora Planalto Ltda., 1974.
- BARBOSA, Rui - A Ditadura de 1893; Rio, Ministério da Educação e Saúde, tomo 2, vol. 20 das Obras Completas.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan - O Rio Grande do Sul e a República. Reflexões Preliminares sobre a Revolução de 1893; Campinas, UNICAMP, mimeografado.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncan - Political Violence and Regime Change: A Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil, tese de doutoramento, University of Pittsburgh, 1985.
- BARRETO, [Emygdio] Dantas - Impressões Militares; Rio, Leuzinger & Cia. Editores, 1910.
- BARRETO, João de Deus Noronha Menna - Os Menna Barreto, Seis Gerações de Soldados (1769-1950); Rio, Gráfica Laemmert Ltda., 1950.
- BARRETO, João Rodrigues Mena e SILVA, Clarestino Bento da - Combate do Cerro do Ouro em 1893; in Almanaque do Globo para 1933, Porto Alegre, Livraria do Globo.
- BARRETO, João Rodrigues Mena - Notas de Minha Marcha Durante a Revolução de 1893, cópia datilografada do manuscrito, arquivo Júlio H. Petersen.
- BARROSO, Gustavo - O Napoleão dos Pampas; in revista O Cruzeiro, Rio, 26/05/1951.
- BARROSO, Gustavo - A Execução do Barão de Batovi; in revista O Cruzeiro, Rio, 25/08/1956.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel - Do Conflito à Estabilidade. A Organização do Poder Local em Santo Antônio da Patrulha; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- BASTOS, Fernandes - Noite de Reis; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.

- BAUMANN, Fritz - Die Waldmühle. Eine Erzählung aus der Revolutionszeit (O Moinho do Mato. Uma História do Tempo da Revolução); in Kalender für die Deutschen in Brasilien 1914, São Leopoldo.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre - Literatura e História: O Entrecruzamento de Discursos; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre - O Regionalismo na Historiografia e Crítica Literária Sul-Rio-Grandenses; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- BAZAN, Márcio - Episódio Histórico da Revolução de 1893; in Correio do Povo, Porto Alegre, 19/11/1961.
- BAZAN, Márcio - Episódio Histórico; in Correio do Povo, Porto Alegre, 11/02/1962.
- BAZAN, Márcio - Servidor da Revolução de 1893; in Correio do Povo, Porto Alegre, 11/04/1965.
- BECK, Mário de Lima - Dr. Ângelo Dourado, um Baiano Maragato; in Estado do Rio Grande, Porto Alegre, 05/11/1956.
- BELÉM, J. - História do Município de Santa Maria; Porto Alegre, Livraria Selbach, 1933.
- BELLO, José Maria - História da República; Rio, Civilização Brasileira S/A Editora, 1940.
- BELLO, Oliveira - Saldanha da Gama. Oração lida em Campo Osório, em 10 de Abril de 1946; in Revista do IGHMB, Rio, volume X, 2º semestre de 1946.
- BELLO, Oliveira - O Almirante Saldanha da Gama. Conferência realizada no IGHMB, em 12 de Abril de 1946; in Revista do IGHMB, volume X, 2º semestre de 1946.
- BELLOMO, Harry Rodrigues - Revolução Federalista & Arte Funerária; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- BELTRÃO, Romeu - Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho, 1787-1930; Canoas, Tip. Edit. La Salle, 1979, 2ª edição.
- BENTO, Claudio Moreira - Canguçu. Reencontro com a História; Porto Alegre, IEL, 1983.
- BENTO, Claudio Moreira - O Massacre do Rio Negro. Responsabilidades e Lições à Posteridade; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- BENTO, Claudio Moreira - A Revolução de 93 e a Arte Militar; in Anais do II Simpósio, Bagé, cit.
- BENTO, Claudio Moreira - Os Cercos de Bagé e da Lapa e Duas Resistências Épicas da História Militar do Brasil; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit. In A Defesa Nacional, Rio, nº 767, janeiro/março de 1995.
- BENTO, Claudio Moreira - A Resistência ao Cerco da Lapa e Suas Repercussões Estratégicas; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- BENTO, Claudio Moreira - Repercussões do Combate do Cerro do Ouro na Invasão do Paraná em 1894; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- BENTO, Claudio Moreira - História da 3ª Região Militar (1889-1953); Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, s.n., 1995, II volume.
- BENTO, Claudio Moreira - General Hipólito Pinto Ribeiro (1824-1900), um Consolidador da República; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 3, cit.
- BENTO, Claudio Moreira - Contribuição Paulista ao Combate à Revolução na Armada (1893-1894) e à Guerra Civil (1893-1895); in A Defesa Nacional, Rio, nº 769, julho/setembro de 1995.
- BENTO, Claudio Moreira - Centenário do Sítio Federalista de Bagé; in A Defesa Nacional, Rio, nº 763, janeiro/março de 1994.
- BENTO, Claudio Moreira - O Centenário da Revolta da Esquadra; in A Defesa Nacional, Rio, nº 762, outubro/dezembro de 1993.
- BLANCO, Lucas Rodríguez - La Tapera de Aceguá; cópia datilografada no arquivo Júlio H. Petersen.
- BLEY, Alceu M. - Minas e Paraná Unidos Pelo Mesmo Herói: Gomes Carneiro; in Gazeta do Povo, Curitiba, 05 e 06/02/1969.
- BLEY, Alceu M. - A Revolução Federalista de 1894; in Gazeta do Povo, Curitiba, 09, 11, 13, 14 e 15/02/1969.

- BLUM, Heitor - Traços Biográficos do Coronel Emílio Blum; in Anais do I Congresso, Curitiba, cit.
- BODZIAK, Antônio - v. GRABOWSKI, Francisco
- BOEIRA, Nelson - O Rio Grande de Augusto Comte; in RS: Cultura e Ideologia, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- BOITEUX, Lucas Alexandre - Notas para a História Catarinense; Florianópolis, Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912.
- BOITEUX, Lucas Alexandre - Pequena História Catarinense; Florianópolis, Officina a electricidade da Imprensa Oficial, 1920.
- BONES, Elmar - A Espada de Floriano; Porto Alegre, JÁ Editores, 2000.
- BORMANN, J. Bernardino - Dias Fratricidas; Curitiba, Typ. da Livraria Economica, 1901 (1º e 2º volumes) e 1906 (3º volume).
- BRANCO, Pércio de Moraes - A Região de Lagoa Vermelha. Aspectos Históricos; Porto Alegre, Edições EST, 2002.
- BRANCO, Pércio de Moraes - O Cerco de Lagoa Vermelha; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- BRASIL, Jornal do - Episódios da Revolta de 6 de Setembro. Fuzilados em Sepetiba e Horrores em Magé. Narrativas Publicadas pelo Jornal do Brasil; Rio, Jornal do Brasil, 1895.
- BRIGADA MILITAR - Homenagem da Brigada Militar ao Dr. Júlio Prates de Castilhos (politéia); Porto Alegre, 1903.
- BRILHANTE, Ismael O. - No Ápice da Glória. Heróis da Brigada Militar; Porto Alegre, s.n., 1979, vol. I.
- BRITO, Luiz Tenório de - Relatório sobre o II Congresso de História da Revolução de 1894; in Revista do IHGMG, Belo Horizonte, 1944 (?), vol. III.
- BRITO, Victor de - Gaspar Martins e Júlio de Castilhos. Estudo Crítico de Psicologia Política; Porto Alegre, Livraria Americana, 1908.
- BUENO, Plínio - O Mito Gumerindo Saraiva; in Correio do Povo, Porto Alegre, 09/01/1966.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo - Cerro do Ouro, in FLORES, Hilda (org.), cit. In A Defesa Nacional, Rio, nº 761, julho/setembro de 1993. In Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 129, 1993.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo - O Telegrama do General João Telles, in Anais do II Simpósio, Bagé, cit.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo - Subsídios às Fontes para a História da Revolução de 1893; in Anais do II Simpósio, Bagé, cit.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo - Os "Tuaregs" de São Gabriel - A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em Operações no Litoral Catarinense, comunicação apresentada ao III Simpósio sobre Fontes para a História da Revolução de 1893, Bagé, 28 a 30/04/1993. Revisada e com o título de A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em Operações no Litoral (1893/94), in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 135, 2000.
- CABEDA, Rafael e COSTA, Rodolpho - Os Crimes da Dictadura; Rivera, Typographia d'O Maragato, 1902 (2º de uma série de 3 volumes). 2ª edição com o título de Os Crimes da Dictadura: A História Contada pelo Dragão; organizada por Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig, Porto Alegre, Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, v. I
- CABEDA, Rafael e COSTA, Rodolpho - Homenagem aos Heróis da Revolução de 1893 no Dia de Finados; Rivera, Typographia d'O Maragato, 1901 (1º de uma série de 3 volumes).
- CABEDA, Rafael e COSTA, Rodolpho - A Revisão no Decennio de 1889-1899 (Constituição e Finanças), Rivera, Typographia d'O Maragato, 1902 (3º de uma série de 3 volumes).
- CABEDA, Rafael e COSTA, Rodolpho - O General Claudio do Amaral Savaget e o Comando do 6º Distrito Militar; Rivera, Typographia d'O Maragato, 1900.
- CABRAL, Cid Pinheiro - O Senador de Ferro; Porto Alegre, Livraria Sulina, 1969.
- CABRAL, Oswaldo R. - Santa Catharina; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, Coleção Brasileira, 80.
- CABRAL, Oswaldo R. - História de Santa Catarina; Rio, Ed. Laudes, 1970.

- CAGGIANI, Ivo - Sant'Ana do Livramento, 150 Anos de História; Livramento, Edição da Associação Santanense pró Ensino Superior (ASPES), 1983, 1º volume.
- CAGGIANI, Ivo - João Francisco, a Hiena do Cati; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1988.
- CAGGIANI, Ivo - Rafael Cabeda; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1996.
- CALDAS, Honorato Cândido Ferreira - A Deshonra da República; Rio, Typ. Moraes, 1895, 1ª edição. Rio, Imprensa Montenegro, 1895, 2ª edição correta e aumentada.
- CALDAS, Honorato Cândido Ferreira - Apotheose do Almirante Saldanha da Gama. Documentos e Traços Históricos de sua Carreira Militar e Vida Pública. Epopéias de Dor e Homenagens Cívicas Nacionais e Estrangeiras Tributadas à sua Memória; Rio, Typ. Alex, Villela, 1896.
- CALMON, Pedro - Gomes Carneiro, o General da República; Rio, Ed. Guanabara, 1933.
- CALMON, Pedro - A Morte de Gomes Carneiro; in Nação Armada, Rio, nº 51, 1944.
- CALMON, Pedro - A Glória Serena do General Gomes Carneiro; in Revista Militar Brasileira, Rio, julho/dezembro de 1946.
- CALMON, Pedro - História do Brasil; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, vol. V.
- CÂMARA, José Gomes Bezerra - Meses de Terror (1894-1895); in Revista do IHGB, Rio, nº 382, janeiro/março de 1994.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da - O Marechal Câmara – Sua Vida Política; Porto Alegre, IEL/SEC, 1979, volume III.
- CAMARGO, Joracy - O Consolidador da República; Rio, Departamento Nacional de Propaganda, 1939.
- CAMARGO, Lauro Nascimento - A Revolução Federalista e o Cerco da Lapa; in O Estado do Paraná, Curitiba, 27/04/1969.
- CAMÊU, Francolino e PEIXOTO, Arthur Vieira - Floriano Peixoto. Vida e Governo; Brasília, Editora UnB, 1983.
- CAMPOS, Bernardino de Senna - Memórias do Araranguá; Florianópolis, Editora Lunardelli, 1987.
- CAMPOS, Emílio de - Júlio de Castilhos e sua Ação Política e Social no Rio Grande do Sul; São Leopoldo, Tip. Rotermond, 1903.
- CAMPOS, Pedro Dias de - A Revolta de 6 de Setembro (A Acção de São Paulo). Esboço Histórico; Paris-Lisboa, Typ. Aillaud, Alves, 1913.
- CAMPOS, Pedro Dias de - Palestra sobre a História da Revolução de 1894; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, cit.
- CAMPOS NETTO, José Cândido - Montenegro; Montenegro, Irmãos Gehlen, 1924.
- CAPITÃO SECRETÁRIO (UM) - Ordens do Dia. Revolucionários (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), organizadas por um Capitão Secretário do Exército Libertador; Rio, Companhia Typografica do Brasil, 1897.
- CARNEIRO, David - O Cerco da Lapa e Seus Heróis. Antecedentes e Consequências da Revolução Federalista no Paraná; Rio, Editora Ravaro, 1934. Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1991.
- CARNEIRO, David - Casos e Coisas da História Nacional; Rio, Editora Alba, 1934.
- CARNEIRO, David - Os Fuzilamentos de 1894 no Paraná; Rio, Athena Editora, 1937.
- CARNEIRO, David - Princípios Gerais de Julgamento Histórico. A Revolução Federalista e o General Gomes Carneiro; tese apresentada ao Congresso de História da Revolução Federalista de Belo Horizonte (separata); Curitiba, Papelaria Universal, s/d.
- CARNEIRO, David - O Paraná na História Militar do Brasil; Curitiba, Tip. João Haupt & Cia., 1942.
- CARNEIRO, David - O Paraná e a Revolução Federalista; São Paulo, Athena Editora, 1944.
- CARNEIRO, David - Um Perfil de Gomes Carneiro; in Ilustração Brasileira, Rio, nº106, 1944.
- CARNEIRO, David - Os Dois Máximos Heróis da Resistência da Lapa; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, cit.
- CARNEIRO, David - Apontamentos Biográficos do Coronel J. R. Lacerda; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, cit.
- CARNEIRO, David - Rastros de Sangue; Curitiba, Papelaria Max Roesner Ltda., ano?

- CARNEIRO, Glauco – História das Revoluções Brasileiras; Rio, Edições O CRUZEIRO, 1965, 1º vol.
- CARNEIRO, Glauco - Render-se é uma Indignidade; Editado pelo Departamento de Divulgação do Estado do Paraná, Curitiba, 1969.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - General Gomes Carneiro; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 3, cit.
- CARNEIRO, Mário Tibúrcio Gomes - Capitulação: Lapa e Tijucas; separata do Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Rio, Borsoi, 1950.
- CARNEIRO, Paulo (org.) - Idéias Políticas de Júlio de Castilhos; Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.
- CARONE, Edgar - A república Velha II (Evolução Política 1889-1930); São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARONE, Edgar - Revolução Federalista: Fenômeno Único ?; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- CARVALHO, Afonso de - Um Clarão de Heroísmo Militar; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944. In Nação Armada, Rio, nº 51, 1944.
- CARVALHO, Antônio Augusto de - Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul. O General Salgado; Montevideo, Typ. El Siglo Ilustrado, 1895.
- CARVALHO, José Carlos de - O Livro da Minha Vida. Na Guerra, na Paz e nas Revoluções – 1847/1910; Rio, Typ. do Jornal do Commercio, 1912, 2 volumes.
- CARVALHO, Pedro - Campanha do Coronel Santos Filho. História da Guerra Civil de 1893-1895 no Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Oficinas Graphicas do Correio do Povo, 1897.
- CARVALHO, Setembrino de - Memórias. Dados para a História do Brasil; Rio, edição de seus filhos, 1950.
- CASSOL, Arnaldo Luiz e ABRÃO, Nicolau da Silveira - Coronel Coriolano Castro. Fragmentos das Revoluções de 1893-1923-1932; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1983.
- CASSOL, Ernesto - A Revolução Federalista de 1893/95; in revista Perspectiva, URI, nº 59, setembro de 1993.
- CASTELLANOS, Alfredo R. - Aparicio Saravia: El Caudillo y su Tiempo; Montevideo, Arca Editorial, 1976.
- CASTILHO, Augusto de - Portugal e Brazil. Conflicto Diplomático; Lisboa, M. Gomes-Editor, 1894, 3 volumes (Agosto de 1893 a Maio de 1894) (volume I, o Processo no Conselho de Guerra de Marinha; volumes II e III, Commando Superior das Forças Navaes Portuguezas na América do Sul. Correspondencia Official).
- CASTILHOS, Júlio Prates de - Mensagem Enviada á Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, a 29 de Setembro de 1895; Porto Alegre, Typ. Cesar Reinhardt, (1895 ?).
- CASTILHOS, Júlio Prates de - Para a História do Rio Grande. Plano de Ação Revolucionário de 17 de Junho; in Almanaque de Pelotas, Pelotas, 1920.
- CASTILHOS, Júlio Prates de - Cartas de Júlio de Castilhos a João Francisco; in revista Província de São Pedro; Porto Alegre, nº 20, 1955.
- CASTRICIANO, H. - Os Primeiros Tempos da República; in Almanaque do Globo, Porto Alegre, 1930.
- CASTRO, Azevedo - Silveira Martins; in Almanaque Popular Brasileiro, Pelotas, 1905.
- CASTRO, Gustavo de - Actualidad del Brasil; Buenos Aires, Argos Casa Editora, 1896.
- CASTRO, N. V. - Um Maragato Paranaense; Curitiba, Typ. João Haupt e Cia. Ltda., 1957.
- CAVALARI, Rossano Viero - O Ninho dos Pica-Paus. Cruz Alta na Revolução de 1893; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 2001.
- CEM Anos de uma Epopéia – Edição Histórica do Cerco da Lapa; in A Lapa, Lapa (PR), ano V, nº 67, 1ª e 2ª quinzenas de janeiro de 1994.
- CÉSAR, Guilhermino - Júlio de Castilhos ao Coronel João Francisco; separata do livro Júlio de Castilhos; Porto Alegre, DAC/SEC – Editora EMMA, 1978.

- CHASTEEN, John Charles - *Héroes a Caballo. Los Hermanos Saravia y su Frontera Insurgente*; Montevideo, Ediciones Santillana SA, Biografías Aguilar, Fundación BankBoston, 2001 (1ª edición), 2002 (2ª edición).
- CIBILS, Luís Alberto - *A Revolução de 1893 às Margens da Lagoa dos Patos*; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 129, 1993.
- CIDADE, Francisco de Paula - *Gomes Carneiro, um Chefe que Soube Morrer*; in Revista Militar Brasileira, Rio, julho/dezembro de 1946.
- CIDADE, Lúcio - *A Vassoura do Monge*; in Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1899.
- CINTRA, Assis - *No Limiar da História*; Rio, Livraria Francisco Alves, 1923.
- CINTRA, Assis - *Bernardino de Campos e Seu Tempo*; São Paulo, ed. ?, 1957.
- CINTRA, Assis - *Floriano, Carneiro de Batalhão*; Rio, Andersen Editores, 1934.
- CINTRA, Assis - *Os Escândalos da 1ª República*; São Paulo, Empresa Editora J. Fagundes, 1936.
- CLEMENTE, Ir. Elvo - *Revolução e Simbolismo*; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- COLEÇÃO do Museu Dom Diogo de Souza. Fontes para a História da Revolução de 93; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de - *Revolução de 93 e Fontes Diplomáticas Italianas*; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- CORDEIRO, José Pedro Leite - *Esboço do Papel Desempenhado, Durante a Revolução de 1894, Pelo Dr. Bernardino de Campos*; tese ao II Congresso de História da Revolução de 1894, Belo Horizonte, 1946.
- CORRÊA, José Augusto - *A Revolução do Brasil e o Opúsculo do Visconde de São Boaventura*; Lisboa, Typ. da Companhia Editora Nacional, 1894.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. - *O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina, 1893-1894*; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. - *O Governo Provisório Revolucionário de Desterro, Santa Catarina (1893-1894)*; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit. In Anais do Congresso do Centenário, cit.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. - *Militares e Civis num Governo Sem Rumo. O Governo Provisório Revolucionário de Desterro 1893-1894*; Florianópolis, Editora da UFSC/Editora Lunardelli, 1990.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. - *O Governo Revolucionário de Desterro em 1893*; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 2, cit.
- CORRÊA FILHO, Virgílio - *General Gomes Carneiro*; in Revista Militar Brasileira, Rio, 1947.
- CORREIA, Leôncio - *Episódios à Margem do Cerco da Lapa*; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.
- CORREIA, Leôncio - *Barão do Serro Azul*; Curitiba, edição do Dr. Dicesar Plaisant, 1942.
- CORTES, Carlos e KORNWEIBEL, Richard - *A Revolução de 1893*; in Bibliografia da História do Rio Grande do Sul, Período Republicano; Porto Alegre, edição da Faculdade de Filosofia da UFRGS, ano?
- COSTA, Cunha e - *A Luta Civil Brasileira e o Sebastianismo Português*; Porto, Typographia da Empreza Litteraria e Typographica, 1894.
- COSTA, Dídio [Iratim Afonso da] - *Saldanha. Almirante L. Ph. de Saldanha da Gama*; Rio, Serviço de Documentação da Marinha, 1957.
- COSTA, Milena Cardoso - *Idéias Constitucionais de Gaspar Silveira Martins*; dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da UFRGS, 2002, não publicada.
- COSTA, Odah Regina Guimarães - *1893-1894 Paraná: Dele Não Passaram*; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- COSTA, Renato - *As Aspirações Liberais do Rio Grande*; in Correio do Povo, Porto Alegre, 09/05/1936.
- COSTA, Renato - *A Dictadura Republicana e Silveira Martins*; in Correio do Povo, Porto Alegre, 02/03/1937.

- COSTA, Renato - A Dissidência Refreada pela Tenacidade de Castilhos; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/03/1937.
- COSTA, Sérgio Corrêa da - A Diplomacia do Marechal; Rio, Livraria Editora Zélio Valverde, 1945. Brasília, Editora UnB, 1979.
- COSTA, Sérgio Corrêa da - A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra; in revista *Província de São Pedro*, Porto Alegre, nº3, 1945.
- COUTINHO, Albino José Ferreira - *Marcha da Divisão do Norte (Para a História)*; Porto Alegre, Of. Typ. do Correio do Povo, 1896.
- CRUZ, Valeriano - *Histórias e Memórias de Bossoroca. Retrato de uma Época*; São Luiz Gonzaga, Gráfica A Notícia Ltda., 1993.
- CUNHA, José Zeferino da - Um Grande Vulto da História Pátria: Gaspar Martins; in *Anuário Indicador do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1920.
- DALABONA, Américo - A atuação Liberal na Crise do Início da República e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1889-1895); monografia, Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1981, mimeo.
- DAUDT FILHO, João - *Memórias*; Rio, Of. Graf. Mauá, 1936 (1ª ed.), 1938 (2ª ed.), 1949 (3ª ed.).
- DEEKE, José - *Das Munizip Blumenau und Seine Entwicklungsgeschichte*; São Leopoldo, Ed. Rothermund & Co., s/d., 2º volume (*Die Revolutionsjahre*) e 3º volume (*Nach der Revolution*). 2º volume traduzido como *Blumenau e a Revolução de 1893*; Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1968.
- DESMOULINS, Camillo - *Ecce Homo ! Complementos para a Biografia de Pinheiro Machado*; Porto Alegre, Livraria do Comércio, 1912.
- DESTEFANI, Cid - *Cerco Deve Render Mais*; in *O Estado do Paraná*, Curitiba, 10/02/1980.
- DIAZ, José Virginio - *Historia de Saravia: Contribución al Estudio del Caudillage en América*; Montevideo, Barreiro y Ramos, 1920.
- DIAZ, José Virginio - *Los Saravia: Una Familia de Guerreros (Apuntes Rápidos para una Biografía)*; Montevideo, La Razón, 1903.
- DIE REVOLUTION (1892-1895) - in *Deutschum in Rio Grande do Sul*; Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1924
- DOBERSTEIN, Arnoldo Walter - *Rio Grande do Sul 1893-1895 nos Monumentos. Esquecimento Compactuado*; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- DÖHLER, Alexandre - *Revolução de 1893*; in *Album Histórico do Centenário de Joinville*, Curitiba, Gráfica Mundial Ltda., 1951.
- DONATO, Hernâni - *Dicionário das Batalhas Brasileiras*; São Paulo, IBRASA, 1987. Rio, Biblioteca do Exército Editora, São Paulo, IBRASA, 2001.
- DORNELLES, Sejanos - *Gumersindo Saraiva, o Guerrilheiro Pampeano*; Caxias do Sul, EDUCS, 1988.
- DORNELLES, Sejanos - *Santa Vitória do Palmar, Capital da Revolução de 1893*; in *Anais do II Simpósio, Bagé*, cit.
- DOURADO, Angelo - *Os Voluntários do Martyrio; Pelotas*, Typ. da Livraria Americana, 1896. Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1977, 2ª edição fac-similar.
- DREHER, Martin Norberto - *O Mundo Evangélico na Revolução Federalista*; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva, cit.
- DUARTE, Breno Meletti - *Breve Esboço do Cerco de Tijucas*; in *Anais do II Simpósio, Bagé*, 1992, cit.
- DUARTE, Manoel - *Nótulas sobre 93*; Rio, *Jornal do Commercio*, Rodrigues & Cia., 1953.
- DUARTE, Miguel Antônio de Oliveira - *Quem é Quem na Revolução de 1893*; in POSSA-MAI, Zita (org.), cit.
- DUARTE, Olympio - *Escavações Históricas*; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1933.

- DUCATI NETO, Antônio - O Grande Erechim e sua História; Porto Alegre, EST, 1981.
- EIKHOFF, João - Der Maragaten Doktor; in Kalender für die Deutschen in Brasilien, São Leopoldo, Rotermund & Co., 1915. O Doutor Maragato; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- ESCOBAR, Octacílio Moura - Revolução Federalista de 1893-1895. Almirante Saldanha da Gama. Hecatombe de Campo Osório (24/06/1895); in Diário da Manhã, Passo Fundo, 26/06 a 05/08/1983.
- ESCOBAR, Wenceslau - Capítulos de uma História Inédita da Revolução Rio-Grandense de 1893; in Anuário do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1910, 1911, 1912 e 1914; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande e Pelotas, 1917; in Almanaque do Globo, Porto Alegre, 1918, 1919 e 1920.
- ESCOBAR, Wenceslau - Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1920. Brasília, Editora UnB, 1983, Coleção Temas Brasileiros, volume 30.
- ESCOBAR, Wenceslau - Réplica a Todos os Contraditores de Meus Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893; Porto Alegre, s.n., 1921.
- ESCOBAR, Wenceslau - Trinta Anos de Ditadura Rio-Grandense; Rio, Estabelecimento Gráfico Canto & Beyer, 1922.
- ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do - Representantes Teutos na Assembléia Rio-Grandense (1887 a 1896); in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit. In Seminário Memória da Revolução Federalista de 1893-95, A Revolução Federalista na Região de Colonização Alemã do Rio Grande do Sul; São Leopoldo, 26 a 28/10/1993.
- ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do - O P.R.R. e a Captura do Poder; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- FÉLIX, Loiva Otero - Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1996, 2ª edição revista e ampliada.
- FÉLIX, Loiva Otero - Monarquia e República. Gaspar e Júlio. Os Heróis na Fala de Chimangos e Maragatos ou Contrabando, Corrupção, Fraudes e Beneplácitos na Fala dos Historiadores; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit. In Seminário Memória da Revolução de 1893-95, São Leopoldo, 1993, cit.
- FÉLIX, Loiva Otero - Imprensa, Revolução e Discurso: A Construção de Categorias; in Seminário Memória da Revolução de 1893-95, São Leopoldo, 1993, cit. In RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- FÉLIX, Loiva Otero - Pica-Paus e Maragatos no Discurso da Imprensa Castilhistas; in POSSA-MAI, Zita (org.), cit.
- FÉLIX, Loiva Otero - Religião, Imprensa e Revolução Federalista; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- FÉLIX, Loiva Otero - Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista; in NEVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- FERNANDES, A. de Moraes - Uma Heroína do Rio Grande Antigo; in Almanaque do Correio do Povo, Porto Alegre, 1952.
- FERNANDES, A. de Moraes - Depoimento para a História; in Correio do Povo, Porto Alegre, 29/12/1949.
- FERNANDES, A. de Moraes - Gumercindo Saraiva. Vultos da História; in Almanaque do Correio do Povo, Porto Alegre, 1949.
- FERNANDES, Loureiro - A Comissão de Comércio de Curitiba na Revolução de 1894; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, cit.
- FERREIRA, Adir Luiz - O Partido Republicano e as Origens do Autoritarismo Castilhistas; monografia, Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1982, mimeo.
- FERREIRA, Alves - Valor de um Chefe; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.
- FERREIRA, Cypriano da Costa - Combate das Trahyras (06/11/1894); in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1900.
- FERREIRA, João Cândido - A Morte de Gomes Carneiro; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.

- FERREIRA, João Cândido - Gomes de Carneiro e o Cerco da Lapa (discurso); Curitiba, Plácido e Silva, 1928.
- FERREIRA, Tito Lívio - O Meio Social Brasileiro após a Revolução de 1894; in *Anais do Primeiro Congresso*, Curitiba, cit.
- FERREIRA FILHO, Arthur - Cronologia da Revolução Federalista; in *Revista do Museu Júlio de Castilhos*, Porto Alegre, nº 4, 1954. Existe separata.
- FERREIRA FILHO, Arthur - A Revolução Federalista; in *Enciclopédia Rio-Grandense*, Canoas, Cia. Editora Regional, 1956, vol. 1.
- FERREIRA FILHO, Arthur - A Revolução Federalista; in *Revista de Estudos Jurídicos da Escola de Direito da UNISINOS*, São Leopoldo, vol. III, nº 7, 1973. Existe separata.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *Revoluções e Caudilhos*; Passo Fundo, Graf. Instituto P. Berthier, s.d. 2ª edição, s.l., s.n., s.d. (impressa nos mesmos locais da 1ª edição). Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1986, 3ª edição.
- FERREIRA FILHO, Arthur - *História Geral do Rio Grande do Sul. 1503-1960*; Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- FIGUEIREDO, [José de] Lima - Lapa, Tragédia Florindo em Epopéia; in *Ilustração Brasileira*, Rio, nº106, 1944.
- FIGUEIREDO, [José de] Lima - *Grandes Soldados do Brasil*; São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1950, 5ª edição.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - O Combate do Cerro do Ouro; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1979. In FLORES, Hilda (org.), cit. In *Anais do Seminário*, Bagé, 1990, cit.
- FIGUEIREDO, Osório Santana - *As Revoluções da República 1889-1932*; São Gabriel, s.n., 1995.
- FIRMBACH, Theodor - *Die Deutsche-Brasilianische Pikade Santa Clara im Revolutionsjahre*; Porto Alegre, Centrumsdrukerei, 1895.
- FIRMBACH, Theodor - *Santa Clara, o Combate Federalista*; Porto Alegre, Nova Dimensão, 1995.
- FLORES, Élio Chaves - *No Tempo das Degolas. Prática x Discurso e Revoluções Imperfeitas*; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1996.
- FLORES, Élio Chaves - *Juca Tigre e o Caudilhismo Maragato. Poder, Tempo e Memória*; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1995.
- FLORES, Élio Chaves - Adão Latorre: Mito e História no Massacre do Rio Negro; in *Anais do II Simpósio*, Bagé, 1992, cit.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.) - *Revolução Federalista*; Porto Alegre, CIPEL, Nova Dimensão, 1993.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner - *Depoimentos da Colônia Alemã*; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner - *Santa Clara na Revolução Federalista de 1893*; in *Anais do Seminário*, Bagé, 1990, cit.
- FLORES, Moacyr e FLORES, Hilda Agnes Hübner - *Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893*; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1993.
- FLORES, Moacyr - *Dramas e Conflitos Revolucionários*; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- FLORES, Moacyr - 1893: O Imaginário da República no Rio Grande do Sul; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- FLORES, Moacyr - *Historiografia da Revolução Federalista*; in *Anais do Congresso do Centenário*, cit.
- FONSECA, Manuel - *Gumercindo Saravia, el General de la Libertad*; Montevideo, Editorial Florensa & Lafón, 1957.
- FONSECA, Pedro César Dutra - *Revolução Federalista: Uma Interpretação*; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- FONSECA, Pedro César Dutra - *A Reorientação da Economia Gaúcha na República Velha: A Política Econômica e os Fundamentos dos Conflitos Políticos*; Porto Alegre, Gráfica da UFRGS, 1981.
- FONTTES, Carlos - *Uruguiana, Aqui Te Canto (Notas à Margem de Sua História)*; Porto Alegre, ed. do autor, 2000.

- FONTTES, Carlos - Regimento Dragões do Rio Grande. Evolução Histórica do 4º Regimento de Cavalaria Blindado; São Luiz Gonzaga, ed. do autor, 2001.
- FOSSA, Humberto Castro - Promotor Nogueira e General Pina; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Angelo Dourado e seus Voluntários do Martírio; in Correio do Povo, Porto Alegre, 06/09/1956.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Os Processos de Gumercindo Saraiva; in Correio do Povo, Porto Alegre, 16/02/1957.
- FRANCO, Sérgio da Costa - O Sentido Histórico da Revolução de 1893; in Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, Porto Alegre, 5ª Série, 1962. In Correio do Povo, Porto Alegre, 04, 11, 18, 25/04 e 08/05/1964.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Júlio de Castilhos e Sua Época; Porto Alegre, Editora Globo, 1967.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Panorama Geral da Revolução Federalista; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit. In ALVES, Francisco e TORRES, Luiz, cit.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Os Manuscritos de Prestes Guimarães; in Anais do Seminário, Bagé, cit.
- FRANCO, Sérgio da Costa - Porto Alegre na Guerra Civil: O "Combate" dos Cafés; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- FRANCO, Sérgio da Costa - A Guerra Civil de 1893; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa - A Questão Político-Partidária na Revolução Federalista; in Seminário Memória da Revolução de 1893-95, São Leopoldo, cit.
- FREIRE, Felisbello - História da Revolta de 6 de Setembro; Rio, Ed. Cunha & Irmãos, 1896, vol. 1.
- FREITAS, Astrogildo - Batalhão Conselheiro Jesuíno Marcondes; in Estante Paranista, Histo-riadores do Paraná, vol. 14, Curitiba, Editora Lítro-Técnica, 1980.
- FREITAS, Décio - O Homem que Inventou a Ditadura no Brasil; Porto Alegre, Editora Sulina, 1998.
- FREITAS, Décio - A Revolução da Degola; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- FREITAS, Leopoldo - Factos e Figuras Políticas; Rio, Laemmert & C., 1900
- FROTA, Guilherme de Andréia - Saldanha da Gama, o Militar e o Homem na Conjuntura Política do 1º Quadrênio da República; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 3, cit.
- GALANTI, P. Maciel M. - Compêndio de História do Brasil; São Paulo, Duprat & Comp., 1910, vol. V.
- GALVEZ, Manuel - Vida de Aparicio Saravia; Buenos Aires, Imprenta López, 1942.
- GAMA, Luiz Filipe de Saldanha da - Diário de Campanha (manuscrito), "princiado a bordo do vapor Rivadavia, 2 de janeiro de 1895" (até 23 de fevereiro de 1895), inédito; Rio, Serviço de Documentação da Marinha.
- GARCIA, Nepomuceno Saravia - Memorias de Aparicio Saravia: Relato Histórico-Biográfico de su Hijo Nepomuceno, Ilustrado con la Documentación del Archivo del General; Montevideo, Editorial Medina, 1956.
- GARDELIN, Mário - Lajeado Grande, o Túmulo da Revolução de 93; in Folha da Tarde, Porto Alegre, 26/12/1960.
- GEHM, Delma Rosendo - Passo Fundo na Revolução de 1893; Passo Fundo, Comissão Orga-nizadora do XXII Congresso Tradicionalista Gaúcho, 1977.
- GERTZ, René E. - A Memória da Guerra Civil de 1893 nas Regiões de Colonização Alemã; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- GERTZ, René E. - Bibliografia sobre a Revolução Federalista nas Regiões de Colonização Alemã do Rio Grande do Sul; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- GERTZ, René E. - Aspectos da Revolução Federalista nas Regiões de Colonização Alemã; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- GERTZ, René E. - A Revolução de 1893 nas Regiões de Colonização Alemã; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.

- GONÇALVES, Alberto – Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves; in Subsídios para a História Marítima do Brasil; Rio, Imprensa Naval, 1942, 2ª parte
- GOYCOCHÊA, Castilhos - Homens e Idéias (Origem da Palavra Maragato); Rio, Irmãos Pongetti, 1942.
- GOYCOCHÊA, Castilhos - Gumercindo Saraiva na Guerra dos Maragatos; Rio, Alba editora, 1943.
- GOYCOCHÊA, Castilhos - A Epopéia da Lapa; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.
- GOYCOCHÊA, Castilhos - Maragatos e Gaúchos; in revista Província de São Pedro, Porto Alegre, nº 3, 1945.
- GRABOWSKI, Francisco - Memórias da Revolução Brasileira dos Anos de 1893-1894; 2ª edição, iniciativa dos descendentes de Antônio Bodziak, comandante do Batalhão Gumercindo Saraiva (poloneses); s.l.,s.n.,s.d., Publicado originalmente nos Anais da Comunidade Brasileira-Polonesa, Curitiba, 1971, vol. V.
- GRASSI, Florindo David - Os Maragatos e o Médio Alto Uruguai no Sul do Brasil; Frederico Westphalen, Ed. da URI, 1996.
- GUANABARA, Alcindo - História da Revolta de 6 de Setembro de 1893; Rio, Typ. e Papellaria Mont'Alverne, 1894.
- GUASINA, Luiz de Senna - Diário da Revolução Federalista; Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ EST Edições, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes - A Revolução Federalista em Cima da Serra. Apon-tamentos Históricos da Revolução Civil do Rio Grande do Sul, 1892-1895. Municípios de Passo Fundo, Soledade, Palmeira e Cruz Alta. Anexo – Diário de Campanha; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1987.
- GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade - Arthur Oscar, Soldado do Império e da Repúbli-ca; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1965.
- GUIMARÃES, Líbero - Exposição feita pelo Tenente Coronel Líbero Guimarães ao Cidadão General de Brigada João Antônio d'Ávila, sobre os fatos ocorridos na cidade da Lapa, Estado do Paraná; in Revista Militar Brasileira, Rio, nº 3 e 4, julho a dezembro de 1943.
- GUTFREIND, Ieda - A Revolução Federalista: O Apelo à Revolução e Projetos Políticos; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- GUTFREIND, Ieda - Rio Grande do Sul (1889-1896): A Proclamação da República e a Rea-ção Liberal Através da Sua Imprensa; dissertação de Mestrado em História da Cultura; Porto Alegre, PUCRGS, 1979. In TRINDADE, Héglio, cit.
- HAHNER, June E. - Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898); São Paulo, Livra-ria Pioneira Editora, 1975, traduzido de Civilian-Military Relations in Brazil (1889-1898); Columbia, South Carolina, USA, University of South Carolina Press, 1969.
- HASSLOCHER, Germano - A Verdade sobre a Revolução; Porto Alegre, s/ed., 1894, 1ª edi-ção; Porto Alegre, Carlos Pinto & Cia., 1894, 2ª edição; Porto Alegre, Livraria Mazon, 1894, 3ª edição.
- HESSSEL, Lothar - 1893: Vivências Humanas; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 129, 1993.
- HICKMANN, Pe. João - Bom Retiro do Sul – Leonel Rocha; in revista Estudos, Porto Alegre, nº 1, 1955.
- HOMEM, J. S.Torres - Dois Anos de Exílio; Curitiba, Correia Editores, 1900.
- IHGB - Arquivos Presidenciais: Prudente de Moraes; Rio, IHGB, 1990, nº 1.
- IHGMG - O II Congresso de História da Revolução de 1894; in Revista do IHGMG, vol. II e vol. III.
- IRMÃOS EVARISTO (Evaristo Teixeira do Amaral e Bráulio Evaristo Teixeira) - O Bacharel Wenceslau Escobar em Crime de Calúnia; Porto Alegre, Of. Gráficas d' A Federação, 1920.
- ISAIA, Artur César - A Revolução Federalista: Catolicismo e Clivagem Política no Rio Gran-de do Sul; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- JACQUES, Paulino - Gaspar Silveira Martins, o Condestável da Democracia Brasileira; Rio, Zélio Valverde, 1942.

- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco - Os Subversivos da República; São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- JOBIM, Rubens Mário - Vento Leste nos Campos Gerais. A Defesa da Lapa; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1952.
- KEITH, Henry Hunt - Soldados Salvadores. As Revoltas Militares Brasileiras de 1922 e 1924 em Perspectiva Histórica; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1989.
- KILIAN, Frederico - Rememorando o Passado. Blumenau em Novembro de 1894; in Blumenau em Caderno, tomo XIX, nº 10, Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, outubro/1978.
- KLEBER - A Legalidade de 23 de Novembro de 1892; Rio, s.n. s.d., 1º tomo. Kleber seria o pseudônimo do General Honorato Cândido Ferreira Caldas, v. este nome.
- KONDER, Alexandre - Os Halifax (romance); Rio, Organização Simões, 1952.
- KONDER, Marcos - Lauro Müller; Florianópolis, Imprensa Oficial, 1957.
- KORNWEIBEL, Richard e CORTES, Carlos E. - ver CORTES, Carlos E. e KORNWEIBEL, Richard, cit.
- KORNWEIBEL, Richard - Julio de Castilhos and the Republican Party of Rio Grande do Sul; Santa Barbara, University of California, 1971, tese de Doutorado.
- LACERDA, Francisco Brito de - Cerco da Lapa, do Começo ao Fim; Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte (SECE), 1985. In Gazeta do Povo, Curitiba, 23 a 26/02/1976 e 09/02/1984.
- LACERDA, Francisco Brito de - Nos Bastidores do Cerco da Lapa; in O Estado do Paraná, Curitiba, 03/12/1972 e in Gazeta do Povo, Curitiba, 20/02/1983.
- LACERDA, Francisco Brito de - Homem de Caráter; in Gazeta do Povo, Curitiba, 13/10/1985.
- LACERDA, Francisco Brito de - A Manhã de um Novo Dia; in Gazeta do Povo, Curitiba, 10/02/1985.
- LACERDA, Francisco Brito de - Cerco da Lapa. Diário do Dr. Filipe Maria Wolff; separata do Boletim do IHGEPR, Curitiba, vol. XX, 1964.
- LACERDA, Joaquim Resende Corrêa de - Parte apresentada ao Sr. Ministro da Guerra pelo Coronel Honorário do Exército, Joaquim Resende Corrêa de Lacerda, sobre fatos ocorridos na Cidade da Lapa, Estado do Paraná, durante a Revolta de 6 de Setembro; in Revista Militar Brasileira, Rio, nº 3 e 4, julho/dezembro de 1943.
- LACOMBE, Américo Jacobina - Almirante Saldanha; in Navigator, Subsídios para a História Marítima do Brasil; Rio, Serviço de Documentação da Marinha, nº 12, dezembro de 1975.
- LAFAYETTE, Pedro - Três Perfis: Saldanha da Gama, Silveira Martins e Barão de Penedo; Rio, Livraria Clássica Brasileira, 1956.
- LAFAYETTE, Pedro - Saldanha da Gama; Rio, Editora Souza, 1959, 2 volumes.
- LAVALLE, Aída Mansani - Viver e Conviver com a Revolução Federalista de 1893; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- LAVRADOR, José - Heróis de 93. Episódios da Luta Sulina no Início da República; Rio, Oficinas Gráficas Alba, s.d. (1933 ?).
- LAYTANO, Dante de - Tentativa de Análise das Fontes Bibliográficas sobre a Revolução de 1893; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- LEAL, Júlio Pereira - O Combate do Arroio das Trahyras (inédito); cópia datilografada no arquivo de Júlio H. Petersen.
- LEÃO, Ermelindo Augustinho - São Matheus (1893-1894); in Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná, Curitiba, Plácido e Silva, 1926.
- LEITE, Luiz Osvaldo - A Filosofia Rio-Grandense. Década de 1880-1890; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- LEON, Luís R. Ponce de - Aparicio Saravia, Héroe de la Libertad Electoral: escrito con la base fundamental de cartas y documentos del archivo de Luís Ponce de León, abanderado en 1897 y secretario general en 1903 y 1904; Montevideo, Barreiro y Ramos, 1956.
- LEONI, Francisco Colombo - Gumercindo Saraiva. Epopeya; Montevideo, Imprenta a vapor El Siglo, 1894.

- LETTI, Nicanor - A Degola; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- LEVINE, Robert - O Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha; in História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1975, tomo III, vol. 1.
- LIMA, Carvalho - Narrativas Militares. Revolução do Rio Grande do Sul – 1893/1895; Belém, Typ. Pinto Barbosa, 1906.
- LIMA, Lourival Santos - Francisco dos Santos Lima; Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense Plácido e Silva e Cia. Ltda., 1942.
- LIMA, Lourival Santos - Um Herói do Paraná em 1894; in Gazeta do Povo, Curitiba, 08/04/1973.
- LIMA, Oliveira - Sept Ans de République au Brésil (1889-1896); Paris, Librairie de la Nouvelle Revue, 1896.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral - A Minha Defeza; Porto Alegre, Of. Typ. da Livraria Americana, 1895.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral - Preitos à Liberdade; Rio Pardo, s/ed., 1900.
- LOBO, Hélio - Um Varão da República: Fernando Lobo; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
- LOPES, José Antônio Dias - A Cidade de Dom Pedrito; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1972.
- LOURENÇO, Antônio - Acusações a Gumerindo; in Correio do Povo, Porto Alegre, 30/01/1970.
- LOVE, Joseph L. - Reflections on the Revolution of 1893; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- LOVE, Joseph L. - O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930; São Paulo, Editora Perspectiva, 1975.
- LUZ, Fábio - Floriano. A Invasão Federalista em Santa Catarina e Paraná; Rio, Imprensa Nacional, 1941, vol. VI.
- MACEDO, Francisco Riopardense de - Saraiva e os Filhos da Terra; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 129, 1993.
- MACEDO, Roberto - Floriano. A Administração de Floriano; Rio, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, vol. 5.
- MACHADO, Eurico Serzedello - Um Republicano. A Vida de Serzedello Correia; Rio, Companhia Editora Americana, 1972.
- MACHADO, José Olavo - Rio Grande do Sul no Período Republicano; Santo Ângelo, Gráfica Editora Itambé, 1973.
- MACHADO, Manoel L. - Sangue e Bravura (romance); Curitiba, Ofic. Gráfica da Penitenciária do Paraná, 1944.
- MACHADO, Vicente - Questões Federalistas – 1893. Correspondência de Vicente Machado; in Boletim do IHGEPR, Curitiba, vol. 26, 1975.
- MACHADO, Vicente - Discursos; Rio, Fauchon e Cia. Livreiros e Editores, 1895.
- MACIEL, M. - Êmulos e Adversários; in Almanaque do Correio do Povo para 1945, Porto Alegre.
- MACIEL, Salustiano - Um Episódio da Revolução (Rio Negro), peça teatral; Livramento, Typ. Bazar Guarany, 1895.
- MACIEL JUNIOR, José - Um Fato Ocorrido no Movimento de 1893/95; in Correio do Povo, Porto Alegre, 13/08/1961, coluna Revivendo o Passado.
- MAGALHÃES, J. B. - A Consolidação da República; Rio, Biblioteca Militar, 1947.
- MAGALHÃES, J. B. - Fatos Marcantes da História e os Arquitetos da Nacionalidade; in Nação Armada, Rio, nº 51, 1944.
- MAGALHÃES, J. B. - Antônio Ernesto Gomes Carneiro; in Revista Militar Brasileira, Rio, nº 3/4, 1946.
- MAGRO, Claudio - Algumas Barbaridades Cometidas Durante a Revolução Federalista de 1893, Registradas pelo Padre Frederico Schwinn; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- MAIA, João - O Derradeiro Caudilho; in Anuário Indicador do Rio Grande do Sul para 1929, Porto Alegre.
- MAIA, João do Prado - Quatro Séculos de Lutas na Baía do Rio de Janeiro; Rio, Serviço de Documentação da Marinha, 1981.

- MALTZ, Celi Gus - Júlio de Castilhos: Um Elemento Atual na Sociedade Rio-Grandense do Século XIX, Sua Influência na Alteração da Ordem Vigente (monografia); Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1983.
- MARCELINO, Walmor - Os Fuzis de 1894 (peça teatral em 2 atos); s.l., Planograf Ltda., 1970.
- MARIANTE, Hélio Moro - Os Pica-Paus de 1893; in FLORES, Hilda (org.), cit
- MARIANTE, Hélio Moro - O Combate do Arroio Traíras; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit. In Retamozo, José Hilário (org.), Seis Combates e Uma Invasão, Porto Alegre, Presença, 1987.
- MARIANTE, Hélio Moro - A Revolta da Armada; in Anais do Congresso de História, IHGB, 1989, vol. 2, cit.
- MARIANTE, Hélio Moro - A Revolução de 1893; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 2, cit.
- MARIANTE, Hélio Moro - Inhanduí e Controvérsias; in Revista do Exército Brasileiro, nº4, 1993.
- MARINHA, Serviço de Documentação da - Centenário do Almirante Saldanha da Gama (1846-1946); Rio, Imprensa Naval, 1947.
- MARIUS - Perfil Biográfico do Marechal Floriano Peixoto; Pará, Typ. e Papelaria de Alfredo da Silva, 1893.
- MARTINS, Hélio Leôncio - A Revolta da Armada; in História Naval Brasileira, Rio, Serviço de Documentação da Marinha, 5º vol., tomo I A, 1995. Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- MARTINS, Hélio Leôncio - O Almirante Saldanha da Gama, Comandante-Em-Chefe das Forças Federalistas; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- MARTINS, João Pereira (e outros) - Mesquinha Difamação; Livramento, s.n., 1920. Ver ESCOBAR, Wenceslau - Réplica, cit.
- MARTINS, José Júlio Silveira - Silveira Martins; Rio, Typ. São Benedito, 1929.
- MARTINS, José Júlio Silveira - Silveira Martins e a Unidade Pátria; Rio, Gráfica do Jornal do Comércio, 1941.
- MARTINS, Julião A. Serra - Parte Sobre os Acontecimentos do Cerco da Lapa. Ordem do Dia nº 831, 31/03/1894 (?).
- MARTINS, Romário (e outros) - Dr. Vicente Machado. Estudo Social e Político; s.l., s.n., s.d.
- MARTINS, Romário - História do Paraná; Curitiba, Editora Guaíra Ltda, s.d.
- MATTOS, Iberê de - A Verdade Sobre a Revolução Federalista; in Gabriel, Curitiba, Editora Lítero-Técnica, 1981.
- MAUCH, Cláudia - A Manutenção da Ordem Pública: Porto Alegre e a Revolução; in POSSA-MAI, Zita (org.), cit.
- MAYA, Alcides - Caudilho; in Correio do Povo, Porto Alegre, 25/08/1938.
- MAYA, Alcides - Gumerindo; in Correio do Povo, Porto Alegre, 28/08/1938.
- MAYA, Alcides - Sobre a Morte de Gumerindo Saraiva; in Correio do Povo, Porto Alegre, 01/09/1938.
- MC CLOSKEY, Michael B. - The United States and the Brazilian Naval Revolt; in The Americas, janeiro de 1946.
- MEDEIROS, João - Dias de Terror; in Anuário Catarinense, Florianópolis, ano?
- MEDEIROS, João - Resposta à Carta Aberta do Sr. Capitão Euclides de Castro; in A Nação, Blumenau, 03/07/1945.
- MEDEIROS, Laudelino T. - Relatório da Fazenda Estadual; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- MEDEIROS, Laudelino T. - A Pacificação do Rio Grande (tentativas); in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 130, 1994.
- MEDEIROS, Laudelino T. - A Pacificação da Revolução de 93; Porto Alegre, s.n., 1995.

- MEDEIROS, Manoel da Costa - História do Herval; Caxias do Sul, UCS/EST/Prefeitura Municipal de Herval do Sul, 1980.
- MEIRINHO, Jali - Algumas Fontes para a História da Revolução de 1893 em Santa Catarina; in Anais do Seminário, Bagé, 1990.
- MEIRINHO, Jali - A Reação ao Golpe Federalista em Santa Catarina; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- MEIRINHO, Jali - O Golpe Federalista em Santa Catarina; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- MEIRINHO, Jali - Historiografia Catarinense da Revolução Federalista; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- MELO, Miguel - Indiscrições de Papéis Velhos; in Revista do Brasil, Rio, agosto de 1924.
- MELLO, Custódio José de - Intimação Revolucionária: Ofício do Almirante Custódio José de Mello ao General Antônio Joaquim Bacellar; in Almanaque do Globo, Porto Alegre, 1929.
- MELLO, Custódio José de - O Governo Provisório e a Revolução de 1893; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, 2 volumes.
- MELLO, Custódio José de - Apontamentos para a História da Revolução de 23 de Novembro de 1891; Rio, Jornal do Comércio, 1953.
- MENDONÇA, Nadir Rodrigues - Repensando a Revolução de 1893; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- MENDONÇA, Nadir Rodrigues - O Cerco da Lapa: História e Teatro; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, cit.
- MENDONÇA, Salvador de - A Situação Internacional do Brasil; Rio, s.n., 1913.
- MEYER, Augusto - Uma ou Duas Cabeças; in Correio do Povo, Porto Alegre, 22/08/1965.
- MILLER, Juvenal Octaviano - Viagem a Mato Grosso (apud Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas/SP, 1926).
- MINDELLO, João Fulgêncio de Lima - Defesa Minada do Porto de Santos (Revolta de 1893); in Revista do IGHMB, Rio, vol. II, agosto de 1942
- MIRA, Crispim - Como se Degolava e Fuzilava; in Terra Catarinense, Florianópolis, Typ. Livraria Moderna, 1920.
- MIRANDA, Salm de - Floriano; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1963.
- MONEGAL, José - Vida de Aparicio Saraiva; Montevideo, A. Monteverde y Cia., 1942.
- MONTEIRO, Tobias - Reminiscências do Almirante Saldanha; in Jornal do Commercio, Rio, 24/04/1909. In Revista do IHGB, vol. 185., ano?
- MONTES, Eudaldo - Estampas Heróicas; Montevideo, Impresora Adroher, 1950.
- MORAES, Carlos Dante de - Trinta e Cinco e Noventa e Três; in revista Província de São Pedro, Porto Alegre, nº 17, 1952.
- MORAIS, Demétrio Dias de - Vivendo e Aprendendo. Lagoa Vermelha de Tudo um Pouco; Lagoa Vermelha, Gráfica Lagoense Ltda., 1967.
- MOREIRA, Earle Macarthy - 1983: Uma Reflexão Sobre a Revolução; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- MOREIRA, Maria Eunice e BAUMGARTEN, Carlos Alexandre - Literatura e Guerra Civil de 1893 (antologia); Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- MOREIRA, Maria Eunice - Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- MORITZ, Gustavo - Acontecimentos Políticos no Rio Grande do Sul 89-90-91; Porto Alegre, Tip. Thurmman, 1939, 1º vol.
- MORITZ, Gustavo - Os Candidatos à Convenção de Junho de 1892; in Correio do Povo, Porto Alegre, 29/03/1942.
- MORITZ, Gustavo - Anistia aos Revolucionários de 1893 a 1895; in Correio do Povo, Porto Alegre, 18/03/1945.

- MOTA FILHO, Cândido - Uma Grande Vida. Biografia de Bernardino de Campos; São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941.
- MOTTA, José do Patrocínio - São Sepé, de Ontem, de Hoje e de Amanhã; s/l., edição do autor, 1988.
- MOTTA, José do Patrocínio - República Fratricida. Revoluções Rio-Grandenses 1835-1932; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1989.
- MOTTA, José do Patrocínio - Causas e Efeitos da Revolução de 1893; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- MOTTA, Nelson - Saldanha Não Foi Degolado; in revista O Cruzeiro, Rio, 27/07/1946.
- MOURA, Euclides B. de - Notas para a História. O Vandalismo no Rio Grande do Sul; Pelotas, Imp. a vapor da Livraria Universal, 1892. 2ª edição com o título de O Vandalismo no Rio Grande do Sul. Antecedentes da Revolução de 1893; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 2000.
- MOURA, Hastimphilo de - Da Primeira à Segunda República; Rio, Irmãos Pongetti Editores, 1936.
- MOURA JUNIOR, A. - O Coronel Carneiro na Lapa; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1898.
- MUNHOZ, Alcides - O Dr. Vicente Machado; Curitiba, Livraria Econômica de Annibal Rocha, 1905.
- MURICY, José Cândido da Silva - Revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (Memórias); Rio, Biblioteca Militar, 1946.
- NABUCO, Joaquim - A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893; Rio, Typ. Leuzinger, 1896, com Apêndices. Rio, Editora Freitas Bastos, 1932. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. São Paulo, I.P.E., 1949, Obras Completas de Joaquim Nabuco, II.
- NASCIMENTO, Anna Olívia do - Pinheiro Machado e a República; in Anais do Congresso Nacional de História, IHGB, 1989, vol. 3, cit.
- NASCIMENTO, Noel - A Guerra Civil Brasileira; in revista Panorama, Curitiba, maio/1978.
- NASCIMENTO, Noel - O Terror no Paraná; in revista Panorama, Curitiba, novembro/1978.
- NASCIMENTO, Noel - O Paraná Dividido; in revista Panorama, Curitiba, outubro/1988.
- NASCIMENTO, Noel - Os Arcabuzes (romance); Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.
- NASCIMENTO JUNIOR, Vicente - Tomada de Paranaguá na Guerra Civil de 1894; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, 1944, cit.
- NEELD, Reginald Rundell - Diary of the Revolution at Rio de Janeiro, Brazil. Kept by Commander Neeld, H. M. J. Beagle, September 6th, 1893 to March 14th, 1894; Portsmouth, Charpentier & Co., 1895.
- NEGRÃO, Francisco - Ephemerides Paranaenses; in Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, nº 1, 1934; nº 2, 1935; nº 3, 1936.
- NEVES, Décio Vignoli das - Vultos do Rio Grande, da Cidade e do Município; Santa Maria, Livraria Editora Palotti, 1981.
- NETTO, José Antônio - Memórias do General Zeca Netto; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1983.
- OCTAVIO, José (seleção e introdução) - Epitácio Pessoa; Brasília, Câmara dos Deputados, Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, Coleção Perfis Parlamentares, 7.
- O'DONNELL, Fernando O. M. - Apparicio Mariense. Contextuação Histórica e Dados Biográficos; São Borja, edição da Prefeitura Municipal, 1983.
- O'DONNELL, Fernando O. M. - Francisco Miranda Vivendo a República; Porto Alegre, Metrópole, 1987.
- O'DONNELL, Fernando O. M. - Alguns Textos Políticos da Transição Institucional no Rio Grande do Sul (1887-1893). Preliminares; Porto Alegre, Editora Metrópole, 1991. In Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 128, 1992.
- OLIVEIRA, Adílson Nunes de - Fontes para o Estudo da Revolução de 1893 no Acervo do Museu Paulo Firpo de Dom Pedrito; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- OLIVEIRA, João Pereira de - Vultos e Fatos de Nossa História; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1985, 3ª edição.

- ORICO, Oswaldo - Silveira Martins e Sua Época; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.
- OSÓRIO, Joaquim Luiz - Partidos Políticos no Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1930. Porto Alegre, edição da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, 2ª edição.
- OURIQUE, Jacques - O Drama do Paraná. Episódios da Tyrania do Marechal Floriano Peixoto; Buenos Aires, s.n., 1894.
- PAHIM, Jesus - O Barão de Itaquí. Joca Tavares; Itaquí, s.n., 1998.
- PAIVA, Antonio Soares de - A Morte do Almirante Saldanha da Gama; in *Jornal do Comércio*, Rio, 21/06/1930 (28/06/1930 ?).
- PAPANDRÉA, Robson Lopes - General de Brigada Antonio Ernesto Gomes Carneiro, o Herói da Lapa; in *Anais do Congresso Nacional de História*, IHGB, 1989, vol. 3, cit.
- PARANÁ, Governo do Estado - O Cerco da Lapa (folheto); Curitiba, 1969.
- PARATY, Conde de - Portugal e Brazil. Conflicto Diplomático. Breves Explicações; Lisboa, M. Gomes-Editor, 1895.
- PAULA, Firmino de - Carta Aberta Dirigida pelo Exmo. General Firmino de Paula ao Benemérito Dr. Borges de Medeiros e ao Rio Grande do Sul. Palavras Históricas. Transcripta pela Federação e Publicada no *Diário do Interior*; Porto Alegre, Oficinas Graphics d'A Federação, 1919.
- PEIXOTO, Artur Vieira - Floriano. Memórias e Documentos; Rio, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, vol. 1.
- PEIXOTO, Artur Vieira - Floriano Peixoto: Vida e Governo; Brasília, Ed. da UnB, 1983.
- PEIXOTO, Silveira - A Tormenta Que Prudente de Moraes Venceu; Curitiba, Editora Guaíra Ltda., 1942.
- PEIXOTO, Sylvio - No Tempo de Floriano; Rio, Ed. A Noite, 1940.
- PENTEADO, Fausto de Almeida Prado - A Participação de São Paulo na Revolta da Armada em 1893; in *Revista do IHGSP*; São Paulo, 1956, vol. 52.
- PEREIRA, Carlos da Costa - A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina; Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1976.
- PEREIRA, Isidoro S. - Heróis Que Salvaram a República ou O Cerco da Lapa (drama); Curitiba, Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1951.
- PEREIRA, Miguel José - Esboço Histórico da Brigada Militar; Porto Alegre, Livraria Americana, 1917, 1º vol.; 1919, 2º vol.; Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1950, 1º vol., 2ª edição.
- PEREIRA, Miguel José - Episódio do Combate das Traíras; in *Anuário Indicador do Rio Grande do Sul*; Porto Alegre, 1926.
- PEREIRA, Virgílio de Sá - Os Dois Presidentes; apud *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, 1897.
- PEREIRA NETTO, Bernardino - A Revolução de 1894; in *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá*, Paranaguá, 1956, nº 9.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy - Um Caso Regional de Autoritarismo: A República Velha Gaúcha; in *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, 1977.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy - República Velha Gaúcha: Estado Autoritário e Economia; in *RS: Economia e Política*; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy - A Revolução Federalista; São Paulo, Brasiliense, 1983, coleção Tudo é História, nº 80.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy - Revolução Federalista: Memória Revisitada; in *POSSAMAI*, Zita (org.), cit.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy - A Revolução Federalista de 1893: Memória e Identidade; in *Seminário Memória da Revolução*, São Leopoldo, cit.
- PETERSEN, Júlio Heinzelmann - Bibliografia da Revolução de 1893. Coleção Júlio Petersen; in *Anais do Seminário*, Bagé, 1990, cit. Existe separata.
- PETRY, Leopoldo - Nova Petrópolis na Revolução Federalista; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/10/1958.

- PIAZZA, Walter - O Governo Revolucionário do Desterro; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - Fontes para o Estudo da Revolução Federalista de 1893; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - A Revolução Federalista e o Processo de Organização do Espaço Fronteiriço (Brasil-Uruguai); in Seminário Memória da Revolução de 1893-95, a Revolução na Região de Colonização Alemã do Rio Grande do Sul; São Leopoldo, 26 a 28/10/1993.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - Revolução Federalista: A República em Perigo?; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Considerações Historiográficas; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - Religião e Participação Política; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - A Visão da Revolução Federalista no Congresso Nacional; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- PILAR, Fabrício Batista de Oliveira - Memórias da Revolução de 1893; org. e apresent. de Hélio Moro Marante; Porto Alegre, Presença, s.d. (1989).
- PILOTTO, Walfrido - Assis Cintra e a Tragédia do Km 65. Refutação; Curitiba, Oficinas Gráficas A Cruzada, 1932.
- PILOTTO, Walfrido - As Sempre Pulsantes Memórias da Revolução Fratricida de 1893/94; in revista Rumo Paranaense, Curitiba, março/abril 1979, nº 63.
- PIMENTEL, Adriano Xavier de Oliveira - Capitulação de Tijucas: 19 de Janeiro de 1894. Defesa Proferida Perante o Conselho de Guerra; Rio, Typ. Leuzinger, 1894.
- PIMENTEL, Augusto Eugênio Duarte de Sampaio Forjaz - Portugal e Brazil. Apontamentos para a História de Nosso Conflictio com a República dos Estados Unidos do Brazil; Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1894.
- PINTO, Céli Regina Jardim - Os 100 Anos da Revolução Federalista. Centenário de um Discurso ?; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- PINTO, Luiz - A Revolta da Armada e o Movimento Armado do Rio Grande do Sul; in História do Povo Brasileiro, Rio, A. Coelho Branco Fº-Editor.
- PIRAJÁ, Nestor - Arthur de Carvalho (últimas palavras ao ser fuzilado); in Almanaque Popular Brasileiro, Pelotas, 1903.
- PODER EXECUTIVO e CONGRESSO - Estado de Sítio: Decretos do Executivo e do Congresso - 1892/1893; Rio, Jornal do Commercio, 1912, vol. 1.
- PODER EXECUTIVO e CONGRESSO - Estado de Sítio: Crise Revolucionária no Rio Grande do Sul. Revolta de 6 de Setembro de 1893; Rio, Jornal do Commercio, 1926, vol 2, 2ª edição.
- POMBO, Rocha - Para a História: Notas Sobre a Invasão Federalista no Estado do Paraná; Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1980.
- PORTO, Bento e RATH, Francisco - Mapa da Guerra no Rio Grande do Sul e Suas Principais Operações; Porto Alegre, Litografia I. Weingartner, s.d.
- PORTO, João Augusto dos Santos - O Combate Naval de 16 de Abril; Rio, Imprensa da Casa da Moeda, 1895.
- PORTO, José Mariano - Apontamentos Biographicos de Gaspar da Silveira Martins; Rio, Typ. do Jornal do Brasil, 1891.
- POSSAMAI, Zita (org.) - Revolução Federalista de 1893; Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1993, Cadernos Porto & Vírgula.
- POSSAMAI, Zita - Revolução Federalista de 1893: Reflexão e Debate; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- POZZOBON, Jorge - Uma Revolução com Muitas Facetas; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- PRADO, Ary Guimarães do - Traíras; in Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 1957. O Combate das Traíras (ampliado e corrigido do anterior), datilografado, 1969, inédito.

- QUEIROZ, I. Galvão de - A Pacificação do Rio Grande do Sul e o Manifesto do Vice-Presidente; Rio, Typ. do Jornal do Commercio, 1898.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de - Os Radicais da República. Jacobinismo: Ideologia e Ação; São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- RABUSKE, Pe. Arthur - Cartas Anuas Latinas: Uma Fonte para a História da Revolução Federalista de 1893-95; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 129, 1993.
- RAMALHO, Hamilton - Um Bravo Esquecido; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, cit.
- RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero (orgs.) - A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros; São Leopoldo, Ed. UNISINOS; Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- RAMBO, Arthur Blásio - Os Católicos e a Revolução Federalista; in RAMBO, Arthur e Félix, Loiva (orgs.), cit.
- RAMBO, Arthur Blásio - A Revolução Federalista e a Imprensa; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz - Clubes Republicanos na Região de Colonização Alemã; in Seminário Memória da Revolução, São Leopoldo, 1993, cit.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz - A História do Medo: O Papel de um Intendente; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz - De Paranaguá à Lapa: Fragmentos de uma Visão Maragata; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- RANGEL, Justo Azambuja - Manifesto; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1891, Rio Grande.
- RANQUETAT, César Alberto - 145 Fontes não Relacionadas até o I Simpósio; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- REINHARDT, Cesar - Um Kopf Und Kragen. Riograndeser Musterreiter; Porto Alegre, ed. do autor, 1913.
- REIS, Jorge - Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé; Bagé, Typ. Jornal do Povo, 1911.
- REVERBEL, Carlos - Maragatos e Pica-Paus. Guerra Civil e Degola no Rio Grande; Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.
- RIBAS, João - O Phantasma Branco (romance); Santa Maria, Livraria do Globo, 1902.
- RIBAS, Vasco José Taborda - A Gente Paranaense na Revolução Federalista; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- RIBEIRO, Athanagildo Barata - Sonho no Cárcere; Rio, Casa Mont'Alverne, 1895.
- RICCI, Maria Lúcia Rangel - Federalismo e Revolução: Considerações Gerais; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- RIZZON, Luiz A. e POSSAMAI, Osmar J. - História de São Marcos; s.l., edição dos autores, 1987.
- ROCHA, Arthur Pinto da - Júlio de Castilhos (oração fúnebre); in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1905, Rio Grande.
- RODRIGUES, Antônio Olavo de Lima - O Padre Bento (novela); Rio, Jornal do Comércio, 1936.
- RODRIGUES, Félix Contreiras - Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1945.
- RODRIGUES, Francisco Pereira - A Cruz Maragata. Momentos da Revolução de 1893 (romance); Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1988.
- RODRIGUES, Francisco Pereira - O Governicho e a Revolução Federalista; Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1990.
- RODRIGUES, Francisco Pereira - O Último Sangue de 93 (Martírio de Saldanha da Gama) (romance); Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 1996.
- RODRIGUES, José Honório - A intervenção Estrangeira e a Revolta da Armada; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- RODRIGUES, Parga - Reminiscências da Revolta de 1893; in Revista do IGHMB, Rio, vol. XVIII, 1º e 2º semestres de 1954.

- RODRIGUES, Raul Oliveira - Um Militar contra o Militarismo. A Vida de Saldanha da Gama; Rio, Edições O Cruzeiro, 1959.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez - Castilhismo: Uma Filosofia da República; Porto Alegre, EST; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ROMERO, Sílvio - O Castilhismo no Rio Grande do Sul; Porto, Of. Graf. do Comércio do Porto, 1912.
- ROMERO, Sílvio - A Questão do Rio Grande; in Revista Brasileira, Rio, 1895, tomo II.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva - Centenário de Nascimento do General Antonio Ernesto Gomes Carneiro; in Revista Militar Brasileira, Rio, julho/dezembro 1946.
- ROSA, Gama - Gaspar Silveira Martins; in Almanque Popular Brasileiro, Pelotas, 1907.
- ROSA, José Vieira da - Combate dos Conventos e Marcha da Divisão do Centro até Tubarão; in Revista Trimestral do IHGSC, Florianópolis, 1917, vol. VI e 1918, vol. VII.
- ROSA, Othelo - Júlio de Castilhos. Perfil Biográfico e Escritos Políticos; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1928.
- ROSA, Othelo - Gumercindo Saraiva: Qual a Sua Nacionalidade ?; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 109/112, 1948.
- ROSA, Othelo - Pinheiro Machado; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1951.
- RUAS, Tabajara e BONES, Elmar - A Cabeça de Gumercindo Saraiva; Rio, Record, 1997.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo - A Imprensa: Fonte e Agente da Revolução de 93; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- RUSCHEL, Ruy Ruben - Um Banco de Dados sobre a Revolução de 1893 (proposição); in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- RUSCHEL, Ruy Ruben - Participação do Regimento de Torres na Revolução de 1893; in Seminário Memória da Revolução, São Leopoldo, 1993, cit. In RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- RUSCHEL, Ruy Ruben - Últimos Combates Maragatos no Litoral; in 9º EMOSAP, Raízes de Terra de Areia, 1998.
- RUSSOMANO, Victor - História Constitucional do Rio Grande do Sul (1835-1930); Porto Alegre, Barcelos, Bertaso & Cia., 1932.
- RUY, Affonso - Velhos Papéis de Família: Ruy Barbosa e a Revolução de 1893; in Tradição, Bahia, 1947.
- SAADI, Sady Raphael - Episódios de 1893 Narrados pelo Venerando General João Rodrigues Menna Barreto. Membro de Ilustre Família de Guerreiros; in Correio do Povo, Porto Alegre, 20/05/1944.
- SALGADO, Joaquim Pedro - Manifesto; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1891.
- SALIS, Eurico J. - À Sombra da Paróquia; in Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nº 2, 1952.
- SALIS, Eurico J. - História de Bagé; Porto Alegre, Livraria do Globo, 1955.
- SALIS, Eurico J. - Combate do Passo das Trafas; in Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, nº 6, 1956.
- SALLES, Campos - Da Propaganda à Presidência; São Paulo, Tip. A Editora, 1904.
- SAMPAIO, Geraldo F. - Marcha da Coluna Gumercindo Saraiva (1893-1894); Rio, s.n., 1965.
- SAMPAIO, João César - Combate de Tarumã; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1900.
- SAMPAIO, João César - Pela Verdade! Defesa Contra as Agressões de Seus Inimigos; Pelotas, Livraria Echenique, 1896.
- SAMPAIO, João César - O Coronel Sampaio e os Apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar; Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.
- SANMARTIN, Olyntho - Ciclo de Sangue da Revolução Federalista; in Imagens da História, Porto Alegre, Editora A Nação, 1951.

- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos - Por uma Nova Leitura da Revolução: Pensar a Revolução Fora da Revolução; in Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista, Curitiba, 25 a 28/05/1994.
- SANTOS, Domingos Francisco dos - Manifesto – Declaração de Republicanos, de Ex-Membros do Partido Conservador (08/07/1889); in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1891.
- SANTOS, José Maria dos - A Política Geral do Brasil; São Paulo, J. Magalhães, 1930.
- SANTOS, Noronha - Floriano. A Revolução de 1891 e Suas Consequências; Rio, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, vol. 2°.
- SÃO BOAVENTURA, Visconde de - A Revolução no Brasil; Lisboa, Typ. da Cia. Nacional Editora, 1894.
- SÃO LUIZ, Barão de *et alii* - Manifesto; s.l., s.n., s.d.
- SARAIVA, Laura Teresinha R. - Música Popular; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- SCHIERHOLT, José Alfredo - Revolução Federalista no Vale do Taquari; Lajeado, Grupo Cartel, 1989.
- SCHIERHOLT, José Alfredo - Ações Militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari; in RAMBO, Arthur e FÉLIX, Loiva (orgs.), cit.
- SCHMIDT, Benito Bisso - Antônio Guedes Coutinho: O Cotidiano e as Idéias de um Militante Operário no Rio Grande do Sul na Viragem do Século; in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- SCHMIDT, Felipe - Parte Relativa aos Acontecimentos do Sítio da Lapa, Paraná, Apresentada ao Sr. Ministro da Guerra pelo Major de Engenharia Felipe Schmidt; in Revista Militar Brasileira, Rio, nº 3 e 4, julho/dezembro de 1943.
- SCHMIDT, Felipe - O Sítio da Lapa; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.
- SCHMIDT, Oscar - Biografia do Barão do Serro Azul; Curitiba, Tip. de João Haupt, 1945.
- SCHNEIDER, Edison - Bombardeio a Porto Alegre, um Antecedente à Revolução; in POSSA-MAI, Zita (org.), cit.
- SCHULTZ, John - O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar 1850-1894; São Paulo, EDUSP, 1994.
- SCHULTZ FILHO, Guilherme - Gumerindo Saraiva, de Tropeiro a General; in Diário de Notícias, Porto Alegre, 30/12/1973.
- SCUTARI, José - Mapa de Viagem, Ida e Volta nos Três Estados do Sul do Brasil, do Revolucionário Gumerindo Saraiva e Lugar de Sua Morte, s.l., s.n., 1894.
- SEABRA, J. J. - Tiranía en el Brasil. Horribles Crímenes de Peixoto; Montevideo, s.n., 1894.
- SECUNDINO JUNIOR, Octavio - Um Episódio Maragato; Porto Alegre, Editora Dubus, s/d (1983).
- SECUNDINO JUNIOR, Octavio - O Solar do Barão, s.l., edição do autor, s.d.
- SECUNDINO JUNIOR, Octavio - O Próximo Combate; Paranaguá, ed. do autor, 1995.
- SEMPÉ, Moacyr - Francisco Rodrigues Lima: Dois Documentos; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- SENA, Caio Nelson de - Discurso Oficial do II Congresso de História da Revolução de 1894; in Revista do IHGMG, Belo Horizonte, vol. III, ano?
- SENA, Davis Ribeiro de - Turbulência Militar no Cenário Republicano; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e - São Gabriel na História; Porto Alegre, Gráfica Editora Cital, 1963.
- SILVA, Braz da - Bibliografia do Almirante Saldanha da Gama; in Revista do IGHMB, Rio, nº 13/14, 1948.
- SILVA, Carlos Benjamim da - A História do Tenente Duda Vaz; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.

- SILVA, Carlos Benjamim da - O sítio do Rio Negro em Versos; in Anais do II Simpósio, Bagé, 1992, cit.
- SILVA, Ciro - Pinheiro Machado; Rio, Irmãos Pongetti, Brasília, UnB, 1982.
- SILVA, Gastão Pereira da - Prudente Moraes, o Pacificador; Rio, Zélio Valverde, 1937.
- SILVA, Hélio - 1889: A República Não Esperou o Amanhecer; Rio, Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - Nasce a República 1888-1894; São Paulo, Editora Três, 1975, vol. 1 da História da República Brasileira.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - O Poder Civil 1895-1910; São Paulo, Editora Três, 1975, vol. 2 da História da República Brasileira.
- SILVA, Hélio - O Poder Militar; Porto Alegre, L&PM Editores, 1984.
- SILVA, Hélio - O Poder Civil; Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - Os Presidentes: Deodoro da Fonseca. Proclamação da República 1889-1894; São Paulo, Grupo de Comunicações Três, 1983.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - Os Presidentes: Floriano Peixoto. A Consolidação 1891-1894; São Paulo, Grupo de Comunicações Três, 1983.
- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas - Os Presidentes: Prudente de Moraes. O Poder Civil 1894-1898; São Paulo, Grupo de Comunicações Três, 1983.
- SILVA, José Niepce da - Ecos da Revolução de 1893 no Paraná; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, 1944, cit. Existe separata.
- SILVA, Luís José Pereira da - Floriano Peixoto. Traços Biográficos; Rio, Fauchon e Comp., 1894.
- SILVA, Souza e - O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada; Rio, Irmãos Pongetti, 1936.
- SILVA, Souza e - O Almirante Saldanha Comandante-em-Chefe na Revolta da Armada. Reminiscências de um Revoltoso; Rio, Editora A Noite, 1940.
- SILVADO, Américo Brasília - A Revolução e Floriano; in Correio da Manhã, Rio, 07 a 28/03/1937.
- SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da - O Diário da Revolução Rio-Grandense - 1892/95. Manuscrito do Dr. Francisco da Silva Tavares; in Anais do II simpósio, Bagé, 1992, cit.
- SILVEIRA, Hemetério Velloso da - Silveira Martins, o Juiz; in Almanaque Popular Brasileiro, Pelotas, 1905.
- SILVEIRA, José Luiz - Notícias Históricas (1737-1898); Porto Alegre, EDIGAL, 1987.
- SILVEIRA, José Luiz - Coronel Carlos Maria da Silva Telles, Herói Comandante da Defesa de Bagé; in FLORES, Hilda (org.), cit.
- SILVEIRA, Mário Amaro da - Uma Retificação Histórica; in Diário de Notícias, Porto Alegre, 11/12/1938.
- SOARES, José Eduardo Macedo - Saldanha, Sua Vida, Sua Obra; Rio, s.n., 1935.
- SOARES, José de Souza - O Militarismo na República; São Paulo, Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.
- SOARES, Mozart Pereira - Santo Antônio da Palmeira; Porto Alegre, Bels, 1974.
- SOARES, Mozart Pereira - Revolução de 1893: A Degola do Boi Preto; in Revista do IHGRGS, Porto Alegre, nº 135, 2000.
- SOROMENHO, Castro - A Guarda Nacional da Capital Federal e a Revolução de Setembro (1893-1894); Rio, s.n., 1894, 1º vol.
- SOUZA, Alberto Tavares de - Comemoração do Sesquicentenário de Nascimento do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), Barão de Itaqui; Rio, Liga da Defesa Nacional, 1966.
- SOUZA, João Francisco Pereira de - Noventa e Três; Rio, Tip. do Jornal do Comércio, 1934, 1º vol.
- SOUZA, Santos - Saldanha da Gama (poema); in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1901.
- SOUZA, Sinvaldo - Fuzilamentos de Marinheiros em Sepetiba. Um Episódio da Revolta da Armada; série de cinco artigos in NOPH, Rio, Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, nº 28/32, anos III e IV, 1986.
- SOUZA, Susana Bleil de - A Fronteira na Revolução de 1893; in POSSAMAI, Zita (org.), cit.
- SPALDING, Walter - Prudente de Moraes e o Castilhismo; in Revista do IHGB, Rio, 1968.

- SPALDING, Walter - Idéias Imperialistas de Gumerindo Saraiva; in *Anais do Primeiro Congresso*, Curitiba, 1944.
- SPALDING, Walter - *Bibliografia da Revolução Federalista*; in *Anais do Primeiro Congresso*, Curitiba, 1944.
- SPALDING, Walter - A Divisão do Norte e a Invasão Federalista no Paraná; in *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Paranaguá*, nº 5, 1954. In *Revista da Brigada Gaúcha*, Porto Alegre, nº 7, 1955.
- SPALDING, Walter - Campo Osório; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/10/1960.
- SPALDING, Walter - Gumerindo Saraiva – Bandido; in *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/05 e 13/06/1965.
- STANAMATO, Maria Inês Sucupira - A Construção de uma Nova Ordem Jurídica: O Governo de Júlio de Castilhos; in *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, ano XI/XII, 1983/1984.
- TABORDA, Tarcísio Antonio Costa - Antagonismos de Dois Chefes Federalistas; in *Anais do Seminário*, Bagé, 1990, cit.
- TABORDA, Tarcísio Antonio Costa - A Revolução de 1893 nos Arquivos Judiciários; in *Anais do Seminário*, Bagé, 1990, cit.
- TABORDA, Tarcísio Antonio Costa - Cem Anos do Cerco de Bagé; in *Correio do Sul*, Bagé, 23/11 a 22/12/1993. In *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, nº 130, 1994, com nota explicativa de Coralio B.P. Cabeda.
- TABORDA, Tarcísio Antonio Costa - O Sítio de Bagé; in *Revista Militar Brasileira*, Rio, ano LVI, nº 1, janeiro/março de 1970. Existe separata.
- TABORDA, Vasco José - Um Episódio dos Dias de Ocupação de Curitiba pelos Federalistas; in *Anais do Primeiro Congresso*, Curitiba, 1944.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits - O Rio Grande do Sul: Fronteira entre Duas Formações Históricas; in *Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 11, nº 2, 1991.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits - 1893, Rio Grande do Sul: Qual o Significado da Revolução?; in *Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 14, nº 2, 1993.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits - 1893: Interpretações da Guerra; in *Ensaios FEE*, vol. 24, nº 1, 2003.
- TAVARES, Francisco da Silva - *Diário da Revolução Rio-Grandense de 1892-1895*, manuscrito inédito.
- TAVARES, Francisco da Silva - Manifesto. Declaração de Republicanos e Ex-Membros do Partido Conservador (08/07/1889); in *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, Rio Grande, 1891.
- TAVARES, João Nunes da Silva - Manifesto (19/07/1889); in *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, Rio Grande, 1891.
- TAVARES, Pedro Nunes da Silva - *Diário da Revolução de 1893 a 1895*, transcritas as Partes e Ordens do Dia do General João Nunes da Silva Tavares, manuscrito inédito.
- TAVARES, Raul - Da Revolta à Revolução; in *Jornal do Comércio*, Rio, 17/01/1937.
- TEIXEIRA, Edilberto - *Lavras do Sul na Bateia do Tempo*; s.l., edição da Prefeitura Municipal, 1992, 1º volume.
- TEIXEIRA, Múcio - A Revolução do Rio Grande do Sul: Suas Causas e Seus Efeitos; Porto Alegre, Typ. do Jornal do Commercio, 1893.
- TELLES, Alípio - *Homenagem a Silveira Martins*; Rio, Imprensa Nacional, 1902.
- TELLES, Carlos - *Resposta ao Folheto Pela Verdade do Sr. Coronel João Cézar Sampaio*; Pelotas, Livraria Americana, 1897. Rio Grande, Livraria Rio-Grandense, 1897, 2ª edição.
- THOMPSON, Arthur - *Guerra Civil do Brasil. Subsídios para a História. 1893-1895. Vida e Morte do Almirante Saldanha da Gama*; Rio, Editora Ravaro, 1934. Rio, Empresa Editora Carioca Ltda., 1959, 3ª edição (correta e aumentada).
- TINOCO, Godofredo - *A Vida Amorosa de Luiz Philippe de Saldanha da Gama*; Campos, s.n., 1956.

- TOLENTINO, Alvaro - A Fuga do Tenente Machado; in Anuário Catarinense, Florianópolis, nº 1, março de 1949.
- TOLENTINO, Alvaro - Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1822-1937); in RS: Economia e Política; Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- TORRENS, P. - Tropas da Revolução Federalista Acamparam em Joinville na Marcha Contra o Paraná; in A Notícia, Joinville, 25/05/1969.
- TORRES, Luiz Henrique - A Revolução Federalista nos Manuais de História (1896-1928); in ALVES, Francisco e TORRES, Luiz (orgs.), cit.
- TOURINHO, Mário - Memórias do Cerco da Lapa. Expedição Argolo; in Anais do Primeiro Congresso, Curitiba, 1944.
- TRASEL, P. Albert - Der Maragatenkrieg; Canoas, Editora La Salle, 1940.
- TRINDADE, Héglio - Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937); Porto Alegre, Editora Sulina, 1980.
- ULRICH, Arthur Lara - Defesa do Coronel João Francisco Pereira de Souza; São Paulo, Casa Vanorden, 1913.
- VARELA, Alfredo - Rio Grande do Sul. Descrição Física, Histórica e Econômica; Pelotas, Livraria Universal, 1897.
- VARELA, Alfredo - O Dr. Demétrio Ribeiro. A Verdade Sobre este Homem Público. Libelo Político, Porto Alegre, s.n., 1890.
- VARELA, Alfredo - As Oligarquias no Brasil. Ataque à do Paraná; Rio, Imprensa Nacional, 1903.
- VARELA, Alfredo - Res Avita; Lisboa, Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935.
- VARGAS, Tulio - A Última Viagem do Barão do Serro Azul; Curitiba, O Formigueiro, Instituto Assistencial de Autores do Paraná, s.d.
- VARGAS, Tulio - Ideologia da Revolução Federalista; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.
- VASCONCELLOS, Alvaro Rodrigues de - O Almirante Custódio de Mello e a Revolução de 1893; in Revista do IHGB, Rio, vol. 175, 1940 e vol. 204, 1949; Rio, Jornal do Comércio, 1949. O vol. 175 da Revista do IHGB tem como subtítulo Carta Aberta ao Sr. Almirante Sousa e Silva.
- VASQUES, Antonio - Manifesto; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul; Rio Grande, 1891.
- VERISSIMO, Inácio José - Gomes Carneiro; in Ilustração Brasileira, Rio, nº 106, 1944.
- VERNALHA, Milton Miró - Maragatos x Pica-Paus; Curitiba, Editora Littero-Técnica, 1984.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira - A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro; Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1985, 3ª edição.
- VILLAAMIL, Germán Gil - Moção; in Anais do Seminário, Bagé, 1990, cit.
- VILLAAMIL, Germán Gil - A Revolução de 1893 Segundo "El Deber Cívico", Melo, 1893; comunicação apresentada ao III Simpósio sobre Fontes para a História da Revolução de 1893, realizado em Bagé, de 28 a 30/04/1993 (inédito).
- VILLALBA, Epaminondas (pseudônimo de Raul Villa-Lobos) - Revolta da Armada de 6 de Setembro de 1893; Rio, Laemmert & Cia., 1894. 2ª edição, 1895.
- VILLALBA, Epaminondas - Revolução Federalista no Rio Grande do Sul; Rio, Laemmert & Cia., 1897. Com mapa anexo.
- VILLAR, Frederico - As Revoluções que Eu Vi; in Revista do IGHMB, Rio, vol. V, 1º semestre de 1944 e vol. VIII, 2º semestre de 1945; Rio, Biblioteca do Exército, 1951.
- VILLAR, Frederico - Aspectos Interessantes da Revolução de 6 de Setembro. A Atitude de Augusto de Castilho e a Intervenção Estrangeira na Revolução da Esquadra em 1893; in Revista do IGHMB, Rio, vol. VI, 2º semestre de 1944.
- VINDEX, Ignotus - A Florianeira; poema herói-cômico em um canto, "Impresso por Ordem do Governo, Typografia Nacional, 1893". (Spalding, Walter diz que as indicações, salvo a data, são falsas, pois o poema é uma catilinária contra o Marechal Floriano).

VINHAIS, Augusto - Almirante Saldanha da Gama; in Revista Marítima Brasileira, Rio, maio/junho de 1933.

VITORINO, Manuel - Manifesto Político. O Dr. Manuel Vitorino, Vice-Presidente da República à Nação; São Paulo, edição do Partido Republicano Federal, 1898.

W. S. - Gesährliche Kameraden; in Kalender für die Deutschen in Brasilien, São Leopoldo, 1918.

WEHLING, Arno - Modelos Políticos em Confronto no Contexto da Revolução Federalista; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.

WERNECK, Américo - Júlio de Castilhos; in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1905.

WESTPHALEN, Cecília - A Influência do Positivismo na Revolução Federalista; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.

WESTPHALEN, Cecília - Maragatos e Pica-Paus na Família; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.

WESTPHALEN, Olympio Luiz - O Povo e a Revolução; in Anais do Congresso do Centenário, Curitiba, 1994, cit.

WOLF, Felipe Maria - Diário de Campanha. Publicado como 3º capítulo do livro Cerco da Lapa, do Começo ao Fim; ver LACERDA, Francisco Brito de.

XAVIER, Valêncio - Pica-Paus e Maragatos; in revista Panorama, Curitiba, 1977.

ALGUMAS ABREVIATURAS MENCIONADAS NO DECORRER DO LEVANTAMENTO:

CIPEL - Círculo de Pesquisas Literárias de Porto Alegre

DAC/SEC - Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

EDUCS - Editora da Universidade de Caxias do Sul

EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo

EMOSAP - Encontro de Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha

EST - Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes

FAT-FunBa - Fundação Atila Taborda-Fundação Universidade de Bagé

IEL - Instituto Estadual do Livro

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IGHMB - Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGEPR - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná

IHGMB - Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGSP - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

PUCRGS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEC - Secretaria Estadual da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UnB - Universidade de Brasília

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

USP - Universidade de São Paulo

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Fundo Borges de Medeiros

Cartas de Protásio Alves entre janeiro e abril de 1916, quando se encontrava na direção interina do Partido Republicano Rio-Grandense, dirigidas a Borges de Medeiros, então repousando em sua chácara de Barra do Ribeiro.

12750 – De Protásio Alves para Borges de Medeiros

Porto Alegre, 8 de janeiro de 16

Meu caro Medeiros – bom dia.

A carta que junto me foi entregue em mão pelo Satyro (1), que afirmou-me precisarem do Ney (2) lá. Respondi-lhe que a missão do Ney tinha sido de pacificador e que se tinha transformado em ultra belicoso, que, por conseguinte parecia estar a missão terminada; não obstante atendia o pedido de remeter a carta.

Recebi o telegrama incluso também de S.Borja. Aconselhei ao Érico (3) que fizesse a nomeação, de acordo com o compromisso.

Boatos de revolução urbi et orbe, aumentados anteontem pela partida do “Júlio de Castilhos” (4) para aí, atribuída por um dos jornais ao teu regresso e repetida pela carneirada dos colegas.

Em Jaguarão continua a agitação entre nossos correligionários. Parece-me que o Carlos (5) tem maioria ainda; não acredito entretanto na lealdade dele. Ultimamente escreveu uma carta endereçada ao Salathiel de Paula, mas visando agradar ao nosso amigo Salvador (6), para obter uma manifestação franca de solidariedade. A princípio a fraqueza da carta me fez pensar em derrota da facção, mas refletindo concluí que ele quer provavelmente a maioria esmagadora. O Zeferino (7) que a princípio nada pedia e agora pede tudo, dizendo-se com a maioria e tendo claramente as simpatias do juiz distrital e delegado. A esses recomendei outra vez neutralidade em seus atos. Tenho por várias declarações “te deixado alheio às soluções dadas à política de Jaguarão” para que oportunamente intervenhas como melhor for.

Em Stª Vitória pedem o Vicente do Amaral e Egidio Borges a desanexação do registro geral de hipotecas do 1º notariado em mão do Francisco Soares de Azambuja, abatido e muito doente em gozo de frequentes licenças com prejuízo do serviço. Se não deres indicação contrária vou mandar fazer na semana próxima.

Reiteram pedido que com muito empenho aqui fez o Manoel Vicente (8) de criação de uma colégio, parece-me também devemos atender por tratar-se de uma cidade onde há grande população escolar, na fronteira, sofrendo confronto com a instrução na vizinha República ; se não for possível criar já o colégio, pelo menos o grupo preparatório como temos feito em outras localidades para depois da experiência de um ano fazer o Colégio.

Cachoeira – Mandeí continuar lentamente as obras do edifício do Colégio que estavam paradas com prejuízo para a estabilidade do edifício, satisfazendo assim um dos pedidos do nosso amigo Horácio (9).

Eu – Não vou passando bem, apesar de severo regimem; contanto com a tua paciência melhorando espero ir por toda a semana entrante dar te um ou dois dias de caceteação.

Teu Protásio.

* * *

12751 -Porto Alegre, 26 de janeiro de 1916

Meu caro Medeiros.

Relatório nº 3. Vai este começado em pequena pausa na Secretaria de Obras Públicas.

Bagé - Tupy (10) veio a chamado do Salvador por causa dos boatos de revolução. Falta ainda mais de ano para terminação do mandato. Espera qualificar mais de 400 eleitores, gente escolhida. Manifestei-lhe o quanto o apreciavas e que o receberias sempre com prazer.

Livramento – Aqui o Severino, homem, como sabes, do Padre Jobim (11). Confirma com pormenores a notícia de estar o Negrito (12) separado do João Francisco (13). Este havia oferecido ao Negrito para o fracassado projeto de invasão 300 armas de guerra.

Moysés (14) foi visitar Cabeda (15) e consultou sobre candidatura Bento Maciel na presença do Dr. Cabello. Este amigo de pronto respondeu não seria aceita pelo partido, por ser continuação da incapaz administração atual. O padre Jobim propõe a candidatura do Chico Flores (16). Informa Juvencio (17) declarar não ser candidato. Não quis, por enquanto, falar eu sobre o candidato, limitando-me a perguntar como seria aceito o Juvencio.

Júlio de Castilhos – Aqui encontrei o Cel. Abílio (18) e intendente Dr. Barboza (19). Em face da carta do Kurt Vincent (20) (...) – lhes a tese conforme indicaste. Respondeu-me o Abílio que obediente à direção do partido acataria qualquer resolução tomada, mas que ele julgava perturbadora atualmente a organização da executiva, que assumia plena responsabilidade da marcha ascendente do partido como ia tendo em um meio onde o maragatismo tem ainda fortes elementos, que dos nomes apresentados só tinha algum valor eleitoral o Álvaro Pinto (21), o Carlos Abreu, administrador da charqueada do Pedro Ozorio, muito apreciado por eles, morava em Tuparecetã e não tinha tempo para fazer outra coisa senão cuidar do estabelecimento e quanto ao M^{el} Nascimento, inimigo pessoal dele, era Secretário apenas da Intendência, onde era mantido apesar de algumas faltas, para não parecer que estava exercendo vinditas pessoais. Concluiu como o Duberkow declarava que a comissão proposta nem sequer tinha sido ouvida e ele Abílio assumia plena responsabilidade da boa direção partidária, continuaria as coisas como estavam até que os acontecimentos reclamassem modificação. Vou responder as Duberkow dizendo-lhe convir na atualidade não ser alterada a situação, aconselhando união, etc.

Jaguarão –

Aqui chegaram bigodes raspados o Bandeira (22) e o Gabrielzinho (23). Arcades ambo, o 1º fluente e altíloquo, o 2º calado e sottovoce.

Vou com eles conferenciar hoje e sumariamente dizer-lhes: procurador ou delegado do chefe do partido eu resolvo os casos ou por precedentes ou por orientação partida dos princípios gerais de justiça, etc., que invariavelmente nos casos de dissidência local, recomendamos aos nossos representantes neutralidade em seus atos, que aceitávamos as indicações dos que estivessem investidos de função diretora, salvo aquelas que importassem na destituição de cargos de dissidentes locais pelo fato único da dissidência; isso para evitar os pedidos já externados de remoção do Ricci, bom funcionário, segundo o Marinho (24), do A. Franco (25) como representante da Federação, do subdelegado, etc. Se eles de novo se referirem ao último direi “Consta-me que V.V. começaram a hostilizar a esse homem porque ele manifestou-se contra a direção local por ocasião desta dissensão do partido quando foi lançada a candidatura Hermes ... eu não vou punir um homem por isso. Ele está sendo processado, V.V. Têm confiança no Juiz, se ele for reconhecido culpado, será logo exonerado.

S. Borja

Telegrafei ao Érico, mandando fazer a nomeação do Apparício, organização da Executiva e que muito se esforçasse para manter a unidade do Partido, evitando qualquer ato de hostilidade entre as antigas facções.

Administração

Vai-se trabalhando. O nosso amigo Salvador lembrou-se da conveniência de tomar para trabalhar em Palácio exercendo as funções de Secretário e oficial de gabinete acumuladas, pessoa idônea e de certa idade. Achei muito razoáveis, como sempre, as ponderações dele. Pedia-me que o ajudasse a procurar e lembrou o Miguel Pereira, que nenhuma função pública tem e pode assim dedicar todo o seu tempo ao cargo. Ele perguntou-me se conhecia o teu modo de considerar ao Miguel sobre capacidade, etc. Não sei. Ele aguarda o teu conselho para de qualquer modo agir.

Está o vapor a sair e não tenho tempo hoje, por isso, para mais. Junto uma carta do M. Doria.

Teu Protásio

* * *

12752 - Porto Alegre, 1º de fevereiro de 1916.

Meu caro Medeiros.

Para quebrar a monotonia dos relatórios, vou apenas hoje fazer de índice da correspondência junta.

Rio – Joaquim Pires em telegrama pede conselhos ao W. Braz a não intervir na política do Piahy.

Itaqui - M^{el}. da Cunha Silveira, juiz distrital de Uruguaiana, deseja opor-se à candidatura ao cargo de intendente do Dr. Octávio D’Avila. Nesse sentido faz consulta.

Uruguayana – Antonio Monteiro envia cópia da carta que dirigiu ao Salvador sobre política local.

Stª Victoria – Vicente Amaral para evitar agitação que se levanta em torno da candidatura Azambuja, apresenta em telegrama a do Cel. Egydio Silveira Borges e pede apoio.

Livramento – Pe. Jobim apresenta Severino (26) como seu alter ego. Este advoga a candidatura Chico Flores da Cunha, amigo pessoal também do Moysés. Parece-me a candidatura Juvencio não será muito cordialmente aceita pelos amigos do P^c Jobim, atendendo a relações, que julgam demasiado íntimas, entre Juvencio e João Francisco. Atendendo a essas últimas informações resolvi não falar em candidato antes de ouvir-te de novo.

Quaray – Miguel Correa (27) disse-me que se o Chico Flores não for candidato por Livramento deseja que o seja por seu município.

Barra do Ribeiro - Propus ao Marcos a nomeação do Ed. Martins sub-intendente e José Carlos Delegado, organizando-se a comissão executiva com os nomes desses e do Vianã. Marcos respondeu-me que se Ed. Martins não acumulasse os cargos não lhe conviria certamente deixar o lugar onde está. Lembrava organizar a comissão executiva com 5 nomes – Jacintho, Antonio Correa, Padilha, Hoffmann e Eduardo Martins. Esperava que resolvesse.

O “Júlio de Castilhos” só irá a Palmares a 9 do corrente, fica assim adiado por 5 dias o prazer de abraçar-te.

Vou passando bem.

Teu Protásio.

* * *

12753 - Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1916

Meu caro Medeiros, afetuoso abraço.

“Ars longa, vita brevis”.

S. Gabriel – Os amigos do Hermenegildo (28) em telegrama pedem a aprovação da indicação do nome deste para candidato a intendente. Mostrei o telegrama a ele, que aqui estava, dizendo-lhe que ia submeter o caso à tua consideração, e perguntei se, dada a aquiescência, ele aceitava, após algumas faceirices deu o “sim”. Parece que por lá está a surgir pequena discidência capitaneada pelo Petinga, de sorte que talvez seja conveniente, antes de vir à tona, lançar-se o candidato. Se estiver certo, comunica-me pelo telefone.

Livramento - Tenho de voltar a esse caso, porque aqui está o Flores da Cunha que não quer sair sem uma solução. Candidato do Padre Jobim, que supõe ter atualmente dentro do partido maioria, pois a ele aderiu o Dr. Cabedelo (sic), que leva grande número de eleitores e era partidário do Moysés e está pronto para prestar concurso o [...] (desde que seja o Flores candidato oficial) desiste de bom grado da candidatura para trabalhar por qualquer candidato de conciliação que apresentes. Supõe ele, por ex., que o Juvencio reunirá em torno do seu nome o partido (se o indicares).

Se eu acreditasse na possibilidade de vitória do P^c Jobim eu nada te diria, mas eu creio que abandonados os antagonistas o Moysés levará grande vantagem ao Padre e ficará ainda ali na fronteira a política furta cor daquele amigo. Junto um telegrama que podia ser suspeitado de intrigante, se não fossem os precedentes e públicas relações do Moysés com Cabeda. Até agora tenho dito ao Flores da Cunha que eles devem trabalhar pela vitória, que concorram à

eleição e que se for necessário, em tempo se agirá; mas este objeta-me que com o prestígio do governo local e apoio de maragatos está o Moysés ganhando terreno...Enfim é clara a contradição, mas eu preciso da força que pode ter a tua decisão para convencê-lo. Ela será certamente a melhor com o conhecimento que tens dos homens e experiência política.

Eu se tivesse de resolver a operação, como cirurgião novel, telegrafaria já a ambos dizendo – “julgando inconveniente luta seio partido, não havendo vós chegado à conciliação, mantendo cada um seu candidato, resolvo apresentar F. como meu candidato e espero o aceitem ambas as facções”. Perderia o caso?

Cahy – O João de Deus (29) está deixando crescer a oposição local, apesar da informação em contrário do Djalma. Elementos como Stefens (?), C. Maahs, Otto Ruhee, do conselho municipal, que o apoiavam, estão divergentes. Aqui esteve uma comissão chefiada pelo Nicolau Kräff (sic) reclamando contra a reeleição do João de Deus, parece-me entretanto por informações de conhecedores da localidade e que não têm interesses por lá, que o João de Deus está com maioria ainda no elemento pensante e tem toda a zona colonial que não cogita de politicagem.

Itaquy – O Manoel Silveira está caapora porque não conseguiu chamar a si os outros dissidentes. Aqui esteve um cunhado do Ávila, candidato do Euclydes e disse-me que teria brilhante votação reunindo em torno do seu nome todos os elementos o Pedro Palmeiro; infôrmou-me mais que o Marçal Escobar que lá esteve e aqui chegará brevemente conhece a situação e nos informará. Dir-te-ei o que ouvir dele.

Caxias – O Penna de Moraes (30) pediu-me hoje uma conferência. Pressumo que queira tratar da administração de Caxias. O Achylles Resende, com quem viajou o Penna, disse-me que a política e a administração daquela localidade iam muito mal...

Cachoeira – Soube que o João Ilha foi condenado, passando em julgado a sentença, como testemunha daquele testamento falso; não se poderá com a prova disso perante o tribunal, conseguir sentença favorável à União, isto é, confirmação da demissão. Vou [dilatado] ao Mibielli (31), que está na Encruzilhada, para com ele sobre isso conversar.

S. Borja – Conversei com o André (32), que está de acordo contigo em gênero, número e caso. Estou esperando o Érico.

Cacimbinhas – O Avelino partiu hoje de Encruzilhada atendendo ao meu explicativo chamado.

Por hoje basta.

Teu Protásio

* * *

12754 - 16 de março de 1916

Meu caro Medeiros.

Comecei o último relatório com o 1º aforismo de Hypocrates, expressivo do limitado tempo de que estava dispondo; neste poderia com propriedade continuar o aforismo: “occasio praeceps”

Livramento :Aqui continua esperando o Flores da Cunha. Aos telegramas que te enviou o Salvador tenho a juntar a carta que, creio, não te havia mostrado do Flores da Cunha e telegrama de um grupo de amigos do Padre hoje recebido etc.

Rio Grande : Conforme autorização que deste pelo telefone, proclamei, digo, comuniquei à Executiva que estavas de acordo com a indicação do partido autorizando a proclamar a candidatura do Nascimento e a este telegrafei exortando a obedecer...

Junto carta do Leonel e telegrama da Executiva.

Caxias – Tive a conferência com o Penna de Moraes e depois com o José Baptista. O 1º disse-me haver desgosto profundo pela direção do Baptista, que se ele Baptista ficasse por mais tempo o incêndio seria fatal; que ele, Penna, deseja reassumir a função dando por pretexto a necessidade de fazer a Sr^a gozar dos benefícios do clima, prestigiando o Baptista na despedida. O Baptista disse-me que vai muito bem política e administrativamente falando, que além disso têm muito bem aproveitado fisicamente com o excelente clima, enfim não deseja sair.

Dois caxienses, dizendo representar a opinião pública deixaram hoje na Secretaria o memorial a mim sobrescritado e dirigido a ti, que juntam. O Penna consultou-me se podia enviar-te outro memorial sem molestar-me, respondi-lhe que o incomodo só seria para ti, se a leitura fosse grande.

S. Sebastião do Cahy – Como complemento ao último relatório junto uma pública forma de memorial que me entregaram com umas reclamações verbais não concretizadas, limitadas quase que exclusivamente a chamarem o João de Deus de inculto e de não dotar o município com os melhoramentos que podia fazer.

São Borja – Amanhã às 10 horas terei com o Érico a 1ª conferência, onde limitar-me-ei a pedir esclarecimento sobre o ocorrido, observando-lhe a irregularidade da conduta política. Logo que daí cheguei, pedi ou melhor aconselhei ao Escobar (33) em resposta a seu telegrama que fizesse o Apparício recorrer;mas até agora nada aqui apareceu. Amanhã a tarde, se julgares conveniente dizer alguma coisa mais do que me indicaste ao Érico, diz-me pelo telefone.

Lagoa Vermelha – Junto carta do Maximiliano de Almeida consultando sobre sucessão intencional.

Conceição do Arroio – Em setembro termina um período de administração municipal. Com o intuito de fazer desaparecer a luta local, disse ao Intendente provisório (34) que, como lembrança própria e na falta de pronta colocação no município, sondasse o Firmiano Ozorio, alma da pequena dissidência, se aceitava uma função fora do município. O Intendente não deu cumprimento inteligente à comissão, pois falou em meu nome, e deu causa à resposta aquiescente que junto.

Itaquy – As cartas do E. Aranha (35) e do Ávila tiveram por causa uma reclamação do Manoel Silveira que eu transmiti ao 1º. Acredito que o tal Manoel Silveira nada vale mesmo em qualquer parte do Estado.

S. José do Norte – Antônio José Pereira em seu nome e de amigos pede a organização da Executiva que está desfalcada e a reeleição do Intendente Cap. Marcos de Miranda Armando, cuja administração julgam profícua e honrada; pedem especialmente a tua indicação por ser ele (intendente) empregado estadual.

Se não mandares aguardar outra solução aconselharei ao resto existente da indolente comissão que convoque o Partido para completá-la; quanto à indicação do candidato a intendente faça a Comissão depois de completa a indicação.

Chegamos a 0 horas, por conseguinte no dia 17 e faço ponto transcrevendo o trecho da lei organica de S. Borja sobre a nomeação do Vice-intendente, conforme transmitiu-me a Repartição Central: “O Intendente nomeará dentro dos 3 primeiros meses do quadriênio municipal, um vice-intendente. Tornando pública, sem demora, essa nomeação, não manterá a escolha, se contra ela manifestar-se a maioria do eleitorado, dentro do prazo de trinta dias”.

Teu Protásio

Em tempo: junto também uma defesa do Goelzer (36) feita em face de uns apontamentos feitos por queixa verbal apresentada por uma comissão da facção João Correa, da qual fazia parte o Seraphim (com ph) pai e filho Stabel e outros, para o último pede o João Correa um ofício de justiça.

Vale.

6 horas

Pinheiro Machado – Avelino Borges aqui esteve e declarou aceitar a comissão. Não quer a delegacia, porque foi subchefe... Compreendi a insinuação, mas aceitei a recusa do cargo de delegado. A situação lá tende a normalizar-se, porque conseguimos que o Satyro permutasse com o colega de D. Pedrito que estava hostilizando o Amaro e assim de uma cajadada matamos 2 coelhos.

Jaguarão – Aqui está o Alípio Telles, que afirma que vencerá o Carlos se não fizermos um gesto de apoio ao Zeferino, que terá todavia grande votação. Respondi-lhe que de acordo com o combinado eles só poderiam ter representação política após uma demonstração em urna de força eleitoral.

Conforme critério adotado poderiam então pedir uma executiva na qual seriam representados de acordo com o nº de conselheiros municipais que fizessem. Acusou o Carlos de sócio de casas menos sérias e ao Marcílio, ex-delegado de fatos que confirmam o que sobre ele disse o Th. Flores.

Quase se pode dizer que neste relatório foi a parte maior do que o todo.

Vale.

Escreveu o Mibielli ao Salvador uma circunstanciada carta pedindo que fosse nomeado promotor aqui, Dr. Carlos Silveira Martins (37), que afirma ser muito nosso amigo, com preparo bastante, orador fluente, neto de Gaspar Martins e demitido ultimamente de qualquer função que tinha no Rio a pretexto de economia, mas pelo motivo real do discurso que produziu quando embarcou o féretro do Pinheiro. Penso dar-se-á em breve uma vaga de juiz distrital aqui, assim sendo lembra o Salvador passar o promotor a juiz e nomear o Silveira Martins promotor. Concordas?

O Euclydes Moura tem me procurado quase diariamente em busca de uma comissão no Rio, que espera obter como resposta de uma carta que escreveu-te, havendo eu lhe dito que a busca de documentos não parecia outra coisa senão sinecura. Ele não lembra outra comissão, diz apenas que quer ir ganhando, porque senão vão pensar que ele é um abandonado!... Espera que lembres outra comissão.

S. Sebastião do Cahy – Andam por lá também organizando oposição local, de cuja alma é o juiz de comarca (38). Fizeram alvo contra o Djalma, que é um alter ego, penso, do João de Deus. O juiz aqui veio e fez acusações ao Djalma, aliás por fatos vulgares praticados como advogado rábula. Eu respondi-lhe que nada havia sobre nomeação do Djalma, que pelo contrário pensava em fazer, aliás de acordo com João de Deus outra indicação, que entretanto o João de Deus ainda não tinha conhecimento disso. O João Magalhães talvez com pouco tato foi irritar a questão a colocando de modo a parecer não ser atendida a indicação Djalma como sinal de desconsideração ao João de Deus. Este apareceu-me magoado e pediu-me para que fosse nomeado o Djalma ainda que ele tivesse de pedir 2 ou 3 meses depois demissão, pelo que se comprometia. Parece-me um bom homem e estar verdadeiramente magoado – prometi.

S. Borja – As facções continuam irreconciliadas por causa de irritabilidade de ambas mantendo jornais que se invectivam. Os Vargas afastaram-se, segundo informou-me Érico, nada atendendo quanto à política o General; tem todavia a facção de sua antiga chefia a grande maioria do eleitorado – seja mais de mil sobre trezentos. Escobaristas na última eleição senatorial não só deixaram ostensivamente de votar como cabalaram para afastar o eleitorado, mandando fiscalizar as mesas para evitar qualquer acréscimo. Dizem que só esperam a nomeação do Apparicio para começarem a hostilizar ao Érico com o intuito de fazerem este abandonar o cargo e empolgarem o governo municipal. Não obstante nenhuma dúvida tem o Érico em fazer a nomeação conforme hoje mesmo afirmou. Dei-lhe instruções para fazer a nomeação da Executiva conforme foi combinado; sendo as facções representadas pelas forças eleitorais reveladas na eleição do Conselho.

Tenho esperanças de fazer o 3º relatório de viva voz.

Teu Protásio.

* * *

12755 - Porto Alegre, 14 Abril de 1916

Meu caro Medeiros, cordial abraço.

Continuam as pequenas agitações em torno das futuras eleições de intendentes.

Livramento . Conforme esperávamos o Moysés caiu em síncope à 1ª injeção, estremeceu um pouquinho depois; mas agora o creio curado, atendendo ao que me pediu por intermédio do Dr. Lavoisier, redator do seu órgão em livramento. Pediu apenas que dirigisse um telegrama aos signatários do manifesto, que lançaram a candidatura Bento Maciel, afirmando ser o Juvencio o candidato do partido e, dada a hipótese da consulta do Juvencio para escolha do vice-intendente aos próceres do partido na localidade, não entrando estes em acordo, serem nomes apresentados a ti que resolverás definitivamente. Passei o telegrama cuja cópia junto, atendendo à 1ª parte; quanto à 2ª, espero que resolvas.

Qual será o intuito do Moysés?

Significar que não é chefe desses amigos e que, por conseguinte, podem eles tomar outra direção sem ele comprometer-se? Assim sendo resta ainda a conclusão, que o vulgo tirará, de sua falta de prestígio.

Nos intrigar de algum modo?

Cahy – Uma comissão anômala, porque não foi nem nomeada pelo chefe do partido, nem regularmente eleita, lançou a candidatura do João de Deus e pediu a apuração. Antes haviam dirigido um abaixo-assinado com mais de 1700 assinaturas de eleitores.

Respondi nada ter a opor. Como a forma não era regular e havias me manifestado a intenção de deixar ao partido liberdade de pleito, eu não incluí conforme meu hábito, nas respostas de casos semelhantes, explicitamente o teu nome.

O João de Deus ampliou pensamento e termos do telegrama declarando lançada oficialmente a sua candidatura. A oposição reclamou e eu respondi a esta dando os termos do telegrama e para não parecer que havia 2 medidas para a mesma coisa; isto é, que intervínhamos em Livramento e deixávamos liberdade em Cahy, expliquei genericamente a diferença de situações. Aqui não tinha o partido republicano oposição, lá havia maragatos que lucraram...

Parte dos originais (documentos) sobre este caso não vai porque já estão com o Othelo (39).

S. Amaro . Soube que o Waldomiro mandou enviados aos distritos com abaixo-assinados encabeçados pela candidatura do pai. No dia 13 telegrafou-me: “Eleitorado reunião efetuou-se dia 22 corrente escolherá candidato intendente fazendo apresentação dia 26. Sauds.”

Respondi que era da Executiva a função de propor o candidato. Aos 2 membros da Executiva que aqui vieram no mesmo dia aconselhei que procurassem o Waldomiro e propussem-lhe a questão e dada divergência, dessem as suas opiniões justificadas.

S. Leopoldo – Andam imitando a conflagração... O João Correa a fazer guerra de trincheiras. Ontem uma comissão pediu-me uma conferência para o dia 19 por um fonograma . Respondi não ser possível nesse dia e que oportunamente marcaria.

Lavras – Aqui estive um dos membros da executiva pedindo o teu placet p^a a candidatura de Samuel José de Souza, dizendo-me estar o partido todo com ela. Resolverás.

S. Borja – Telegrafei ao Intendente determinando urgência na solução.

Bagé – Encarreguei ao Cavalheiro (40) de pesquisar, recomendando-lhe a máxima discrição, tomando para pretexto averiguar o que se passa quanto a uma denúncia dada pelo Pedro Maya a propósito de contrabandos.

S. José do Norte – Nada mais ecoou aqui quanto à agitação. A executiva remeteu o telegrama.

Hoje perdi o sono e vim escrever-te às 3 horas (bonita madrugada) de sorte que aí vão os pensamentos de forma confusa, saídos de cabeça que pouco descansou; mas o teu espírito os esclarecerá e a tua bondade relevará as faltas do Teu

Protásio

P.S.: Acabo de receber do João de Deus (41) pedido de conferência. Vou marcar-lhe 3ª feira, para dar tempo a qualquer indicação que sobre o assunto queiras fazer. Na falta de instrução manterei o Statu quo, isto é, direi que a direção do partido não intervirá.

Vale.

* * *

12756 - Porto Alegre, 16 abril 1916

Meu caro Medeiros.

Com a regularidade astronômica veio-me hoje a enxaqueca, mas felizmente fugaz. No próximo domingo a evitarei, ficando com a recordação de interessante observação.

Aqui está o Simões Lopes que trouxe o seu projeto de obras para impedir o alagamento dos campos marginais da "Mirim"; mandei-os ao Faria Santos (42) para estudo.

O nosso amigo Salvador manifestou-se muito impressionado com a possibilidade de um golpe de mão dos maragatos em palácio e a propósito reeditou todos os comentários e planos que conheces, aos quais opôs observação que aceitou.

Dom Pedrito – Aqui está o Amaro (43), que consulta se pode aceitar a sua candidatura à Intendência. O Longuinho (44) com a mão de gato apresentará o nome de um médico, genro de um dos membros do diretório federalista local. O Conselho encontrando base positiva para responsabilizar ao Salenave (45), consultou-me o que devia fazer: submeti os documentos ao André para que me informasse se a tal base positiva era sólida.

Parece-me conveniente despachar o Amaro, por isso te peço, resposta pelo telefone.

Soledade – Júlio Cezar (46) diz não poder aceitar a reeleição por seu precário estado de saúde e entre candidatos que surgem apresenta Abelardo de Almeida Campos, pedindo aprovação.

Livramento – Apesar do alarmante telegrama cifrado do Severino (47), que junto, parece-me que a vitória nossa será certa. Tenho recebido já de alguns dos amigos do Moysés, como verás pois as junto também, adesões incondicionais. Chamo a tua atenção para a do Serafim para que me digas se devo algo dizer-lhe. Ele começa pregando uma mentira quando diz que eu lhe declarara "que chefia não interviria em lutas intenciais etc". Se julgares conveniente publicar alguns desses telegramas, devolve-mos.

Palmeira – Quando me preparava para mandar vir aqui o Vicente (48) e Aragon (49), recebi os telegramas que verás, proclamando candidatos; parece-me que ainda não será fora de propósito o chamado. Disse-me o Mário Lobo que o Franklin (50) se afastara do Vicente, porque também era pretendente.

Exterior – Pelos telegramas d'A Federação de hoje (17) verás a gravidade da situação em Espírito Santo. O Salvador recebeu os recados citados. Deve responder? Como?

Líder da Bancada – Este final, como está fora dos poderes da procuração, vai a título de mostrar interesse por todas as coisas que afetem o partido. As desavenças pessoais e pretensos direitos de idade não perturbarão a eleição de modo a fazer sair um líder com pequena votação, insuficiente para prestigiá-lo?

A tua indicação não removeria o inconveniente? Faço essas interrogações sem precisar que as respondas, por ter ouvido calado comentários do Marçal (51) e Pestana (52).

Federação das Associações Rurais - O Simões Lopes foi portador de carta dessa associação e pede uma solução que deve ser dada após teu conselho e instruções. Para "diário" basta.

Abraça-te o teu

Protásio.

NOTAS

- 1) Satyro da Cunha, prócer republicano de Pinheiro Machado; transferido depois para Dom Pedrito.
- 2) Ney de Lima Costa, intendente provisório de Pinheiro Machado.
- 3) Érico Ribeiro da Luz, intendente provisório de São Borja.
- 4) Barco que mantinha linha de navegação para Barra do Ribeiro.
- 5) Carlos Barbosa Gonçalves, ex-presidente do Estado.
- 6) Salvador Pinheiro Machado, vice-presidente no exercício da presidência.
- 7) Zeferino Lopes de Moura, prócer dissidente de Jaguarão e Herval.
- 8) Manoel Vicente do Amaral.
- 9) Horácio Borges, tio de A.A.Borges de Medeiros.
- 10) Tupy Silveira, intendente de Bagé.
- 11) Padre Augusto Martins da Cruz Jobim, ex-intendente de Santana do Livramento.
- 12) Negrito Barrios.
- 13) João Francisco Pereira de Souza.
- 14) Moysés Pereira Vianna, intendente de Sant'Ana do Livramento.
- 15) Rafael Cabeda, líder federalista.
- 16) Francisco Flores da Cunha.
- 17) Juvêncio Maximiliano de Lemos, oficial da Brigada Militar.
- 18) Abílio Pereira dos Santos.
- 19) Dr.Alberto Barboza, médico, natural do Estado do Espírito Santo.
- 20) Kurt Vincent Daberkow, conselheiro municipal em Júlio de Castilhos.
- 21) Alvaro Hipólito Pinto.
- 22) Vasco Pinto Bandeira, ex-chefe da polícia no governo de Carlos Barbosa Gonçalves.
- 23) Gabriel Gonçalves da Silva.
- 24) Marinho Loureiro Chaves, Secretário da Fazenda do Estado.
- 25) Arnoldo franco, escrivão judicial em Jaguarão.
- 26) Severino Guimarães, delegado de polícia de Santana do Livramento.
- 27) Miguel da Cunha Corrêa, prócer republicano de Quaraí.
- 28) Francisco Hermenegildo.
- 29) João de Deus Flores, intendente municipal de S. Sebastião do Caí.
- 30) José Penna de Moraes.
- 31) Pedro Mibielli, ministro do Supremo Tribunal Federal.
- 32) Provavelmente o desembargador André da Rocha.
- 33) Rafael Escobar, republicano dissidente de São Borja.
- 34) Leopoldino de Araújo.
- 35) Euclides Egídio de Souza Aranha.
- 36) Guilherme Goelzer Neto.
- 37) Carlos Silveira Martins Leão.
- 38) Dr. João Magalhães.
- 39) Othelo Rosa.
- 40) Cavalheiro do Amaral, funcionário policial.
- 41) João de Deus Flores, intendente municipal de São Sebastião do Caí.
- 42) Engº João Luiz de Faria Santos, chefe da Diretoria de Viação Fluvial da secretaria das Obras Públicas.
- 43) Amaro Pereira.
- 44) Longuinho Saraiva da Costa, ex-intendente municipal de Dom Pedrito.
- 45) Cândido Salenave.
- 46) Júlio Cezar de Oliveira Cardoso.
- 47) Severino Guimarães, delegado de polícia de Santana do Livramento.
- 48) Vicente da Silva machado.
- 49) Valentim Aragon.
- 50) Franklin Cândido de Assis.
- 51) Marçal Escobar, deputado federal.
- 52) Augusto Pestana, deputado federal.

Notas de Sérgio da Costa Franco



PRODUÇÃO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
ARTE FINAL: CUBBOS.COM

MEMÓRIA

Ata da primeira reunião preparatória
da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Os cinco dias de março de 1904
de mil novecentos e quatro, nesta grande
Porto Alegre, capital do Rio Grande do
Sul, na sala principal do edifício
do arquivo Público, presentes os cidadãos
que subscreveram esta, assinaram e firmaram
na primeira reunião o Sr. Dr. João
Lopes e os Srs. da presente reunião e a qual
marcou a fundação do Instituto Histórico
e Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo
seguido a seguir uma breve exposição
de motivos, pedindo que os presentes não
discutissem um parecer sobre para dirigir
os trabalhos preliminares até a sua
primeira reunião de associação e
pedindo a palavra o Sr. José Paulo
Ribeiro foi por este indicado o Sr.
João de Dr. Florencio de Moraes e
Silva, a quem a assembleia ratificou
unanimemente. Apoiando o presidente
da reunião, Sr. Dr. Florencio, depois de agradecer a sua indicação propôs que, primeiro
unanimemente, se lavasse um acta com
o texto da agradecimento ao Sr. Dr. Presidente
do Estado, pelo apoio hypothecado
na inicial instituição. Em seguida, no
mesmo dia, foi o Sr. Dr. Florencio, para
promover esta acta ao Sr. Presidente
do Estado, Sr. Dr. João de Moraes e Silva.

Reprodução da primeira página da ata original de fundação do
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Livro de Atas 1920-1934

[1r.]

Ata da primeira sessão preparatória da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, na sala principal do edifício do Arquivo Público, presentes os cidadãos que subscrevem esta, assumiu a presidência o primeiro Tenente Souza Docca e expôs os fins da presente reunião que eram a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Em seguida e após numa breve exposição de motivos pediu que os presentes indicassem um presidente para dirigir os trabalhos preliminares até a definitiva organização da associação. Pedindo a palavra o Sr. José Paulo Ribeiro foi por este indicado o nome do Dr. Florêncio de Abreu e Silva, o que a assembléia ratificou unanimemente. Assumindo a presidência o Sr. Dr. Florêncio, depois de agradecer a sua indicação propôs que, preliminarmente, se lavrasse em ata um voto de agradecimento ao Sr. Dr. Presidente do Estado pelo apoio hipotecado à novel instituição. Em seguida nomeou as seguintes comissões: para comunicar este ato ao Sr. Presidente do Estado, Monsenhor Luís Mariano da [1v.] Rocha, Aquiles Porto Alegre e Capitão Manuel de Faria Corrêa; para a organização dos Estatutos, Monsenhor Luís Mariano da Rocha, Tenente Souza Docca e Otávio Faria e para suplentes da mesma, Drs. Leonardo Truda, Amaro Batista e Eduardo Duarte. A primeira destas comissões irá também ao Sr. Dr. Protásio Alves, Secretário do Interior a fim de convidá-lo a fazer parte deste Instituto. O Coronel Delfino Riet propôs que se lançasse em ata um voto de congratulações pela realização da idéia da fundação do Instituto, que foi aprovada. Pelo presidente foi marcado o dia onze próximo, à mesma hora de hoje, para a segunda sessão preparatória do Instituto. E, em seguida, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. Do que eu, Otávio Augusto de Faria, indicado secretário, lavro a presente ata que vai por todos assinados.

[ass.]

Florêncio C. de Abreu e Silva, por si e pelo Dr. Antão de Faria e Clemente Pinto.

Delfino Riet

Amaro Batista

José Paulo Ribeiro

Aquiles Porto Alegre

José Zeferino da Cunha

Afonso Guerreiro Lima

J. B. Hafkemeyer S.J. por si [2r.] e por C. Teschauer S.J.

Aurelio Porto

José Vieira de Resende e Silva

M. Faria Corrêa

E.F. Souza Docca por si e pelo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e pelo Major Miguel Pereira e Dr. Oscar Miranda

João Maia

Monsenhor Dr. Luis Mariano da Rocha

Armando Dias de Azevedo

Francisco de Leonardo Truda

Arthur Candal, por si e pelo Reverendo Padre Roberto Landell de Moura e Dr.

Antão de Faria

Otávio Augusto de Faria, por si e pelos Dr. Alfredo Maciel Moreira e Srs. Francisco Antonino Xavier e Oliveira e João B. de Menezes

Dr. Eduardo Duarte

Adendo. Como se vê foram presentes nesta primeira sessão preparatória os seguintes senhores: Florêncio C. de Abreu e Silva, por si e pelo Dr. Antão de Faria; Delfino Riet; Amaro Batista; José Paulo Ribeiro; Aquiles Porto Alegre; José Zeferino da Cunha; Afonso Guerreiro Lima; J.B. Hafkemeyer, por si e por S. Teschauer; Aurelio Porto; José Vieira de Resende e Silva; Manuel de Faria Corrêa; E.F. Souza Docca, por si, pelo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Miguel Pereira; João Maia; M. Dr. Luis Mariano da Rocha; Armando Dias de Azevedo; Francisco de Leonardo Truda; Arthur Candal, por si, pelo Rev. Padre Roberto Landell de Moura e Dr. Antão de Faria; [2v.]Otávio Augusto de Faria, por si e pelo Dr. Alfredo Maciel Moreira e senhores [Francisco] Antonino Xavier e Oliveira e João B. de Menezes; e Eduardo Duarte. Em tempo: o Sr. Souza Docca representou ainda o General Oscar Miranda.

[N.B.: ao todo foram oito sessões preparatórias, ocorrendo a sessão de instalação aos dezanove dias do mês de novembro de mil novecentos e vinte, no salão nobre do Paço Municipal, às vinte horas e trinta minutos]

[Transcrição: Miguel Duarte]

EFEMÉRIDES A SEREM ASSINALADAS PELO INSTITUTO NO ANO DE 2003:

1 - O centenário do Tratado de Petrópolis e Plácido de Castro

2 - Centenário da morte de Júlio de Castilhos

O artigo a seguir do confrade Sérgio da Costa Franco, intitulado “Centenário Memorável”, publicado originalmente no jornal Zero Hora, de 24 de maio de 2003, representa para o Instituto a abertura dos eventos que assinalam a efeméride.

UM CENTENÁRIO MEMORÁVEL

Sérgio da Costa Franco

Neste ano de 2003, em outubro, o centenário da morte de Júlio de Castilhos poderá ser a oportunidade de um debate esclarecedor sobre a vida e obra desse gaúcho ilustre, que projetou sua influência para além das fronteiras do Estado e durante décadas após seu desaparecimento. E para que tudo não se desperdice em celebrações vazias, cabe lembrar a efeméride de 24 de outubro com antecipação de cinco meses, para movimentar cientistas políticos, historiadores, constitucionalistas e o que mais houver de interessados no assunto.

A respeito da vida e da época de Castilhos, escrevi um livro que passa por ter sido o primeiro estudo mais ou menos imparcial sobre o grande líder republicano. Pelo menos, o trabalho recebeu elogios até de antigos membros do Partido Libertador, o senador Mem de Sá e o deputado Coelho de Souza, ambos afeiçoados às tradições maragatas e nutridos pela velha hostilidade ao castilhismo. Mas, certamente não evitei em meu texto a sub-reptícia mitificação da figura do biografado. Essa mitificação consagradora, influenciando grande parte das fontes secundárias em que me louvei, teria de desequilibrar a balança dos julgamentos. Tanto assim que um maragato radical como era Antero Marques, analisando o livro, deu-me numa carta sincera o seu cru diagnóstico: “Não é uma biografia, é um panegírico”.

Discordo de que tenha sido um panegírico. Mas é certo que o escrevi ainda sob a discreta influência de preconceitos antiliberais, que me inclinavam a encarar com negligente tolerância a feição escancaradamente autoritária do castilhismo. E, sobretudo depois de estudar a notável resistência liberal ao ciclo castilhista-borgista, é forçoso reconhecer que paguei algum tributo à consagração produzida oficialmente, durante 40 anos, ao poderoso personagem.

O caso de Júlio de Castilhos na política rio-grandense é um caso de deliberada conversão do herói em mito, a serviço da hegemonia de um partido. No próprio ano de sua morte, em dezembro, o orçamento do Estado determinava “abrir os créditos necessários para traduzir o reconhecimento do Rio Grande do Sul e relembrar à posteridade sempiterna gratidão pelo excelso organizador do Estado republicano, incomparável estadista brasileiro – doutor Júlio Prates de Castilhos –, no levantamento de um monumento no cemitério público e na ereção de uma estátua à Praça Marechal Deodoro, na Capital, assim como também abrir o crédito necessário para que seja colocado da sala das sessões da Assembléia dos Representantes o retrato do egrégio autor da Carta de 14 de julho de 1891”.

Já começara antes a glorificação oficial: no primeiro mês do falecimento de Castilhos, a Brigada Militar do Estado mandava editar, em 327 páginas, uma coletânea de discursos, artigos e poemas consagrados ao líder republicano. As placas de ruas se multiplicaram por todos os municípios. Vila Rica, seu município natal, passou a “Júlio de Castilhos” em 1904. E, no ano imediato, o Partido Republicano de Rio Grande imitava a Brigada Militar, ultrapassando-a, com uma poliantéia de 688 páginas de pura reverência.

Embora contasse, ao morrer, apenas 43 anos de idade, foi chamado “Patriarca do Rio Grande do Sul”. E, nos discursos partidários, nos artigos jornalísticos, até na correspondência íntima dos correligionários, recebeu Castilhos um tratamento de santo, de herói, de semideus. O que teve decisiva influência na consolidação partidária.

Em matéria de glorificação pessoal nunca houve nada de parecido. Salvo mais tarde a dedicada a Getúlio Vargas, glorificado ainda em vida pela máquina de propaganda do Estado Novo.

NOTICIÁRIO

NOTAS DIVERSAS

Posse da Diretoria para o Biênio 2002-2004

A Diretoria integrada pelos membros a seguir tomou posse no dia 5 de agosto.

Presidente: Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente: Luis Alberto Cibils

2º Vice-Presidente: Earle Diniz Macarthy Moreira

Tesoureiro-Geral: Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro: Heinrich Hasenack

Secretário-Geral: Sérgio Alves Teixeira

Secretário: Flávio Loureiro Chaves

Coordenador do Patrimônio Cultural: Raphael Copstein

Coordenador de Comunicação: Sérgio da Costa Franco

Conselho Fiscal:

Margaret M. Bakos

Paulo Xavier

Telmo Lauro Müller

Exposição de caricaturas do Barão de Rio Branco

Em conjunto com a Fundação Alexandre Gusmão e apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, o IHGRGS realizou uma exposição intitulada o Barão e a Caricatura. O Evento realizou-se no Memorial do Rio Grande do Sul, no período de 27 de setembro a 27 de outubro de 2002.

Visitas realizadas pela diretoria do Instituto ou por seus representantes

Ao Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Prof. Nelson Boeira.
Abril de 2003.

Ao Secretário da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Roque Jacoby.
Abril de 2003.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Vereador João Dib.
Maio de 2003

Participação do Instituto em eventos externos

Na Comissão Especial de Responsabilidade Social do Setor Público da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

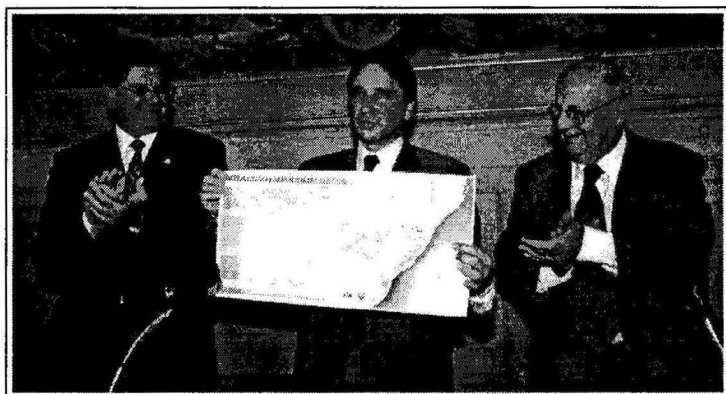
O Presidente do Instituto, Prof. Gervásio Rodrigo Neves, participou, em Montevideu em 13 e 14 de março de 2003 do Terceiro Seminário Itinerante do Programa da

MAISON DES SCIENSES D'HOMME ET DE LA SOCIETE, CUENCA DEL PLATA. Participaram da Reunião as universidades de Toulouse (núcleo principal da rede), CAEN, GRENOBLE, NANTES, LYON, PARIS, POITIERS, Buenos Aires, Nacional do Uruguai, UFRGS, e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Lançamento do Mapa da “Revolução Farroupilha 1835-1845”.

Elaborado pelos confrades Francisco Riopardense de Macedo e Paulo J.P. Xavier, no Palácio Piratini, pelo Governador do Estado Do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Gervásio Rodrigo Neves.

Data: 05 de maio de 2003



Ao centro Germano Rigotto, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, à esquerda do Governador, Roque Jacoby, Secretário de Estado da Cultura RS e Gervásio Rodrigo Neves, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

I Encontro Nacional dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil

Data: 7,8 e9 de novembro de 2002

Local: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás-Goiânia

Representante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio grande do Sul:

1º Vice-presidente: Dr. Luis Alberto Cibils

III Colóquio Nacional dos Institutos Históricos, realizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

Data: 27-29 de novembro de 2002

Representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Presidente: Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-presidente: Dr. Luis Alberto Cibils

Tesoureiro-Geral: Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Lançamento do livro *O pensamento político de Júlio de Castilhos*. O livro que reproduz artigos de Júlio de Castilhos em *A Federação*, organizado em parceria do Instituto com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Escola do Legislativo e Museu Júlio de Castilhos, com notas do confrade Sérgio da Costa Franco, e editado por Martins Editora, foi lançado na Assembléia Legislativa, dentro da programação que assinala o centenário da morte de Júlio de Castilhos.

Da organização interna

- 1 - Organização da Biblioteca, com a contratação temporária das bibliotecárias Grazieli Pozo Wirth e Cássia Selbach para montagem do sistema de classificação da Biblioteca e Arquivos para implantação da informatização pelo sistema WINISIS.
- 2 - Organização dos Arquivos
Contratada a historiadora Liana Bach Martins.
- 3 - Compra de mais um micro-computador para ser utilizado exclusivamente para os serviços de arquivo e biblioteca.
- 4 - Elaborado e aprovado pela Assembléia Geral, o Plano de Informática do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O Plano foi elaborado pelo membro efetivo Cel. Celso Jaloto Ávila Junior.
- 5 - Elaborado o Plano de Proteção contra Incêndio do prédio sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo encaminhado à aprovação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e ao corpo de Bombeiros.
- 6 - Revisão do sistema elétrico do prédio sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Do patrimônio

Livros

Recebidos em doação

No período de agosto de 2002 até junho de 2003. O Instituto recebeu um total de 282 livros. Neste total de incluem 24 números da *Coleção Correio Brasileiro*.

Adquiridos por compra

No período de agosto de 2002 até junho de 2003 foram comprados 26 livros.

CD -Rom

Recebido por doação

295 CDs entre agosto de 2002 e junho de 2003, sendo que uma Coleção com os micro-filmes digitalizados da documentação que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa./Doação do Ministério da Cultura-Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

- CD- ROM – A Era Vargas / Doador pelo Arquivo Nacional
- CD-ROM – Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Fase I - núm.I (1940) /Fase II – num.1/14 (1972/1998)
Doador pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

- CD-ROM

* Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas
Versão: 1.1
ESTATCART

* Malha de setor censitário urbano digital do distrito
Sede de setor município do Brasil – 2000

* Base de Informações por Setor Censitário
Censo demográfico 2000
Resultados do Universo

* Censo demográfico 2000
Primeiros resultados da Amostra

* Série Cartográfica Histórica Revolução Farroupilha

* Anuário Estatístico do Brasil
1996 e 1997

* Censo Demográfico 2000
Resultados Preliminares

* Contagem da População 1996
Sistema de Recuperação de informações municipal

* Censo Agropecuário- 1995/1996
Número 22 –Rio Grande do Sul

* Malha Municipal Digital do Brasil
Situação em 1991 e 1994

* Estatísticas do Registro Civil
1997-2001

Tendências Demográficas

Uma Análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000
Brasil e Unidades da Federação.

Vocabulário do Português Medieval
(Guia de consulta rápida)

Doado pela Fundação Casa de Rui Barbosa

279 CDs com os microfilmes digitalizados da documentação que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa./ Doação do Ministério da Cultura-Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Adquirido por compra
Porto Alegre foi assim!

Doação de documentos

Documentação que estava com os descendentes do Gen. João de Deus Pessoa Leal, no Rio de Janeiro – Doação de Irene Miranda Leal, Maria de Lourdes Leal Mattos, Neli Miranda Leal e Dr. Carlos Miranda Leal

Carta destinada ao Dr. Luis Alberto Cibils durante sua visita a Paris pela Faculdade de Filosofia, Departamento de Sociologia em 31 de outubro de 1972.

Aumento patrimonial

Adquirido através de leilão, foi incorporado ao patrimônio do Instituto, em 22 de novembro de 2002, o imóvel situado em Porto Alegre, na Avenida Independência, 330 – ap.403, com respectivo Box, por conta de pagamento parcial de dívida de aluguéis.

Correspondência (agosto 2002/ maio 2003)

RECEBIDA: 325
EXPEDIDA: 94

Assembléias Gerais

Datas: 16 de setembro de 2002; 04 de dezembro de 2002; 02 de abril de 2003.

OBS: Não houve quorum nas Assembléias de 06 de novembro de 2002 e de 11 de março de 2003.

Reuniões da Diretoria

Datas: 11 de março de 2003; 02 de abril de 2003; 05 de maio de 2003 e 04 de junho de 2003.

OBS: Não houve quorum na Reunião da Diretoria de 23 de outubro de 2002.

Doações da revista do Instituto

Para as seguintes entidades, com coleção completa:
Biblioteca da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*.

* Duas coleções

Biblioteca da Prefeitura Municipal de Osório.
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Canela.
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Gramado
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Taquara.
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Torres.
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Palmares do Sul
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Arroio do Sal
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Mampituba
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Terra de Areia
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Balneário Pinhal
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Maquine
Biblioteca da Prefeitura Municipal de Imbé
Universidade de Caxias do Sul
Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul **

Proposta de Auxílio Federal aos Institutos Históricos e Geográficos

O Senador Pedro Simon apresentou em 14 de novembro de 2002 Projeto no Senado que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A idéia do referido auxílio se deu a partir de contato do Senador com a diretoria do Instituto quando de sua visita a esta casa.

Auxílio ao Instituto através de proposta de emenda popular apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Apresentação de Emenda Popular nº 118, assinada pela reitora Wrana Panizzi da UFR-GS, pelo reitor Norberto Hauch da PUC e pelo Presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Sr. Ercy Torma, que cria projeto/atividade que destinando recursos orçamentários do Estado do Rio Grande do Sul para a preservação do acervo histórico documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do sul.

Dia 20 de novembro de 2002 a Emenda Popular nº 118 foi aprovada pelo Projeto de Lei nº 246/2002 e incluindo a doação de R\$ 50.000,00 para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no orçamento do Estado do Rio Grande do Sul no exercício de 2003.

Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede, no período de Setembro 2002/ Julho 2003

Palestra do Historiador Uruguaio GONZALO ABELLA
TEMA: EL GAÚCHO
Data: 07 de setembro de 2002

** Os três últimos exemplares para todos os Deputados

Palestra do Sociólogo ROQUE CALLAGE NETO

TEMA: A CIDADANIA SEMPRE ADIADA

Data: 07 de setembro de 2002

Apresentação do ATLAS SOCIAL DE PORTO ALEGRE

Data: 22 de outubro de 2002

Ciclo de Palestras sobre: O NOVO PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XXI.

Data: 30 de outubro de 2002

Fecundidade no Rio Grande do Sul – Marilene Dias Bandeira (FEE)

Mortalidade no Rio Grande do Sul – Maria de Lourdes Jardim (FEE)

Feminilização do mercado de trabalho no RS – Irene Galeazzi (FGTAS/SINE-RS)

Mediador – representante da Direção da ARI

Data: 31 de outubro de 2002

Envelhecimento da população do Rio Grande do Sul – Olga Heredia (UNISINOS)

Verticalização urbana da população de Porto Alegre – Gervásio Rodrigo Neves (IHGRGS)

Mediador-representante da Direção da ARI

Assinatura de convênios

1. Com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

O convênio foi assinado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Vilson Covati e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Gervásio Rodrigo Neves. Estiveram presentes na cerimônia além dos Presidentes do Instituto e da Assembléia, Luis Alberto Cibils, Miguel Frederico do Espírito Santo, Nara Machado Nunes, Diretora do Museu Júlio de Castilhos e a funcionária Liana Bach Martins (Historiógrafa), Mari Perusso (representando o Deputado César Busatto), Professora Maria Leda, Francisco Riopardense de Macedo, Sérgio da Costa Franco, Maria Avelina Fuhro (Coordenadora de Projetos Especiais), Paulo J.P. Xavier e Luis Antônio Costa da Silva (Diretor da Escola do Legislativo).

Data: 15 de julho de 2003.

2. Com a Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Dia 02 de maio de 2003. Assinado convênio com a Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e a Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul de cooperação técnica e cultural.

Posse de novos membros efetivos no IHGRGS em 2003.

Empossado: Cel. Celso Jaloto Ávila Junior

Data: 07 de maio

Local: Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Palestra: A fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, auxiliado pela maçonaria e republicanos baianos!

Saudação: Dr. Luis Alberto Cibils

Dr. Blau Fabricio de Souza

Data: 04 de junho

Local: Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Palestra: 1932: Ponto Crítico na política gaúcha.

Saudação: Dr. Sérgio da Costa Franco

Homenagem a membro do IHGRGS

- Dr. Moacyr Flores recebeu a COMENDA SIMÕES LOPES NETO pelo alto significado de sua contribuição à historiografia gaúcha.
- Dr. Sérgio da Costa Franco recebeu a MEDALHA CALDAS JUNIOR, em Sessão Magna da Maçonaria, ocorrida dia 2 de junho de 2003, no Templo Magna do Grande Oriente

Visitas ao IHGRGS

- Ex-ministro Odacir Klein. 05.08.2002
- Ex-governador José Augusto Amaral de Souza em 11 de setembro de 2002.
- Ex-Procurador Geral da Justiça, Lauro Pereira Guimarães em 11 de setembro de 2002.
- Senador Pedro Simon em 11 de setembro de 2002.
- Presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE), José Antonio Alonso. 2002
- Diretor do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Augusto Frank Bier. 2002
- Ex-prefeito de Porto Alegre, Guilherme Socias Villela. 2003
- Diretor da Escola Parlamentar da Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Sr. Luis Antônio Costa da Silva. Maio 2003

Obituário**Dr. Carlos de Souza Moraes**

Nascido em Montenegro- RS em 12/05/1908, falecido em São Leopoldo-RS em 1/07/2003, nosso estimado sócio efetivo, Dr. Carlos de Souza Moraes, deixou no Instituto Histórico um rastro de simpatia, cordialidade e bons serviços prestados à entidade, cujas reuniões frequentou com assiduidade até alguns meses antes de sua morte. Advogado militante e ex-prefeito de São Leopoldo, a vida pública e profissional não prejudicou sua vigorosa atividade intelectual, voltada para a pesquisa histórica, o ensaio sociológico e a crônica jornalística. Afora inúmeros artigos e comunicações, publicou ensaios como “A ofensiva japonesa no Brasil” (1937 e 1942), “O colono alemão” (1981), “feitoria do Linho Cânhamo” (1994), “Félix da Cunha” (1997) e a coletânea de “Crônicas de minha cidade” (1996).

Admitido aos quadros de nosso Instituto em 1971, tomou posse como membro efetivo em 22/11/1973, tendo, em repetidas ocasiões, exercido cargos da diretoria. Foi também membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL).

Às cerimônias de seu sepultamento, compareceu como representante do Instituto o consócio Telmo Lauro Müller, que expressou o pesar dos confrades.

* * *

Monsenhor Celestino Ruben Neis

Nascido em Montenegro (RS) em 2/02/1925, e falecido em Porto Alegre (RS) em 23/01/2003 o Monsenhor Ruben Neis ou simplesmente “Padre Neis”, como era geralmente conhecido, foi, durante muito tempo, um dos mais ativos e prestantes confrades, tendo, desempenhado, com grande eficiência, as funções de Secretário Geral da entidade. Nos últimos anos, com a saúde abalada, deixara de frequentar as reuniões e a sede social, porém se mantinha sempre disposto a colaborar com pesquisas e informações na Secretaria da Cúria Arquidiocesana, onde atuou durante longos anos. Seus estudos sobre as origens das freguesias mãos antigas do Rio Grande são indispensáveis aos estudiosos do século XVIII ou dos princípios do século XIX. Entre seus numerosos trabalhos, vários dos quais publicados apenas na imprensa diária, salientam-se “Guarda Velha de Viamão” (1975), sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha, “A fundação de Porto Alegre” (1972), “A Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos”, incluído em “Gravatá – História e Cultura” (1987), ensaios sobre as origens de São Sebastião do Caí, Triunfo e Capela de Santana. Foi colaborador constante do velho “Correio do Povo”.

Aceito como membro efetivo do Instituto em 1971, tomou posse em 25/05/1972. Como Secretário Geral ou Tesoureiro Geral, integrou diversas diretorias da entidade, até o ano de 1990. Integrou igualmente os quadros do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL).

* * *

Em memória do confrade Carlos de Souza Moraes

Carlos de Souza Moraes nasceu em Montenegro em 12 de maio de 1908.

Formado em Direito, em 1933, foi daquelas pessoas de quem um lugar, uma cidade, uma organização política, uma sociedade cultural, no mais amplo sentido, podem orgulhar-se. Foi advogado de primeira classe, elogiado pela OAB e como grande e último prêmio de reconhecimento recebeu a “Maria Emilia de Paula”, da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, em 2001, pelo destaque, a atenção e a dedicação no trato dos assuntos referentes à São Leopoldo. Ele foi a primeira pessoa a receber essa Comenda.

Ligado à administração leopoldense, ocupou cargos importantes chegando a ser prefeito no período da chamada “redemocratização”. Foi vereador tornando-se figura política destacada pela ética profissional que o alimentava.

A História foi um dos amores de sua vida, tanto que criou o Boletim Municipal de São Leopoldo, em 1946, no qual se encontram leis e decretos e as Atas da Câmara Municipal de 24.7.1846 a 18.12.1847, verdadeira preciosidade histórica. No mesmo ano de 1946 São Leopoldo comemorou seu centenário de emancipação de Porto Alegre. Ora, fundada em 25.7.1824 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães trazidos por D. Pedro I e recebendo, em poucos anos, mais algumas centenas de imigrantes, causa admiração que a “Colônia Alemã de São Leopoldo” já se emancipasse em apenas 22 anos de existência e partindo do ponto zero. Nos bastidores desse momento notável estava todo o trabalho dos imigrantes, na lavoura e no artesanato. Foi o que Moraes deve ter sentido e não teve dúvidas em homenagear quem proporcionou a emancipação, pois organizou, como Prefeito, um Congresso de História que foi marcante. Basta que, realizado no então Cine Teatro Independência, lotou a platéia com a sessão de instalação. Esse gosto e dedicação à História teve mais dois momentos identificativos. Quando em 20.9.1959, foi fundado o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, dedicado à imigração alemã, da qual São Leopoldo é o berço, Moraes logo esteve ao lado dos mantenedores pois o Museu era uma entidade cultural privada. Em 1974, São Leopoldo festejou seus 150 anos de fundação, o inesquecível Sesquicentenário da Imigração. Pois as realizações histórico-culturais foram de tal marca que um grupo de pessoas – professores, pesquisadores, historiadores e afins – criaram uma comissão cujo objetivo era fundar um Instituto Histórico. E Moraes estava nessa comissão e uma vez concretizada a idéia, ocupou a Cadeira nº16 cujo patrono é Aurélio Porto.

Não admira que uma pessoa de tal quilate cultural ingressasse no INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, em 1973, a quem deu o melhor de seus conhecimentos através de palestras e publicações de textos, além do valor de suas contribuições nas sessões mensais e Assembléias. Moraes pertenceu também às seguintes organizações: Academia Rio-Grandense de Letra, Centro de Pesquisas Literárias, Centro Literário de São Leopoldo.

De sua dedicação e competência à História, nasceram as seguintes obras:

- A ofensiva japonesa no Brasil;
- O Colono Alemão, 1981, focando vida e costumes;

– Feitoria do Linho-Cânhamo, 1994, que ele dedicou “Aos confrades do I.H.G.R.G.S. e I.H.S.L., homenagem do autor”, é um detalhado estudo daquele elemento histórico do Rio Grande do Sul, com a transcrição de documentos que fazem um estudo detalhado;

– Crônicas de Minha Cidade, 1996, coletânea publicada em jornais, nas quais perenizou aspectos e ocorrências leopoldenses.

Mas...a vida é assim mesmo. Após problemas de saúde faleceu em São Leopoldo no dia 1º.7.2003. O corpo foi velado na Câmara Municipal registrando grande acompanhamento. No velório foi-me concedido um espaço para manifestação de reconhecimento ao seu trabalho, em nome dos dois Institutos que integrou.

E, por fim, uma citação bem particular a qual confirma uma longa amizade e reconhecimento mútuo: ao Moraes devo meu ingresso no sodalício do Estado, em 1996.

Telmo Lauro Müller.